

TRATADO DE ECONOMIA

1.^a edição, em fevereiro de 1962

ADVERTÊNCIA AO LEITOR

Sem dúvida, para a Filosofia, o vocabulário é de máxima importância e, sobretudo, o elemento etimológico da composição dos termos. Como, na ortografia atual, são dispensadas certas consoantes, mudas, entretanto, na linguagem de hoje, nós as conservamos apenas quando contribuem para apontar étimos que facilitem a melhor compreensão da formação histórica do termo empregado, e apenas quando julgamos conveniente chamar a atenção do leitor para êles. Fazemos esta observação sómente para evitar a estranheza que possa causar a conservação de tal grafia.

MARIO FERREIRA DOS SANTOS

ÍNDICE

As Relações da Propriedade	11
O Estado e o Capitalismo — Sindicalismo — Imperialismo	17
Expansão Patronal e Operária	27
A Ação do Estado	31
O Espírito do Capitalismo	37
Acto Económico	41
A Empresa e o Empresário	49
Extensidade da Empresa Capitalista — O Artesanato	57
Riscos do Proprietário	63
A Empresa Industrial e Comercial	67
Exploração e Empresa Pública	75
Crítica da Empresa e do Empresário	83
O Cooperativismo e sua Zona	89
Os Pioneiros de Rochdale	93
A Exploração Cooperativa	103
Cooperativa de Consumo	107
Cooperativa de Produção	113
O Estado e a Cooperação	119
O Cooperativismo e o Capitalismo	129
O Crédito e o Capitalismo	133
A Função Bancária	139
Os Institutos Públicos	147
A Moeda	153
Análise	155
A Formação dos Preços	161
Aspectos da Concorrência	167
Os Monopólios	171
Fixação dos Preços Pela Autoridade Pública	173
Os Sistemas Monetários	177
Previsões Económicas	181
Inflação e Deflação	185
A Moeda e a Actualidade Brasileira	203

AS RELAÇÕES DA PROPRIEDADE

Entre agentes econômicos, a troca é qualquer transmissão mútua de bens ou de serviços, formando uma correlação. É ela assim sempre *onerosa* e realiza-se segundo uma norma social (moral e também jurídica).

Com tal enunciado, deixamos porta aberta para estudarmos um aspecto importante da *troca*: a *forma jurídica*, que é a do *contracto*.

Juridicamente considerado, o contracto não é apenas o encontro de duas vontades, mas a limitação recíproca de uma vontade pela outra sobre um objecto lícito.

É pelo contracto sobre o *mercado de serviços* que adquire o empresário os factores productivos: natureza, trabalho, capital para combiná-los na emprêsa. E é também através de contractos, compra e venda no *mercado de productos*, que se escoa o producto obtido pela emprêsa.

Pode-se verificar três fases no Ocidente:

- a) uma fase de regime institucional;
- b) uma fase de regime contractual;
- c) uma fase de regime variável contractual (a nossa).

Analisemos: impõe-se distinguir um *contracto* de uma *instituição*. Numa instituição, reúnem-se meios materiais; os elementos humanos colaboram para um fim comum. Ajustam-se os interesses opostos, há um conjunto de obrigações no plano jurídico e de deveres no plano psicológico e moral. Por isso, conclui-se um contracto; aceita-se, adere-se a uma instituição.

Já por vêzes temos salientado que toda a história humana é essa luta entre a liberdade e a autoridade, sobre-

tudo no Ocidente, após a queda do império romano, como já o salientou Tarde. O Ocidente conheceu momentos de economias dispersas e de economias centralizadas, de preços livres, e de preços sociais, ordenados, isto é, regimes económicos institucionais e regimes contractuais.

O regime corporativo é rigorosamente institucional. Não há nêle contratos livremente concluídos, mas estatutos objectivos ou regras públicas.

As relações entre mestres e companheiros são fixadas por um conjunto de estipulações quanto à duração do trabalho, ao modo de execução, às condições de sua remuneração e às normas que permitem a passagem de companheiro para mestre.

A corporação é a construção de uma instituição.

De início é aberta, para fechar-se a seguir. Até o século XIV, a corporação dava todas as possibilidades aos desejosos de obter uma profissão.

Mas a transformação que vai ela sofrer, deve-se a obstáculos de ordem jurídica. Os mestres tendem a monopolizar o trabalho, em face do afluxo de productores nos centros urbanos. É o egoísmo das classes, que podemos sentir patente entre médicos, advogados, etc. Como o direito de mestre devia ser conquistado, criaram tais condições na execução da obra-prima (cuja realização elevava o companheiro à categoria de mestre), que essa conquista tornava-se quase impossível.

Criou-se até restrições tão directas, que só filhos ou parentes de mestres podiam alcançar a maestria, que se tornou um privilégio.

Além desses sobrevieram obstáculos de ordem económica. A dimensão da unidade de produção cresceu. A tenda de trabalho foi substituída pela oficina, e esta exigia mais capital.

No século XVI, dá-se a alta de preços consecutiva ao crescimento do estoque metálico, sem que os salários tivessem tido o aumento que corresponderia, como sempre sucede. O companheiro via assim suas possibilidades se restringirem. Tal facto permitiu que se precipitasse um diástema (separação) por dissociação, entre o trabalho e o capital.

Muda-se, assim, toda a fisionomia da corporação. Instala-se a luta entre productores, que defendem encarniçadamente ante o consumo os seus ganhos. Tal luta, traz, como resultado, a oposição entre productor e consumidor.

É o segundo diástema. Antagonismo interno entre productores, e antagonismo externo entre productores e consumidores.

A dissolução da corporação, já adulterada, foi fatal ante os golpes da legislação revolucionária. E a luta entre productores, empresários, antes submetidos às mesmas regras estatutárias, em luta económica, trouxe, como consequência, a dispersão dos productores. Eis o terceiro diástema.

Todas essas dissociações (diástemas) criaram um amplo campo em favor do contracto.

Só o contracto poderia unir para um fim comum os elementos dissociados, dispersos. Só o Estado poderia exercer uma função coordenadora por entre a dispersão e o antagonismo.

De início, já no alvorecer do capitalismo liberal, o domínio dos productores particulares e do poder público são considerados, obedecendo cada grupo leis distintas.

A preeminência é dada ao indivíduo, e um princípio de direito é aceito: a autonomia da vontade. E a fórmula jurídica diz que as vontades individuais só se limitam ao ditar a si mesmas uma regra (lei) ou trocar regras (contractos).

A idéia da autonomia individual leva a várias consequências.

Se a vontade é autônoma, são os indivíduos soberanos, e são dependentes em relação a si mesmos. Esses aspectos são manifestados no contracto, que é uma expressão e uma limitação das vontades livres e autônomas.

O contracto surgiu, assim, como o meio de unir as actividades. Pelo contracto, passou-se da fase institucional (corporação) para um regime de acordos, que permitiu o ajustamento dos interesses dos productores e consumidores por meio de convenções.

Só posteriormente, com o desenvolvimento do capitalismo das grandes unidades, é que o contracto toma um sentido

diferente, o que estudaremos. Veremos como nela a instituição torna a surgir, mas já com as modificações trazidas da sua reciprocidade com o contracto.

O princípio da autonomia da vontade é combatido frequentemente por todos os deterministas.

No contracto, é preciso admitir que os agentes contracientes, que nêle intervêm, não experimentem nenhum constrangimento.

No entanto, se considerarmos um *sindicato* operário, quer como organização de fins e meios colectivos, que trata da defesa dos interesses profissionais, estabelece-se entre os seus membros uma solidariedade, que é anterior ao contracto. Pode um operário não aderir a um sindicato, e é livre para tal, não pode, porém, deixar de estar ligado, pela solidariedade, aos outros membros de sua profissão.

Numa *sociedade anônima*, temos uma sociedade de capitais, ordenada para um interesse comum. Suas regras não podem estar sujeitas a interpretações que se fundem na autonomia da vontade.

Examinemos a *lei*. Esta não é, em última análise, uma obrigação ditada pelo indivíduo.

Não se alegue com as eleições, afirmando-se que na formação da lei entra a vontade do eleitor. Essa vontade não é esclarecida, e além disso a acção do indivíduo não é determinada pela sua vontade, mas pelas condições reais do meio em que se encontra. Depende da consciência jurídica de sua época e das condições culturais. A técnica jurídica representa a *forma* e não a *matéria* do direito. O direito depende dos meios de constatação. E por isso a lei estipula como se deve fazer o contracto, como também estabelece as normas para sua interpretação.

Com essa penetração do Estado como legislador, o contracto se institucionalizou. Já não é um acôrdo entre vontades livres, mas sim um campo de acção de regras gerais, mais ou menos duráveis, no qual o indivíduo pode fazer tão-somente o que estabelece a lei. Dessa forma, o contracto é dirigido pelo Estado, que estabelece condições fundamentais.

Essas transformações se deram por muitos motivos. A instabilidade monetária do capitalismo gera a necessidade

de estructurar o contracto. A um capitalismo liberal, de pequenas unidades, sobrevém um capitalismo de monopólio, que agudiza a luta de classes.

Assim os contractos de trabalho podem ser estudados sob duas formas:

- a) *contracto individual* e
- b) *contracto colectivo*.

Em qualquer dos dois casos, há uma institucionalização por parte do Estado, que estabelece normas reguladas pela legislação social do país.

O contracto de trabalho ou contracto de locação de serviços, em sentido restricto, é um contracto pelo qual as prestações de trabalho são trocadas por um salário. Pelo salário, o trabalhador permanece ante o empregador numa situação de subordinação. Essa subordinação é uma dependência do trabalho no capitalismo.

Para alguns economistas, essa dependência é de carácter económico; para outros é uma dependência técnica. No primeiro caso, justifica-se por estar o trabalhador dependente do salário, e não dispor de outros recursos para atender as suas necessidades. O segundo justifica-se também quando há direção, controle na execução do trabalho.

No Brasil, o trabalho é regulado por uma série de leis, que regulam e determinam suas condições fundamentais.

Observa-se, assim, uma evolução do contracto no capitalismo moderno, que vai do contracto espontâneo ao dirigido; da ordem pública política à ordem pública econômica.

No capitalismo atômico, das pequenas unidades (liberal) os contractos são livres e espontâneos; no capitalismo moderno, temos o contracto dirigido, no qual o Estado intervém activamente.

Esse desenvolvimento se dá pela coordenação de uma série de diversas circunstâncias, tais como:

o progresso da técnica e da economia, pois o capitalismo é um regime de expansão e intrínsecamente progressivo no seu sistema de produção e de troca;

a instabilidade da moeda, influindo no preço, a desigualdade de situação e de poder das diversas camadas de operários qualificados e não qualificados, e seu antagonismo com os empresários e os capitalistas, que leva o Estado a regular tais relações para evitar os choques.

Aos poucos a ordem pública política se transforma em ordem pública jurídica.

Num capitalismo atômico e liberal, o Estado mantém-se fora da actividade econômica. Ele é apenas um espectador dos choques e lutas de escala pequena, quase reduzidas a um número ínfimo de operários. Cuida apenas que se respeitem as suas normas, as suas regras. A ordem pública é estritamente política e é estável ou durável pelo menos.

No capitalismo moderno das grandes unidades, dos grupos monopolizadores, os choques são mais violentos e fortes, e a ordem é ameaçada. O interesse econômico é posto à frente. O Estado intervém, regula, determina, interdita, estabelece normas. E justifica sua acção pela defesa do interesse geral. Dessa forma institucionaliza, estatiza o contrato, que passa do campo das relações livres para o campo do Estado.

O papel do Estado, tão importante, crescentemente dominador na sociedade capitalista, merece um estudo especial, porque ele prepara o advento do regime cesariocrata. É o que faremos oportunamente.

O ESTADO E O CAPITALISMO — SINDICALISMO — IMPERIALISMO

Muitos consideram como "sujeito econômico", os homens ou os grupos, que mantêm as relações de produção e de troca, e que são considerados como os principais beneficiários dessas actividades.

Segundo a posição *mercantilista*, o Estado é propriamente o sujeito econômico. O indivíduo é o meio, o instrumento do poder e da riqueza do Estado.

Com os *Fisiocratas*, é o indivíduo o sujeito econômico. O Estado apenas reconhece a ordem, elimina as contradições, as resistências. O bem do indivíduo é considerado em primeiro lugar. Esta é a posição na *fase industrial* do capitalismo.

Na *fase predominantemente financeira* do capitalismo, retorna o Estado a ser o sujeito econômico, como se verifica na segunda metade do século XIX. Essa compreensão surge nos estudos da *Escola histórica*, e sobretudo em *List*.

Essa é a posição das *escolas socialistas* (autoritárias) e democráticas (não as libertárias). O Estado ou as colectividades públicas passam a ser o sujeito econômico. Da *utilidade subjectiva*, predominante na fase industrial, passa-se para uma *apreciação objectiva das condições*, para uma *utilidade calculada*, diferente da soma das utilidades ou das utilidades dos indivíduos.

Essas colocações diferentes correspondem também a concepções diferentes da Economia.

Quando o sujeito econômico é o Estado, o econômico pertence à administração pública, à política.

Na segunda fase, é a constatação e a análise das leis que regulam a actividade dos agentes individuais.

Na terceira fase, temos uma integração da economia e dessas leis.

A utilidade, considerada até então subjectivamente, passa a ser objectivamente considerada.

Temos, na primeira fase, o capitalismo controlado pelo Estado mercantilista; na segunda, a fase do capitalismo liberal; na terceira, a do capitalismo das grandes unidades, do monopólio, controlado pelo Estado (socialismo autoritário, capitalismo de Estado).

Confundem-se aí as categorias do *direito público* com as do *direito privado*.

A iniciativa e as relações que dependem dos grupos controlados pelo Estado tornam-se mais numerosas. Entre ês-ses, temos os serviços de interesse geral.

Subordina-se o Estado aos interesses económicos, pelos quais é penetrado, mas procura subordiná-los, por sua vez, aos valores morais.

Mas uma análise do capitalismo ao lado do Estado e de sua estructura nos permitirá uma melhor visão de tão importante tema da actualidade.

Uma das primeiras intervenções do Estado na economia é a que se manifesta pela determinação dos *preços do mercado*, o tabelamento, pelo qual procura corrigir o funcionamento do mercado, conciliando os *interesses divergentes*, arbitrando quando necessário.

A segunda intervenção consiste nas *explorações públicas*. Interdiz actividades económicas por meio de monopólios do Estado, ou por leis proibitivas; cria legislação protectora, lança impostos que aumentam o *custo*, intervém directa e indirectamente para fixar e ditar preços.

A intervenção do Estado nos preços do mercado, para correção dos desvios, termina por tornar-se de esporádica em permanente, como se vê actualmente em quase todo o mundo e essa intervenção se processa das maneiras mais diversas.

É da essência do capitalismo a divisão entre o factor trabalho e o factor capital. Os conflitos de interesse, que se formam entre os agentes económicos desses dois factores, interessam directamente ao Estado que procura, por todos os meios, arbitrá-los.

Os elementos representantes dos dois factores lutam entre si para aumentar seus rendimentos e poder, e seria uma ingenuidade querer negá-la como um facto social.

Polarizam-se os interesses e as reivindicações, e é o Estado sempre acusado por uns e por outros, na proporção em que tende mais para um lado que para outro.

Mas, essa polarização dos agentes económicos, dos dois factores, não se processa amorfamente, mas por sedimentações de classe, os *sindicatos* (patronais e operários).

Essa palavra (*sindicato*) vem do antigo termo *síndico*, a quem cabia a sindicância, assumindo posteriormente, pela forma moderna, a significação de uma associação de comerciantes ou não, para tratar, em comum, de determinados interesses. Hoje, o sindicato é uma organização de classe para tratar dos respectivos interesses económicos.

Analisemos primeiramente o sindicalismo operário, depois o sindicalismo patronal, para, finalmente, ligar tais movimentos à ação do Estado.

Já tivemos ocasião de falar nas corporações. Estas mostravam duas formas de coerência: a *confraria* e o *companheirismo*.

Com o decorrer do tempo, os *mestres*, receosos da concorrência de novos oficiais, organizaram-se de forma fechada, criando os maiores embargos à ascenção de novos elementos, cavando, assim, um abismo, uma separação entre os empregadores (diástema) e os assalariados. E nessa fase que começam a surgir os primeiros grupos profissionais de composição operária.

Surgem, então, as *confrarias*. No início, são associações de carácter essencialmente caridoso e religioso, e agrupam patrões e operários de uma mesma profissão. Mas, à proporção que se separam economicamente patrões e operários, a confraria muda de carácter. Fundam-se, então, confrarias de operários e, para evitar as rixas que se travavam

entre operários e patrões, põem-se a reunir em dias diferentes e a celebrar também, em dias diferentes, a festa do mesmo santo da confraria.

Tais factos, naturalmente, não obedecem a uma regra absoluta, mas apenas são verificáveis na história com certa constância, ao lado de outros, de formas diferentes. O que apenas nos convém salientar é que, nas confrarias, a separação entre operários e patrões processa-se já de maneira bem acentuada.

Já o *companheirismo* surge com o alvorecer do capitalismo. É combatido a princípio pelo Estado com severidade. Institui-se, de início, com um sentido mutualista, como caixas de socorros mútuos. Apesar de combatidos, organizam-se clandestinamente, entram eficazmente na luta contra os patrões e têm, como finalidade principal, recrutar a mão de obra, monopolizá-la, para enfrentar as exigências dos mestres e dos patrões. O germe da greve já está aí. Essas organizações já são verdadeiros organismos de combate.

É impossível relatar a história da luta do Estado contra tais organizações e da violência sanguinária que a acompanha. (Aos que desejarem conhecer a história desse período podem ler Martin St-Léon — "Histoire des corporations de métiers", em 3 vols.)

Os diversos movimentos revolucionários verificados na Europa, a Revolução Francesa, a de 1848, a 1871, e as conquistas de muitas leis, obtidas à custa de muito sangue e muito sacrifício, acabaram por dar aos trabalhadores o direito de se organizarem em unidades de defesa de seus interesses econômicos, os *sindicatos*.

No início, sabiam bem claramente os operários o que queriam. Mas, com o decorrer do tempo, penetraram em seu meio os elementos intelectuais, trazendo suas doutrinas, interpretações, algumas com a marca da infalibilidade, e as lutas já não se travavam contra a classe oposta, mas entre os componentes da mesma classe. E nessa luta se deu um impulso, um afã talvez muito maior e mais efectivo que na luta anterior.

Estudar-se a história do sindicalismo operário é ler a história ambiciosa de tantos iluminados e chefetes "salvadores" do proletariado, que o arrastou à violência e ao assas-

sírio. Nunca se fêz uma estatística sobre essas mortes, mas poder-se-ia dizer que, por idéias, os trabalhadores mataram mais trabalhadores do que os esbirros dos patrões. Nos últimos cem anos, depois que penetraram no movimento operário as doutrinas socialistas, os ódios, que dividem a classe trabalhadora, são mais intensos do que os que os separam do patronato. A luta ideológica, com os "iluminados messias", serviu apenas para evitar que a transformação do capitalismo numa forma mais humana de vida social se observasse mais rápida, porque essa luta não só serviu para obstinar os contendores, como para dividi-los e enfraquecê-los.

O sindicalismo sofreu os males dessa luta e ainda sofre, porque nela penetrou as valorações e interpretações políticas, dividindo quando devia unir, atirando o choque quando se impunha uma trégua. Não podemos aqui traçar a história do sindicalismo porque é vasta.

O sindicalismo operário forma-se sob o signo da luta, do combate. O sindicato é um organismo de luta e de competição, por isso se distingue da *cooperativa* que é um organismo de *cooperação*.

A luta pelo sindicalismo é econômica. Por se ter tornado política, isto é, por se ter submetido a Economia à Política, precisamente por aquêles que afirmam que a Política se subordina à Economia, é que o sindicalismo serviu para desunir, separar os trabalhadores, bem como desprestigiar ante os seus próprios olhos as grandes possibilidades do sindicalismo como organismo de luta dentro do regime capitalista.

Marcadas essas notas fundamentais, examinemos agora o sindicalismo patronal.

Se voltarmos para o passado, vemos que, enquanto o Estado combatia enérgicamente o sindicalismo operário, favorecia, por todos os meios legais e ilegais, estimulando tanto quanto possível, o sindicalismo patronal, como vemos entre nós.

A formação das *câmaras sindicais*, das uniões do comércio e da indústria foram sempre favorecidas por todos os meios ao alcance do Estado.

No entanto, observa-se que nos sindicatos operários houve sempre maior solidariedade, maior unidade pela homogeneidade dos elementos componentes, enquanto no sindicalismo patronal a coerência, a unidade, foi obtida muitas vezes em face da oposição que sentiam dos trabalhadores e pela necessidade do Estado de se apoiar e de ser apoiado pelo patronato. Por outro lado, o espírito do "cada um por si" do capitalismo não facilitava a formação da unidade. A arquitetura sindical operária é homogênea. O operário pertence a um sindicato.

Mas sendo heterogênea a constituição do patronato, muitas vezes um indivíduo faz parte de muitos sindicatos, porque é constrangido a tal. As federações patronais se entrecruzam.

Assim como os sindicatos operários se federalizam em federações e confederações, também se federalizam os sindicatos patronais. E a federalização se processa por sedimentação das profissões (federações dos trabalhadores, federação das indústrias, do comércio, etc.).

Quer operário quer patronal, o sindicato representa a defesa dos interesses (quando é realmente um sindicato) dos membros que o compõe. O sindicato operário quer melhorar o salário, as condições materiais e morais da execução do serviço. O sindicato patronal combate a acção unilateral do sindicato operário, e procede em defesa dos interesses do patronato.

Para a boa efectivação dessa luta, necessita o sindicato de *unidade*, por isso de disciplina. Para tanto, organiza os grupos, cria punições. Obtida essa unidade, luta pela obtenção dos direitos que reivindica.

São os sindicatos patronais e operários realidades que apresentam diferenciações dignas de nota.

O sindicato operário nasce espontâneamente, como uma defesa natural do trabalhador ante a miséria que o avassala. É um organismo que luta para obter o que lhe falta.

O sindicato patronal desenvolve-se em função desse antagonismo e luta por não ceder os direitos adquiridos, ou, quando os cede, por obter outros.

Com o decorrer do tempo, é natural que se formem duas perspectivas, dois ideais, duas morais, duas ideologias, inevitavelmente antagônicas.

O patronal defende o benefício, o proveito da sua classe; é defensivo.

O sindicato operário luta, combate, tem a mística da violência do combate sem tréguas. E nesse combate, nessa luta, não seria de admirar que surgissem os ódios, e que êsses ódios servissem de base para a fundamentação de ideais revolucionários.

Todos os factos do movimento social, no capitalismo, nos mostram, apesar de não o quererem compreender muitos, que nem histórica, nem psicológica, nem moralmente, o sindicalismo operário e o sindicalismo patronal encontram um meio de ser plenamente assimilados, como muito bem o mostrou Perroux.

As soluções oferecidas para tal antagonismo serão estudadas em lugar oportuno, bem como as novas sugestões oferecidas para um desenvolvimento ulterior do grande tema social da luta de classes, que é uma resultante apenas da competição dos interesses, e não da cooperação dos interesses, como veremos.

* * *

Tanto a conjugação das fórcas patronais como as operárias, não se contentam em reunir os elementos dispersos e defender-lhes os direitos. Ambos agrupamentos querem impor uma visão geral própria à comunidade nacional.

Esse espírito de imposição nasce da convicção que têm ambos agrupamentos de que o justo, o verdadeiro, o que é razoável, estão condicionados ao seu ponto de vista. Actua aqui mais uma lógica afectiva do que o mero formalismo lógico.

Ambos têm a convicção de uma evidência: que o justo está do seu lado. E como todo homem, quando tem a convicção de uma evidência não admite, não tolera, não aceita a contradição, nem o desmentido, quer, por isso, salvar os outros do erro, e quando há resistência, impor-lhe a verdade.

Esse espírito totalitário é *imperialista*. Porque há imperialismo onde se deseja *impôr* uma verdade aos outros. E a *imposição* se dá quando se tem *fôrça* para tanto.

Nessa luta totalitária, de imposição total de sua verdade, o caráter imperialista se manifesta pela incorporação à sua *verdade*, dos elementos dispersos afins, pela acção que leva a fazer desertar elementos dos adversários e pela expansão, sem limites, de suas funções.

Examinemos êstes aspectos importantes:

Entre o trabalhador e o empregador, há uma série de elementos intermédios, cujos interesses pendem, ora para um pólo, ora para outro. Nem sempre é fácil distinguir o *trabalho* de o *capital*, daí a dificuldade de especificar a *classe*, como o desejam os socialistas.

O camponês (o campesinato) é um tanto refratário à técnica do capitalismo. Resiste, por que, nêle, a separação entre o factor trabalho e o factor capital não é ainda bem clara. O tradicionalismo é mais subsistente e as relações humanas são mais amplas.

Considera Ramuz o campesinato não propriamente uma *classe*, mas um *estado*.

E explica-o por que. Ser camponês não é apenas ter, exercer uma profissão, mas ter um *modo de vida* determinado, uma maneira de ser; é participar de um conjunto coerente de comportamentos sociais. O camponês não existe apenas hoje. Existiu sempre, enquanto outras funções variam. Ser camponês é participar de uma *categoria econômica fundamental*, de uma actividade productiva de base.

Assim o sindicalismo dos trabalhadores do campo é mais difícil de realizar-se, enquanto é mais fácil o dos empregadores.

O funcionário público actua numa área diferente da produção e da troca. Com o decorrer da hipertrofiação do Estado omnipotente e único, o funcionalismo, como fôrça eleitoral e política, obtém um estatuto que o separa da produção e torna-se o usufrutuário maior do Estado.

Os técnicos e os trabalhadores intelectuais formam duas novas modalidades, cujos interesses podem levá-los para a

órbita de um ou de outro pólo. No entanto, já Proudhon o expusera, e Burhan o examinou mais próximo a nós, o papel histórico do técnico, que, aos poucos, torna-se o *gerente* de todos os bens do capitalismo.

Não só os técnicos *gerem*, como são, de uma maneira crescente, grandes usufrutuários dos benefícios, o que os leva a pender para a órbita do patronato. Mas o facto de terem êles o controle econômico da produção, leva-os também a apoiar-se no agrupamento trabalhador, não para garantir ou aumentar a expansão dêste, mas para *assegurar* o seu controle.

No tempo do feudalismo, foram os burgueses os *gerentes*, e quando dominaram o poder econômico, estatuíram sua vitória através da revolução política, que é sempre estrepitosa.

Esses elementos são recrutados para os dois pólos, mas nêles se forma, a pouco e pouco, uma consciência de classe, torna-se uma classe *para si*. (Voltaremos ainda a este tema).

O recrutamento fora das fronteiras dos grupos consiste quase sempre no esforço em *provocar deserções no adversário*.

Um dos processos mais conhecidos do capitalismo é o *sindicato amarelo misto*, em que se misturam patrões e operários.

Por outro lado, temos outra constante do movimento sindical operário, que consiste na conquista do elemento do artesanato e do elemento pequeno-burguês, os pequenos patrões.

Verifica-se, assim, que a expansão é realizada através da conquista dêsses elementos intermediários entre os dois pólos.

EXPANSÃO PATRONAL E OPERÁRIA

Os dois agrupamentos, organizados sindicalmente, procuram, por todos os meios, o domínio integral do sistema da produção e da troca, em seu exclusivo interesse. Para assegurar esse domínio, procuram apossar-se da máquina do Estado e modelá-la no sentido que lhes é conveniente.

Possui o sindicalismo patronal, historicamente, o domínio político e econômico, e não quer perdê-lo. Ao contrário; além de conservá-lo, quer organizá-lo de modo que possa servir aos seus interesses e impedir o desenvolvimento das forças contrárias.

A influência patronal no Estado manifesta-se de duas formas:

a) *clara* — pelo domínio do poder do Estado pelos monopólios, cartéis, trustes, etc., próprios do capitalismo das grandes unidades, como foi o caso da Alemanha, após a primeira guerra mundial;

b) *veladamente* — através das influências parlamentares, pressões financeiras, imprensa e propaganda.

Quanto ao proletariado, convém distinguir também:

No início, as associações proletárias não contestam os direitos do capitalismo, mas apenas procuram *corrigir* defeitos, limitar excessos, impedir injustiças.

Lutam por salários mais elevados, melhores condições materiais e morais de trabalho. Mas, posteriormente, alargam-se as suas pretensões e desejam uma *transformação* da economia capitalista e querem substituí-la por uma economia propriamente sindical. De meio de defesa, torna-se o sindicato um meio de luta, e posteriormente, uma célula de base para a reconstrução social. (Estas são, em linhas mes-

tras, as idéias do Anarco-sindicalismo). *Politicamente*, foram os sindicatos operários perseguidos até conquistarem seu direito de cidade, isto é, seu reconhecimento pelos patrões e pelo Estado.

No início, não quer o sindicato operário senão defender-se do Estado e dos patrões, mas termina por desejar substituir o Estado, substituir o "governo dos homens" pela "administração das coisas", isto é, a *desaparição do Estado político*, substituído pela Administração social, fundada nas comunidades livres (Anarquismo), ou numa nova estructuração do Estado, mas já proletário, que exerce sua ditadura sobre todos, e dá a nova ordem social (socialismo autoritário, marxismo, etc.). Quando o sindicato operário forma a célula de base de uma estructura administrativa *não política*, temos o anarco-sindicalismo, quando além de administrativa é *política*, temos o sindicalismo marxista ou de feição marxista.

As críticas, que se formam contra o sindicalismo revolucionário, baseiam-se tôdas no princípio de que o proletariado, os assalariados em geral, não formam a nação, como é provado estatisticamente. Dessa forma, sua ditadura é apenas uma ditadura que nem sequer vem em seu benefício, nem no da sociedade humana.

Surgem aqui as críticas dos *anarquistas*, que desejam uma estructuração social que respeite o homem, pois este precede a classe, e vale mais que a classe e deve estar presente sempre como a verdadeira *concreção*, enquanto a classe é uma *abstracção*.

Daí afirmarem que tôdas as soluções que tomem êsse rumo são fictícias e redundarão em prejuízos e brutalidade, porque, na verdade, são utópicas, pois se fundamentam em abstracções. A solução, que *humaniza o homem*, é a concreta, embora seja ela considerada utópica pelos marxistas e sequazes.

As opiniões anarquistas têm muita semelhança com as opiniões sociais dos cristãos, que também se fundam nos postulados de Proudhon, como se observa no movimento cristão-social na França.

Embora anarquistas e cristãos se digladiem, lutam no mesmo terreno. Os anarquistas os acusam de quererem

pouco, e os cristãos de que os anarquistas querem *demais*. Além disso, os primeiros não acreditam na sinceridade dos cristãos, porque afirmam que êstes são manejados pelos interesses patronais ocultos, embora reconheçam que há individualmente expressões respeitáveis de sinceridade.

Em suas linhas gerais, combatem os anarquistas a solução marxista por considerarem nela um êrro fundamental. Marx confundia *negação por privação e negação com alteridade*. A opressão não é uma antítese da liberdade, nem esta daquela. Na opressão há carência, *privação* da liberdade. Dessa forma nunca a opressão poderia *alterar-se* em seu contrário, a liberdade, porque o semelhante gera o semelhante. Assim, nunca a ditadura gerará liberdade, e se o reino da liberdade é o desejo dos marxistas, a ditadura do proletariado (ou sobre o proletariado), gerará apenas a hipertrofia do Estado. Quando Lenine e os marxistas asseguravam que o Estado proletário seria um estado em deperecimento, afirmavam os anarquistas (antes da revolução russa), que em vez de *deperecer*, êsse estado se *hipertrofiaria*.

Os factos, posteriormente, comprovaram que as críticas dos anarquistas estavam mais certas.

Apresentamos em outros trabalhos nossos um paralelo das opiniões anarquistas e das marxistas, antes, durante e depois da revolução russa, apesar de os anarquistas terem sido sempre apresentados como utópicos; contudo, tinham uma acuidade na observação dos factos muito maior que os marxistas, apesar de serem êstes "científicos".

* * *

Recapitulando os temas acima tratados, podemos considerar o histórico dessa luta em seu sentido actual: isto é, aplicá-lo aos factos que decorrem. Essa luta continua na sociedade hodierna, com uma violência não inferior à antiga.

As "contradições", inerentes ao regime capitalista, que levam à polarização dos interesses, não podiam evitar a luta. Procuram encarnar êsses dois pólos, hoje, as potênc-

cias em choque. No entanto, ambas usam de bandeiras novas e se intitulam defensoras de ideais, que as ultrapassam.

Uma análise da situação russa e da americana impõe-se aqui. Mas, para fazê-lo, teremos primeiramente que examinar outros aspectos, categorias e conceitos econômicos, para que essa análise permaneça em terreno sólido. Então poderemos ver claramente quanto há de rigor ou não nessas pretensões, bem como se as duas soluções preconizadas formam realmente um dilema, isto é, se *temos de escolher uma ou outra, e se não há outras posições*, indicadas pela Economia, pela História e pela Técnica e sobretudo pela Ética, e com o exame das ciências culturais.

Mas tal análise exige outras que a precedem, e virá nos próximos volumes. Estudemos a seguir a acção do Estado para enfrentar tais problemas.

* * *

Quanto ao *imperialismo* em sentido econômico, que ultrapassa as fronteiras de uma nação, teremos oportunidade de estudá-las após o exame de outros aspectos de interesse fundamental.

A ACÇÃO DO ESTADO

Pretendendo ajustar os interesses em luta na sociedade, para estabelecer a "paz social", a intervenção do Estado se processa, como já vimos, pela fixação dos preços, pela legislação, etc. No entanto, em certas circunstâncias históricas, impõe-se uma intervenção mais directa e efectiva, e podemos analisá-la sob as duas formas mais conhecidas: a autoritária e a democrática, que são as formas típicas da época que vivemos.

A FORMA AUTORITÁRIA

As mais importantes que conhecemos, em nossos dias, foram a da *Alemanha hitlerista* e a da *Itália fascista*.

Examinemos suas *diferenças e similitudes*.

1) O Estado parlamentar, com seu princípio representativo, princípio da divisão dos poderes, a livre concorrência, etc., é substituído por um Estado que se considera representante directo da *nação* (Itália) ou do *povo* (Alemanha).

2) Organizam-se agrupamentos corporativos, que são organismos públicos que lutam contra a dispersão da produção do capitalismo, impondo uma colaboração pacífica e jurídica do trabalho e do capital; isto é, lutam contra o antagonismo que dispersa a produção, suprimem o direito de greve e estabelecem um tribunal de trabalho, no qual são julgadas as pendências entre patrões e operários, cujo tribunal lança sentenças, que são sancionadas pela lei.

A técnica democrática foi aplicada na própria Alemanha, durante a República de Weimar, e é aplicada também hoje na França.

Neste país, o Estado é parlamentar, e mantém todos os seus princípios. Não há agrupamentos corporativos permanentes de carácter público ou semi-público. Mantém-se o direito de greve, embora se delimite a sua extensão.

A greve tem sido uma arma usada muito mais para fins políticos que para fins econômicos. Essa prática desvirtuada tem o deliberado interesse de desmoralizá-la como meio de luta, para poder levar os trabalhadores ao desespero e concomitantemente à insurreição.

Analisemos as duas técnicas:

Na Itália, pela lei de 3 de Abril de 1926, foi organizada em suas bases, a corporação. Os sindicatos *oficializados* passaram a ser *oficiais*, e seus estatutos submetidos ao controle do Estado.

Posteriormente, o sindicato foi cedendo sua posição para ser substituído pela corporação que agrupava patrões e operários, e era dirigida por um ministro de Estado, nomeado pelo governo.

Na Alemanha, com o decorrer do tempo, atingiu-se a uma organização, que embora não sendo bem a corporação, teve um carácter de *Stand*, cujo nome adquiriu. Nela se reuniam as actividades profissionais num quadro mais amplo que os das profissões. Os membros dessa organização, submetidos a regras comuns de acção, tendiam para uma colaboração pacífica entre o trabalho e o capital. O número desses *Standen* era pequeno. Em 1933, quando os hitleristas assumiram o poder, destruíram as organizações socialistas, os sindicatos, as cooperativas, os partidos. Na *Frente do Trabalho*, reuniram trabalhadores e patrões e as pendências eram resolvidas em *tribunais de honra social*, nos quais eram julgados os atentados à honra da mão de obra ou à honra do povo alemão.

Nessa mesma época, organizou-se a *Corporação alimentar do Reich*, na qual se filiaram os camponeses, uma verdadeira corporação alimentar, com a conjugação de grupos sindicais agrícolas. Posteriormente, foram criados grupos patronais e subgrupos em 1934, e, em 1936, grupos de trabalhadores assalariados e os grupos patronais mantinham ligações e colaboração por meio de comissões mistas e iguais.

Dessa forma se vê que em ambas manifestações, a da Itália e a da Alemanha, há bastante similitude, e formam um grupo que se opunha às experiências dos países democráticos.

Na Alemanha Weimariana, que precedeu à Alemanha fascista, houve diversas experiências de socialismo democrático, realizadas com o apoio de todos os partidos políticos intitulados socialistas, inclusive o comunista. Procuravam, por todos os meios, conservar as instituições básicas do capitalismo, manter o mercado, embora controlando-o, e o salariado. Mas essas providências levaram a enfrentar o problema do Estado e a procurar a sua reforma.

Foi instituída a arbitragem obrigatória como meio de solução das diferenças colectivas econômicas e sociais. Grandes dificuldades surgiram para manter essa arbitragem. Há dificuldade em delimitar um conflito colectivo de um conflito individual, e impedir que um individual se torne no movimento colectivo de uma greve, criando dificuldades de ordem econômica e social para solucionar e enfrentar finalidades não sólamente diferentes mas até opostas.

Os tribunais de arbitragem e as juntas de conciliação são comuns hoje nos países democráticos, variando suas normas, segundo a legislação de cada país.

As diferenças que caracterizam a técnica democrática e a autoritária, podemos salientá-las do seguinte modo.

No Estado democrático: este aceita que a sociedade civil é diferente dêle e tem uma existência relativamente independente. Respeita certas particularidades e diversidades dos agrupamentos, enquanto nos países autoritários, o Estado e a população civil são apresentados como uma unidade, e as decisões daqueles são impostas como próprias da sociedade civil.

No regime autoritário, o sindicato é submetido ao Estado, enquanto no democrático é (quando é) mais ou menos livre. A liberdade consiste em poder organizar, estabelecer suas normas de acção, poder entrar ou dêle sair o trabalhador, liberdade de escolha de seus dirigentes sem interferências do Estado. Essas são as diferenças.

Embora tão grandes as diferenças, há muitos pontos de semelhança. E tal se dá porque toda e qualquer arbi-

tragem, toda forma de conciliação procura *remediar* as contradições e não *resolvé-las*. A colaboração forçada num mundo de competição tem sempre que lançar mão da *pressão*, quer estatal, quer extra-estatal, sob pena das arbitragens permanecerem em terreno puramente *platônico*, para usarmos o termo no sentido popular.

É que a ação do Estado, na intervenção das lutas que surgem do antagonismo entre as classes, entre a detentora dos meios de produção e a detentora do trabalho, exige que ele se adapte ao antagonismo, como órgão capaz de enfrentá-la. Tal condição predispõe as grandes reformas do Estado, que não solucionam os conflitos mas apenas os suspendem, ressurgindo mais agudos depois.

Vejamos essas transformações.

Tanto a democracia como o capitalismo moderno sofrem profundas transformações em sua estrutura.

Quando o capitalismo era de pequenas unidades, como já estudamos, não podiam os grupos formados intervirem no conjunto. Hoje temos grupos monopolizadores constituídos, que procuram excluir-se uns aos outros, que lutam entre si em grandes batalhas surdas. Uma série de partidos políticos de programas variados, quase sempre os mesmos, digladiam-se, estabelecem alianças, desviam a actividade humana para lutas estéreis, desejam o monopólio de poder, embora seja tal desejo o mais anti-democrático. Formam alianças com o intuito de dominar plenamente e totalmente o poder, de constituir monopólios políticos à semelhança dos monopólios econômicos.

É da essência da democracia e do capitalismo, para poderem funcionar normalmente, respeitarem a lei democrática fundamental, a da liberdade.

No capitalismo liberal tal lei era naturalmente aceita e cumprida dentro naturalmente dos interesses em antagonismo. Essa lei admite a concorrência dos partidos e seus programas, que lutavam entre si para terem a preferência pública, e para tal tinham, naturalmente, de realizar obras que justificassem essa preferência ante o eleitor.

Deixa de existir a democracia, quando a) o Estado intervém para assegurar, indefinidamente, direitos adquiridos, e quando intervém no mercado, na distribuição;

b) quando os partidos representam interesses de grupos econômicos ou de classes, ou quando não reconhecem a ordem democrática e lutam contra ela.

É natural, portanto, que os democratas procurem defender a democracia, combatendo tenazmente os que atacam seus princípios. Até aqui é de reconhecer-se esse direito de defesa, o qual não implica um juízo de valor, não implica que seja realmente a democracia nesse sentido clássico a que melhor corresponda aos interesses humanos, gerais, o que é discutível, e o é pelas diversas doutrinas e correntes sociais.

O que se observa no momento que atravessamos é que a política penetra na economia capitalista, isto é, o Estado intervém para substituir e herdar o que pertencia aos capitalistas.

O parlamentarismo oferece defeitos: tem meios de informação econômica muito limitados, porque os serviços públicos são sempre emperrados pelo burocratismo inevitável, imanente ao regime centralizado de administração pública. Por outro lado é um organismo lento em suas deliberações, não podendo enfrentar com eficiência certos factos econômicos que se dão com tal rapidez e significação, que exigem uma imediata providência. Além disso, o parlamento é composto de elementos ligados aos interesses em antagonismo e nem sempre suas deliberações correspondem ao desejo popular dos que os elegeram.

Tais circunstâncias levaram naturalmente às reformas do Estado, ao *remediameto* e não à *cura*.

Assim, logo após à primeira guerra mundial, constituíram muitos Estados democráticos e parlamentares os conselhos nacionais econômicos que funcionam em alguns países com bastante autonomia, constituindo até um poder novo, como muitos o querem ver. No entanto, sua subordinação ao Estado os levava e leva a uma subordinação aos interesses políticos dos grupos dominantes. E o Estado muitas vezes intervém na formação desses conselhos para assegurar esses interesses.

Num sistema socialista planificado, os conselhos econômicos, pensam alguns tratadistas, poderiam ter seu verdadeiro sentido e tornarem-se verdadeiros representantes

da sociedade dos productores, distintos do Estado. Tal ponto de vista encontra oposição em factos que não devem ser desprezados.

Em qualquer sociedade, onde o salário se estabeleça, as diferenças da ordem da divisão do trabalho e da administração fomentarão antagonismos inevitáveis e não impedirão que as divergências se estabeleçam.

O conselho econômico não pode assumir o poder, porque constituirá este por um Estado político, este não cederia seus direitos em benefício de um organismo econômico. E se tal fosse possível, teríamos apenas uma passagem de poder, sem evitarem-se os males que dêle decorrem.

Para solucionar as reformas necessárias do Estado, foram propostas várias soluções, tais como a formação de câmaras especializadas que, ao lado da eleita pelo sufrágio universal, fôssem câmaras de grupos, nas quais se assentariam os representantes dos agrupamentos econômicos (todos os sindicatos), dos corpos científicos (ensino público de todos os graus, ensino particular, sociedades e instituições de pesquisas e de vulgarização, etc.) grupos desinteressados (associações de educação, de assistência, formações juvenis e grupos confessionais, de qualquer espécie). Com essa representação se teria uma representação *integral* da sociedade, sem os prejuízos das eleições de sufrágio universal, que não reproduzem o verdadeiro intuito da população. Essa representação teria ainda um valor, pois seus representantes seriam o que são, e não lutariam por ser o que não são. Teriam consciência do que são e do que virão a ser.

Além disso, seria perfeitamente democrática, porque seria uma representação total dos elementos sociais.

O ESPÍRITO DO CAPITALISMO

No tocante ao tema dêste ponto, duas posições são frequentemente tomadas, quanto à formação do "espírito do capitalismo":

- a) que esse espírito condicionou a aparição do sistema;
- b) que a aparição do sistema condicionou esse espírito.

Temos na primeira posição, a clássica posição dos críticos do capitalismo, na segunda as interpretações chamadas de materialistas.

Nossa posição é outra:

Certos factores ideais, constantes no capitalismo, mas que ultrapassam o seu âmbito (que lhe são transcendentais), coincidem com os factores reais, que compõem o mesmo capitalismo. A *contemporaneidade* desses factores permite-nos estudarmos o espírito do capitalismo que se forma através da reciprocidade desses factores de ordem dinâmica diversa.

Analisemos primeiramente uma série de aspectos e justifiquemos, afinal, as nossas opiniões, que se fundam na contemporaneidade dos factores reais e ideais, evitando, de vez, a colocação da anterioridade de um factor ou de outro, tão do gosto do idealismo absoluto e do materialismo, em todos os seus matizes.

A presença de certos móveis de carácter subjectivo (emergência caracterológica do empresário utilitário, como veremos) permitiram que certos acontecimentos (instituições, normas, etc.) fôssem aproveitados e empregados de tal forma, que, por sua vez, influíram sobre os mesmos móveis,

e êstes sobre os acontecimentos, numa recíproca actuação, até constituir o arcabouço do capitalismo.

Já vimos, ao estudar a história da técnica e as suas fases, uma série de coordenadas, que permitiram o advento do capitalismo ocidental.

No exame dos actos humanos, verificamos um *invariante*: o *interêsse*. O homem não se dedica a isto ou aquilo, não analisa isto ou aquilo, não pensa sobre isto ou sobre aquilo, não atende para isto ou àquilo, para o qual não tenha interesse. Em todos os actos humanos há a *presença constante* desse elemento que coordena, com outros, todos os actos humanos.

No entanto, não devemos pensar que ao dizermos que o "homem é movido pelo interesse", estejamos dizendo alguma coisa de novo, porque todos os actos humanos apresentam, para quem os pratica, um *interêsse*.

Contudo, não é muito difícil compreendermos desde logo que no termo *interêsse* é que está todo o problema. De sua nítida compreensão, tudo se esclarecerá. Ora, poucas palavras sofreram tanta deturpação no seu sentido como esta, a qual empregada em tantos e variados sentidos.

Devemos recordar a distinção que fizemos, quando examinamos o acto económico, do *lado pessoal* e do *lado individual* do ser humano.

O interesse pode ser *material* ou *pessoal*. O que marca o sentido económico de um facto é o seu lado oneroso, como já vimos, a troca onerosa, e que não se destina à satisfação de uma necessidade pessoal ou individual.

O interesse é de origem afectiva. A palavra é formada de *inter* e *esse*, duas palavras latinas que significam *entre* e *ser, estar*; *interesse* é um verbo latino, formado das duas palavras, que significa *estar dentro, participar de...*

Em todo interesse há uma *afectividade*, um impulso *páthico*, um querer o objecto. Se entre vários objectos, escolhemos um, esse é sempre o que nos provocou o interesse.

Já vimos que nossas necessidades são de ordem material ou de ordem espiritual.

Temos interesse para os bens que nos satisfazem essas necessidades e, esse interesse está marcado pelo próprio bem, se para fins materiais ou espirituais. Frequentemente, considera-se apenas como interesse o que nos aproxima, nos dirige para os bens que satisfazem necessidades materiais, ou que são directamente dirigidos para bens meramente materiais. Costuma-se dizer que é *desinteressado* o ímpeto dirigido para fins culturais, espirituais, etc. No entanto, quando se deseja justificar uma ordem de coisas, onde predomina o interesse material, costuma-se argumentar com o interesse tomado em seu sentido extenso, como os capitalistas, que desejam justificar sua ordem de coisas sob a alegação, sob o fundamento dos interesses de ordem geral, em sentido extenso, para justificar o interesse em sentido restrito do capitalismo, como, por exemplo, ao tratar-se do estímulo de produzir.

Dados êsses elementos prévios, estamos aptos a estudar o acto económico para, depois, estudarmos a actividade económica do capitalismo.

ACTO ECONÔMICO

Em acrescentamento ao que já dissemos de tão importante categoria, já vimos que se não houvesse raridade econômica nem limitações de bens e de tempo, não haveria nenhum custo, nenhuma onerosidade para a satisfação das necessidades humanas. Aproveitando um estudo de Röpke, economista moderno alemão, há em todo acto econômico uma luta contra uma raridade, contra uma insuficiência, um combate contra um deficit de meios (*ein Nitteldefizit*).

Essa luta pode revestir três formas:

- a) pelo emprêgo da violência ou da astúcia. Ex.: o roubo ou a guerra para submissão de outros povos;
- b) pelos actos *desinteressados* (desinteressados aqui é empregado em sentido econômico), como os actos humanitários, de fraternidade, de caridade, etc.;
- c) pela troca de prestações contra prestações, os chamados actos da vida dos negócios.

Essas três formas muitas vezes se combinam. Por exemplo, pode haver combinação da violência com a troca, como vemos na história do colonialismo, na acção da metrópole com a colônia. Aquela, sob a proteção das armas, tem uma posição privilegiada como parte contractante. O mesmo também pode dar-se no contacto entre civilizados e povos primitivos, em que aquêles levam uma superioridade sobre os últimos, como nas trocas entre civilizados e tribos primitivas.

No capitalismo actual, temos ainda os casos dos monopólios, os quais, por sua posição privilegiada, têm uma *situação preferencial*. Nesses casos, não temos trocas puras, mas combinadas com pressão.

Também podem dar-se combinações das trocas com móveis considerados desinteressados ou altruístas. Temos exemplos nos médicos, que aliam uma obra social e altruística (nos casos de vocação), e também nos sacerdotes, pioneiros quando vocacionais.

Tais combinações são variáveis e têm graus correspondentes às estructuras em que se realizam, quanto à família, à classe, à nação, etc.

Encontramos nessas estructuras princípios morais diferentes. Há freqüentemente mais solidariedade, mais cooperação numa família, menor numa classe, e muito menor, quase sempre, quando a estructura é "nacional". Há uma moral em relação aos membros que as compõem, e outra para os membros exteriores. Mesmo dentro dessas estructuras, segundo as componentes, há diferenciações, por ex., entre mulher e marido, entre mãe e filhos, entre pai e filhos, etc.

São menores as restrições quando se trata com elementos de estructuras estranhas. Explorar um elemento de uma classe estranha ou de um país estranho causa menos indignação do que quando se trata de elemento de uma comunidade, (estructura que tem maior coerência). Tais factos criam restrições às concepções de moral humanista, universalista. Estamos aqui apenas formulando juízos de existência, e não juízos de valor. Vemos o que é e o que deveria ser.

A moral humanista dirige-se para um *dever ser*. Pode ela verificar o que é, mas deseja transcendê-lo. Sentimos que aqui estejamos palmilhando um tema que é mais de Filosofia que de Economia, porque, para uma boa compreensão deste tópico, precisaríamos expor nossa teoria das tensões estructurais, que nos mostram um pluralismo intenso e extenso da sociedade humana. As estructuras sociais (comunidades, grupos, famílias, etc.) formam tensões próprias, têm uma ética que lhes é *imamente* (dentro delas), que lhes é peculiar. As acções, que prejudiquem a terceiros, quando da mesma estructura, são consideradas de um valor negativo maior, do que quando se trata de elementos estranhos à comunidade. Tal observação é facilmente comprehensível. Essas atitudes não são equivalentes.

Uma observação da História nos mostra que, no entanto, têm havido modificações na intensidade dessa moral in-

terna. Nas épocas mais atrasadas, havia maior solidariedade e respeito interno, enquanto a violência era maior quanto aos elementos estranhos à estructura. Da pilhagem primitiva, chegamos ao mercado. Mas, em compensação, até o espírito comercial penetrou no âmbito da família. Houve, dessa forma, uma diminuição da tensão defensiva das estructuras, como também da agressividade entre elas, que foi substituída mais pela astúcia.

Por isso se torna muito difícil precisar a relação das combinações entre os métodos que acima citamos.

Analisemos a crítica dos socialistas.

Para êstes, o sistema capitalista é um sistema de violência. O empresário (cujo estudo faremos mais adiante) é imperialista, é expansista. Seu imperialismo se exerce contra os trabalhadores. A luta de classes se manifesta aí num combate constante. A troca é sempre prejudicial ao trabalhador, *que dá mais do que recebe*.

O capitalista responde negando tais afirmativas e justificando sua posição como classe, assegurando que sua função social é útil e necessária, que também presta serviços.

* * *

Toda economia tende ao máximo de utilidade, à maior satisfação das necessidades.

Esse é o móvel de toda a economia, de todo sistema, seja de economia fechada, artesanal, capitalista ou socialista.

As disputas se travam, no entanto, em saber ou justificar como se dá essa satisfação; se essas utilidades são correspondentes aos esforços, se sua distribuição é justa, ou não.

A visão e a análise de tais factos estão condicionadas à perspectiva das diversas estructuras e variam segundo estas. O comerciante, que aumenta descabeladamente os preços das utilidades, vê com maus olhos quando adquire outras por preços elevados, que não constituem, naturalmente, bens da sua esfera de actividade.

Estudemos agora os elementos que impulsoram o capitalismo.

a) A busca de maior ganho monetário possível. Nas economias, como a fechada e a artesanal em parte, é a satisfação directa das necessidades que leva aos maiores esforços. Não os move o maior ganho, mas a maior satisfação das necessidades. Na economia capitalista, o ganho é expresso *em moeda*, por isso tende à maior soma de *ganho em moeda*. Os exemplos filantrópicos não negam essa lógica do capitalismo, que é predominante e avassalante quando do seu domínio como sistema.

A moeda, *de meio*, transforma-se *em fim*. Tudo é calculado *em moeda*.

a) O capitalismo desenvolve certos aspectos da economia e delimita claramente outros. Numa sociedade pré-capitalista, o camponês, por exemplo, não sabe, no fim do ano, o que ganhou ou perdeu de forma certa, segura. Com a moeda é permitido saber-se *seguramente*. Essa capacidade de medir, de saber quanto é certo e delimitadamente, estimula o capitalista ao lucro, pela possibilidade de aumentá-lo, porque revela como ele se dá e como foi alcançado, permitindo, assim, impulsionar para que procure mais.

Numa economia fechada, precapitalista, o trabalhador aspira apenas a satisfazer suas necessidades. Satisfeitas estas, não julga que deva trabalhar mais. Por outro lado, as passagens de uma classe para outra são obstaculizadas.

Na economia capitalista, a possibilidade de enriquecimento é praticamente ilimitada, não havendo, em regra, restrições a esse aumento do patrimônio. O próprio ganho é estimulante, excitante para conseguir maior ganho.

O ganho estabelece o poder, além de ser uma promessa de ganho futuro. Assim o operário que ganha, que tem reservas, vê a possibilidade de passar de sua classe para outra. São factos como tais que permitem a confusão *entre os meios e os fins*. A moeda, que é um meio, torna-se, por isso, um fim, porque, por meio da moeda, é possível obter serviços, bens, satisfações.

O capitalismo, por seu espírito de medida, por sua necessidade de medir, é essencialmente *racionalista* e racionaliza, por isso, a vida. A razão é a deusa do capitalista. Todo seu raciocínio é cálculo, medida.

Convém anotar as relações entre o capitalismo e o liberalismo. Na verdade, o capitalismo exige certa "liberdade" de acção, contudo não se pode daí concluir que o capitalismo e o liberalismo estejam fatalmente entrosados, como se fossem equivalentes. Na verdade, o liberalismo permite o desenvolvimento do capitalismo, por afastar as barreiras e resistências ao seu desenvolvimento, mas o liberalismo, para surgir, implica, prèviamente, que já existam organizações capitalistas.

É o mercado (a concorrência) essencial ao capitalismo. Essa concorrência, útil até certo período, gera também o monopólio que procura destruí-la, contorná-la.

Não impede o capitalismo, com seu espírito de ganho *in infinitum* (ao infinito), que se dêem também actos gratuitos, filantrópicos, bem como manifestações de *gratuidade*, de paternalismo, da parte de elementos capitalistas.

Revela-nos ainda o capitalismo que a productividade não coincide sempre com a rentabilidade. O ganho não corresponde à utilidade e o maior ganho não coincide com o maior serviço. Basta que atentemos ao aumento de preços em consequência da retenção de certas mercadorias, que podem oferecer ganhos maiores.

* * *

Uma anotação torna-se importante aqui. Discutem os economistas se a utilidade social não é apenas uma soma das utilidades individuais. Na verdade, a soma é sempre qualitativamente diferente das suas partes ou do conjunto das suas partes. Um muro não é apenas um conjunto de cal, pedra e areia. E se entrarmos no terreno do homem, no orgânico, onde predomina a ordem dinâmica da intensidade, o qualitativo apresenta maior heterogeneidade.

O interesse colectivo e social não é apenas a soma dos interesses individuais.

A colectividade forma uma estructura diferente. O maior ganho possível não é o melhor impulso para o desenvolvimento social. Ainda traremos exemplos que nos mostrão plenamente o que afirmamos. Esses exemplos nos são ministrados pelas experiências cooperacionais e pelas

criações de comunidades construídas sob base não capitalista. O fundamento econômico do capitalismo não é tão firme como julgavam e julgam os defensores desse sistema.

Há, na Palestina, como em muitas outras partes, experiências tão eloquentes que anulam completamente as afirmativas fundadas nos grandes argumentos do capitalismo.

No momento actual, quando o capitalismo enfrenta sua transformação mais profunda e mais estrepitosa do que uma observação superficial poderia nos mostrar, muitos economistas, na sua maior parte saídos da classe capitalista, procuraram, por todos os meios, justificar esse regime e querer mostrar que suas possibilidades não estão esgotadas. Procuraram ainda mostrar que o móvel do ganho, o espírito de competição de que está imbuído não realizou ainda na história todo o seu papel, mas que ainda tem um papel a realizar. Dá-nos a impressão que o capitalista é um actor que, no fim do espetáculo, depois de cair o pano, e o público se ter retirado, pensa que tem ainda uma cena a representar. Absolutamente não. Nem se julgue tampouco que o socialismo, como os socialistas o consideram, será um substituto do capitalismo, porque esse socialismo é o capitalismo da última etapa.

O que está sendo gerado na sociedade actual, e que substituirá o capitalismo é outra forma que implica um uso geral cultural. Este tema será tratado oportunamente.

Ao estudarmos a formação do sindicalismo, notamos que o proletariado se forma, aumenta, cresce, desenvolve-se ao lado do capitalismo. Existe, coexiste com este. Ao se dar a dissolução das comunidades, corporações, acorrem à cidade onde se tornam *proletários*. Vê o marxismo, na liquidação do capitalismo, na abolição do capitalismo, a redenção do proletariado. Tanto o liberalismo como o marxismo manifestam profunda aversão aos elementos sociais intermediários. Tanto o liberalismo como o marxismo são naturalistas e excluem toda transcendência, se olharmos do ponto de vista filosófico.

A sociedade humana é regida pelas leis que regem a natureza. Lembremo-nos da definição de Guesde: "O homem é o último termo da série animal" ou as concepções materialistas do marxismo. Tanto os liberalistas como os marxistas subordinam a pessoa humana à ordem natural

econômica, e inspiram-se no *cientismo* (sistematização do saber fundada numa visão apenas científica do mundo).

O objecto dirige o sujeito, o homem subordina-se às coisas. (Esta a nota mais importante do capitalismo que se dirige sempre para as coisas, objectivando, isto é, tornando objectivo até o que é subjectivo.)

O liberal subordina o homem ao *determinismo* do mercado, o marxismo ao determinismo da classe e da luta de classes. Ambos reivindicam para o indivíduo a maior soma de bem-estar e suas reivindicações de classe são condicionadas por esse desejo. Joseph Dietzgen proclamava: "Nós procuramos a liberdade, não na metafísica, não na liberação da alma da prisão do corpo, mas numa ampla satisfação de todas as nossas necessidades materiais e morais que, umas e outras, são corporais."

Essa afirmativa também poderia ser feita por um capitalista.

A idéia de liberdade é relativizada pelo socialismo autoritário. Os liberais, como os socialistas autoritários, querem uma igualdade social e econômica, pois os liberais afirmam que essa é conseguida progressivamente pelo desenvolvimento econômico, enquanto os socialistas autoritários, em sua maior parte, afirmam que essa só será obtida pela revolução violenta. Tanto uns como outros afirmam que essa liberdade só poderá ser obtida pelos que trabalham e não pelos que são ociosos. Tanto uns como outros reverenciam a industrialização e aceitam a *filosofia do progresso*. Todos sonham com a productividade indefinidamente crescente, crêem na ciência, não como ciência mas devotamente como socialidade, e anunciam a vinda do bem-estar social. Tanto uns como outros crêem na vinda de uma raça superior de homens novos, crêem na marcha retilínea da humanidade e não acreditam em retrocessos. A mesma obsessão do econômico e do maior proveito domina a ambos.

Quanto à prática, o socialismo autoritário nos mostra, quanto ao proletariado, a mesma submissão às *dependências* de que já estudamos ao tratar do trabalho, agravadas ainda pela presença do Estado todo-poderoso. O assalariado é sempre dependente técnica, jurídica, econômica e socialmente.

Há no capitalismo alguns indícios que revelam certas modificações do seu espírito. Podemos citar os exemplos de grandes empresários capitalistas, que tinham mais um desejo de realização do que de ganho, isto é, que eram movidos mais pelo renome, pelas grandes conquistas, pelas vitórias, pela realização de obras que beneficiassem os povos em que viviam do que propriamente o enriquecimento.

Tais exemplos não são tão raros como se pensa, pois é fácil ver-se uma grande quantidade de capitalistas que dão a totalidade de esforços em benefício do trabalho, não dispendendo propriamente de horas para seu gôzo e prazer. Tal não implica que a maioria dos empresários capitalistas procure apenas o ganho.

Por outro lado o capitalismo procura explorar, modernamente, certos sentimentos nacionalistas, impulsionar os homens à realização de obras em benefício social.

Dentro do capitalismo, desenvolve-se hoje uma aspiração a uma sociedade de homens livres ou às comunidades em base de apoio-mútuo, que repelem totalmente as soluções simplistas de nacionalização e estatização, cujos resultados são mais desastrosos que benéficos.

A EMPRÉSA E O EMPRESÁRIO

É o tema da emprêsa um dos mais importantes para o estudo do capitalismo.

Precisamos prèviamente saber o que é uma *emprêsa*. Divergem os tratadistas quanto à definição, e os autores, ora consideram a emprêsa fora de todo sistema econômico, considerando como tal a exploração na antiguidade greco-romana ou a pequena oficina da época artesanal, como os órgãos de produção das tribos semi-civilizadas, enquanto outros consideram importante e decisivo a noção do sistema econômico.

Marshall, que se filia entre os primeiros, considera como emprêsa "todo estabelecimento destinado a atender às necessidades de outrem, em vista de um pagamento directo ou indirecto, feito pelos que dêle se beneficiam".

A emprêsa é, pois, uma combinação dos factores da produção: trabalho, capital e natureza. Cria-se a emprêsa quando se dá a colaboração concreta dos agentes. Um mesmo agente pode oferecer diversos factores. O operário possui seus instrumentos, o empresário pode ser também o fornecedor do capital, pois o capitalista nem sempre é apenas quem empresta. Desta forma, o empresário não assume apenas o risco da produção.

Essa colaboração concreta dos agentes tem um nexo, uma coerência, porque implica certo ajustamento para a consecução de um fim. Esse ajustamento pode ser visto sob o ângulo técnico ou o econômico.

O ajustamento técnico é o que mais ressalta em primeiro lugar, embora em certas empresas o comercial ou econômico seja o mais desenvolvido. A emprêsa combina os dois ajustamentos, como *combina os preços* dos factores da produção.

É exigível um mesmo centro de cálculo e um mesmo patrimônio, ou seja, um conjunto de valores positivos ou negativos, pertencentes a uma mesma pessoa física ou moral, para que se possa realizar uma combinação de preços. É o patrimônio que nos mostra a unidade da empresa, independentemente da diversidade dos estabelecimentos. Mas essa combinação de preços, por si só, não é suficiente para caracterizar uma empresa. O agricultor, que vem à cidade e vende os seus produtos no mercado, pode proceder a uma combinação de preços dos factores de produção, sem ser um empresário capitalista.

Outra característica de uma empresa capitalista é que os factores da produção sejam trazidos por agentes econômicos diferentes do proprietário. Essa separação deve ser jurídica e econômica. Essa separação é suscetível de graus, podendo aumentar ou diminuir, pois, numa pequena empreesa, o empresário fornece grande parte do trabalho.

A empreesa capitalista funciona com a finalidade de obter um producto que é *escoado para o mercado*. É esse aspecto que a distingue da *economia fechada*.

Orienta-se a empreesa capitalista para a obtenção do maior *ganho monetário* pela diferença dos preços e não em vista da maior ou da melhor satisfação das necessidades.

Em síntese: A empreesa tende para o maior ganho monetário durável e não para o maior grau de satisfação das necessidades, a não ser (pag. 159) quando essa satisfação seja essencial para garantir aquêle ganho. Tende para a maior rentabilidade e não para o máximo de productividade. E finalmente, é ela de carácter neutro, independente da moral, como uma empreesa para a fabricação de bebidas não aconselhadas ou interditas, produção de ópio, etc.

Assim a define Perroux, como síntese de tudo quanto acima expusemos:

"A empreesa é uma forma de produção pela qual, no seio de um mesmo patrimônio, combinam-se os preços dos diversos factores da produção trazidos pelos agentes distintos do proprietário da empreesa, com a intenção de vender no mercado um bem ou serviços e para obter uma renda monetária que decorre da diferença entre duas séries de preços (a que compõe o preço de custo e o de venda)."

Com essa delimitação podemos então distinguir a empreesa da *exploração econômica ou estabelecimento*.

O estabelecimento é uma unidade técnica, uma reunião permanente de pessoas e de meios materiais, dedicados a uma mesma actividade productiva num mesmo lugar (Perroux).

Uma empreesa pode compor-se de muitos estabelecimentos, como um banco, grandes lojas, etc.

Distingamos agora a *empreesa* de a *exploração*.

A exploração econômica é a organização do produção que combina os factores de produção, terra, trabalho, capital, com o fim de satisfazer as necessidades, coordenando essas operações a um mesmo centro de cálculos e de actividade econômica.

Assim uma cooperativa não é uma empreesa, mas uma exploração econômica.

A exploração econômica não tende sempre para o maior ganho nem se dirige sempre a um mercado anônimo. Assim é preferível, em certos casos, chamar-se exploração agrícola e não empreesa agrícola (cujas características teremos ocasião de estudar nos próximos pontos). Neste caso, há fraca separação entre os factores trabalho e capital, os quais, são fornecidos pelos próprios agentes interessados na operação productiva. Assim também não se deve usar o termo de *empresas públicas*, quando elas tendem à maior satisfação de muitas necessidades e sim de *exploração pública*, porque elas não se orientam para o *maior ganho monetário*.

Essas distinções se tornam necessárias porque, por meio delas, estamos aptos a distinguir as zonas do capitalismo, do precapitalismo e do extra-capitalismo.

Examinemos agora o *empreário*.

Quem é o empreário? A quem, numa empreesa, podemos chamar de empreário?

No início dos estudos econômicos não se distinguia bem a figura do empreário do director técnico, nem do capitalista emprestador. (É o que vemos em A. Smith, Ricardo, e outros). O crédito ainda não era bem organizado e havia poucos distribuidores de crédito. Dessa forma, os primeiros empreários eram proprietários da terra ou membros das classes abastadas.

Foi Say quem distinguiu o empresário do detentor do capital, para defini-lo pelo *trabalho de organização*.

A passagem do capitalismo individual para o capitalismo societário (sociedades anônimas) mostra essa distinção, sobretudo quanto à separação entre a propriedade e a gestão. Não é o mesmo o que possui e o que gera. Já Pareto observa que há um antagonismo subtil entre o capitalismo puro e a pessoa que assume os riscos da produção.

Esse antagonismo se manifesta no *lucro* e no *preço*. Quem empresta o dinheiro a terceiro, quer um ganho maior possível, enquanto quem assume os riscos da produção tem o desejo de obter o dinheiro ao preço mais baixo.

Manifesta-se também no *salário* e no *preço*. O capitalista puro, cuja renda é a que lhe dá o capital, que tem uma arrecadação fixa de juros, não quer que os preços se elevem. Mas quem assume os riscos da produção tem vantagem na elevação dos preços. Mas os preços não sobem todos ao mesmo tempo. Ora, uns, ora outros. Por isso o movimento de salários não se adapta aos preços, e está sempre retardado em relação a eles, o que permite ao capitalista auferir, por isso, maiores lucros durante o período que precede ao reajustamento.

No capitalismo mais evoluído, crescem os antagonismos que se especificam entre capitalista emprestador e capitalista empresário. Aqui há uma perfeita distinção do capitalismo: um capitalismo estático, amortecido, e um capitalismo activo, mais ligado às verdadeiras origens do capitalismo, empreendedor, pioneiro, enquanto aquél é como o resultado, como o aproveitador do segundo.

Para fundar uma emprêsa hoje são necessários:

- a) organizar o plano, fixando de início a necessidade que se pretende atender;
- b) dar corpo ao plano pela distribuição das funções, das relações características da emprêsa, capital, trabalho, etc.;
- c) realização do plano pela execução do mesmo.

Observando essa classificação torna-se fácil, desde logo, estabelecer o que merece o nome de emprêsa.

Examinemos agora uma tese de Joseph Schumpeter, que, combinada com as opiniões do historiador Pirenne, e com as

contribuições de Perroux pode, numa síntese, dar uma boa visão das características do capitalismo. Para Schumpeter, a emprêsa é o acto de realizar combinações novas de factores productivos. O empresário é o agente que realiza essas combinações novas, que são cinco:

- 1) A fabricação de um novo bem. Não quer dizer que o bem seja totalmente novo, mas apenas para o círculo da clientela para a qual se dirige o empresário.
- 2) Introdução de um método de produção nova quanto ao ramo da indústria ou do comércio regionalmente considerado.
- 3) Conquista de um novo escoamento econômicamente desconhecido.
- 4) Conquista de nova fonte de matérias primas.
- 5) Realização de uma nova organização da produção; por exemplo, de uma produção dispersa para uma concentração, etc.

O empresário (como empreendedor) reduz as resistências objectivas e subjectivas, necessita obter companheiros, actua para convencer, para tirar da rotina os que a ela se aferram.

Schumpeter vê no empresário um homem que pertence a uma classe ou a um grupo, o homem que se *caracteriza por uma função*, e não pela detenção de meios de produção, nem pelo exercício constante de uma actividade. Todos os homens de negócio têm seus momentos de empreendimento (como empresário no sentido de Schumpeter). Mas o que o termo quer definir é a *capacidade criativa* e não o exercício de uma profissão.

Schumpeter vê na figura do empreendedor (empresário) um tipo original na economia moderna, que não é propriamente um trabalhador, pois possui capacidades excepcionais, as quais não podem ser transmitidas por processos ordinários de ensino (talento). Não é um capitalista, pois pode fazer suas transformações, quer com capital próprio, quer com capital emprestado. Não é um agente que suporta os riscos, porque põe outros nas novas combinações, que sofrerão também as consequências.

Nos Estados Unidos, há um tipo de "promotor" (empreendedor, promotor de iniciativas), que é uma espécie do tipo estudado por Schumpeter. Há indivíduos que são especializados em lançar novos negócios, recebendo dêles uma remuneração fixa, calculada *ab initio*, para os seus serviços. Na maior parte das vezes não têm capital ou têm pouco.

Pirenne salienta que o capitalismo é feito de movimentos sucessivos, que levam constantemente ao poder elementos diferentes. Homens novos fazem suas fortunas e a de suas famílias e prestam serviços à sociedade. Os filhos preferem viver das rendas e não são tão animados a criar, o que leva a surgirem novos homens empreendedores.

Criticando a tese de Schumpeter, Perroux alega que se deve considerar também o capitalista como empresário, porque o empreendedor, sem o capital, não realiza suas iniciativas, que permaneceriam num terreno meramente ideal. No caso de uma sociedade anônima, o accionista é o empresário. Ele fornece o capital e assume o risco. É uma figura insubstituível em sua função. No dia em que esta função desaparecer, então desapareceu a organização econômica do capitalismo, para ser substituída por uma outra fórmula, como a planificação da sociedade nas formas colectivistas.

Creemos que seria melhor deixar-se o nome de empresário capitalista à função realmente capitalista, que já expusemos, e a de empreendedor, promotor, ao elemento criador da empresa.

* * *

Estudemos agora as ligações que formam entre si as diversas empresas, dentro de uma economia capitalista. Essas ligações podem ser de ordem técnica, de ordem comercial e de ordem financeira.

As ligações de ordem técnica são reveladas pelos seguintes factos: há empresas que produzem a matéria prima que cedem a outras, que as manufacturam, e estas as que dão o producto acabado. Há, assim, uma dependência técnica de empresa para empresa. Estas ressaltam mais aos olhos do consumidor (são melhor observadas).

As ligações comerciais, que são melhor observadas pelo *productor*, decorrem das compras e vendas que fazem entre si as empresas.

As ligações financeiras manifestam-se de duas formas: a) quando a emprêsa fornece todo o seu capital; b) quando não o fornece, e neste caso entra em contacto e relações com a emprêsa bancária que distribui o crédito.

Quando de um capitalismo societário, essas trocas são feitas através de votos ou acções. Superpõe-se dêsse modo a uma concentração econômica uma concentração financeira, que embora não apareça tão visivelmente tem um papel activo.

* * *

Há outras ligações tais como as que nascem da concorrência das empresas entre si, mais activas e menos activas, consequentemente com as condições de *depressão* ou de *expansão* das empresas. Essa concorrência dá-se no mesmo mercado, com a mesma clientela. Há dependência do poder de compra da clientela, do consumidor final, cuja depressão exerce forte influência sobre a emprêsa.

Com essas noções gerais expostas, podemos agora compreender a diferença na estructuração de um Estado de regime socialista e de um capitalista. No Estado socialista, quando socialistamente planificado, há uma grande emprêsa, ligada pelas ligações primeiramente estudadas. A ligação é *estructuralmente realizada*. No regime capitalista, as ligações são meramente orgânicas, funcionais apenas.

Podemos considerar as emprêses capitalistas sob dois aspectos: a) como intensidade e b) como extensidade.

Como *extensidade*, temos o campo que ela abarca e, como *intensidade*, temos a sua maior ou menor concentração. Examinemos como elas se processam.

Dividem-se em dois grandes grupos os economistas quanto ao conteúdo do conceito de emprêsa. Para alguns, é *empresa toda unidade de produção* (Reboud-Baudry, Lasserre, etc.). Para estes a emprêsa *independe* da economia e dá-se em qualquer sistema econômico. É a emprêsa tomada em *latu-sensu*.

O segundo grupo procura definir a emprêsa dentro dos quadros do sistema econômico (em *strictu sensu*).

Na passagem da economia fechada e da artesanal para a capitalista, o artesão *independente* passa para o *domínio do intermediário*, que lhe fornece o *capital*.

E eis aqui como se justifica a posição do segundo grupo.

Uma das características do sistema capitalista, como já vimos, consiste em serem os factores de produção calculados em capital (orçamento, balanço, *deve e haver*).

A economia familiar é uma economia de consumo, de satisfação directa das necessidades dos indivíduos. Na economia artesanal, a exploração de aquisição é pouco diferente da economia de consumo. No sistema capitalista, há separação da economia de consumo da de aquisição, porque a moeda permite adquirir os bens.

Nessa economia, os operários não têm economia de aquisição. Por isso muitas experiências foram feitas para dar ao operariado as acções da emprêsa, procurando, assim, eliminar a separação entre o trabalho e o capital. Essa modalidade não transforma o operário em capitalista, apenas melhora um pouco a sua remuneração.

Outro exemplo temos nas grandes indústrias americanas, que dão aos seus operários parte das acções, para interessá-los no bom andamento da emprêsa. Forster mostra, porém, que a percentagem distribuída é ainda muito fraca, o que não liquida a separação entre o trabalho e o capital.

Estamos agora preparados para estudar a *extensidade* e a *intensidade* da emprêsa capitalista.

EXTENSIDADE DA EMPRÉSA CAPITALISTA — O ARTESANATO

Apesar das grandes transformações econômicas, o artesanato não desapareceu. Não é, porém, mais o artesanato da época de sua economia, mas um artesanato adulterado pelo capitalismo.

Já temos um conceito nítido de artesão, e vimos que o artesanato é uma forma de produção, na qual o agente econômico (artesão) combina os factores da produção, capital e trabalho, de modo independente. Ele fornece êsses factores e dispõe do producto e corre os riscos e perigos do mesmo.

Como artesãos, temos o exemplo do sapateiro individual, do chofer de táxi quando proprietário, o pequeno camponês proprietário da gleba onde trabalha, etc.

No capitalismo moderno, predominante em quase todo o mundo, o artesão sofre certas degradações que o tornam muitas vezes irreconhecível. No entanto, apesar do desenvolvimento do capitalismo, o artesanato é demasiadamente desenvolvido e não mostra reduções apreciáveis, apesar da deficiência das estatísticas.

O artesão fornece os factores da produção e a simples ausência de um deles, fornecidos por outros, degrada-o. Tampouco é artesão quem não dá por si mesmo *prestações de trabalho*.

O artesão é independente de qualquer emprêsa. Mas entre o artesão puro e o trabalhador em domicílio, dá-se uma série de degradações. Pode ele não usar auxiliares salarizados, mas se trabalha para um empresário determinado sob contrato, tem ele uma dependência, que o transforma em trabalhador assalariado.

É grande ainda o número de artesãos nos países economicamente mais desenvolvidos. Basta que observemos êstes dados:

Na França, em 1918, havia cerca de 2.964.563 assalariados em explorações, que não ocupavam mais de 3 operários e em 1922 havia cerca de 300.000 artesãos registrados. Na Alemanha, em 1927, havia cerca de 1.250.000 artesãos. Na Rússia, antes da revolução, cerca de 67% dos trabalhadores eram artesãos. Com a revolução, êsse número não diminuiu e ainda hoje há, ali, um número elevadíssimo dêles.

Entre nós, grande é o número de artesãos, e não conhecemos estatísticas seguras sobre o seu número aproximado.

Mantém-se o artesanato por uma série de motivos que passaremos a analisar. No século XIX, ao surgir a grande indústria, a opinião dos economistas era de que o artesanato era uma forma que aos poucos fenezia. Com o decorrer do tempo, como o dizia Marx entre outros, restariam apenas a classe numerosa dos assalariados e empresários, capitalistas, aquêles cada vez mais pobres e êstes cada vez mais ricos. Estes últimos, por sua vez, diminuiriam constantemente, para dar lugar ao capitalismo monopolista.

Tais profecias tiveram o destino de muitas profecias, e não se realizaram.

E os motivos são de ordem técnica e psicológica. Vejamos:

Há *trabalhos estritamente individualizados*, que dependem de uma clientela, tais como a pequena costureira, o encadernador de arte, reparadores de electricidade, radio-técnicos, etc.

Uma série de novos inventos capitalistas permitem o desenvolvimento do artesão, como os motores pequenos, que permitem ampliar a força daquele, de modo que, com uma pequena oficina, poderá produzir determinados bens de qualidade para clientelas conhecidas. Certos misteres novos permitem que o trabalhador hábil se independentize.

Todos êsses elementos contribuem para fortalecer a situação do artesão, que resiste às investidas do capitalismo. As obras de arte, de pericia, não deixam de favorecer a conservação do artesão. Por outro lado, o trabalhador artesanal tem consciência maior de si mesmo; é uma pessoa.

Tem um papel que cumpre, sabe o que quer, o que pode fazer. Realiza-se através de sua obra, tem a satisfação do criador, e pode até emprestar-lhe certa emoção estética em graus ascendentes. Todos os tipos humanos de iniciativa sentem uma irreprimível vontade de se independentizar e o artesanato é um campo de libertação.

Inegavelmente se observa que entre os artesãos há a maior resistência ao capitalismo e ao socialismo autoritário. Os artesãos são, por seu espírito de iniciativa e liberdade, sempre mais tendentes ao libertarismo, razão pela qual grande número de libertários de todos matizes (anarquistas, anarco-cristãos, anarco-comunistas, anarquistas individuais, libertários sinarquistas, etc.), surgem desse campo.

Não são os artesãos contrários à organização, como afirmam muitos, pois, nas lutas sociais, vemos surgir dentre êles grandes e fortes organizações de defesa, como câmaras profissionais, associações profissionais livres, e uma confederação geral do artesanato, como na França, onde a influência prudhoniana é imensa, em constante conflito com a C.G.T. francesa centralista, dirigida hoje pelos socialistas autoritários.

O capitalismo não luta directamente contra o artesanato, mas cria, sempre que pode, meios de proletarizá-lo. Este, por sua vez, defende-se por todos os meios, nem sempre evitando a adulteração que sofre em seus quadros, quando de seus contactos com o capitalismo.

Nalguns países capitalistas tem-se procurado auxiliar o artesanato. Na França, diversas foram as medidas criadas pelo Estado em sua defesa. Na Alemanha hitlerista, procurou-se auxiliá-lo. O artesão era visto como um elemento criador de *qualidade* e evitava a exploração capitalista. Mas o hitlerismo assim procedia para submeter o artesão aos interesses do Estado hitlerista, ligando-o estreitamente, por suas organizações, às organizações do Estado. O artesão foi sistematicamente apoiado, dando-se-lhe todos os meios capazes de defesa e de conhecimento em sua luta econômica.

* * *

O que é ponderável, no entanto, são as adulterações sofridas pelo artesanato por influência do capitalismo, embora numéricamente não tenha diminuído.

Vejamos: *técnicamente*, há semelhanças entre a exploração artesanal e a empresa, quanto ao *capital fixo* (máquinas, instalações) e também quanto à *divisão do trabalho*, no interior da exploração. Os artesãos agrupam-se para *comprar e para vender*.

O artesão sofre a influência do mercado capitalista, quer como comprador, quer como vendedor.

Trabalha para um escoamento maior, não já por encomenda, conhecendo seus riscos e perigos, aproximando-se, assim, do empresário. Outras vezes trabalha por conta de um grande intermediário, o que o transforma em *operário independente*.

Tais factos tornam as fronteiras do artesanato e do empresário capitalista cada vez mais incertas.

Discutem muito os economistas se o artesanato é uma classe social.

A dificuldade da resposta está em saber-se claramente o que seja *classe*, pois aqui as divergências são imensas. Se aceitarmos que *classe seja todo agrupamento de interesses econômicos estáveis*, como aceitam muitos economistas, nesse caso o artesanato é uma classe.

Se damos ao conceito de classe o sentido de "conjunto de indivíduos caracterizados pelo seu lugar na produção", o artesanato não poderia ser apresentado como classe. Para Marx, os dois postos são ocupados pelo detentor dos meios de produção, que dirige o seu emprêgo e sofre os riscos do mercado, e pelo executor do trabalho assalariado dependente. O artesanato e o artesão ficam numa zona intermediária, que Marx subestimou, e julgou de fraca resistência, e que seria absorvido por um ou outro dos pólos no decorrer da luta de classes.

Há uma opinião sobre o problema da classe e que o visualiza de modo diferente, merecedora de atenção. Não há propriamente *luta de classes* no capitalismo para essa concepção. Há uma classe social, o proletariado, cercado de um número imenso de grupos econômicos e sociais, que não são propriamente classes.

Para Saint-Simon, há duas classes: a dos productores e a dos ociosos; para Sismondi, os capitalistas e os proletários;

para Marx, os trabalhadores assalariados dependentes e os capitalistas.

O que se observa é que há uma classe nítidamente caracterizada: a dos trabalhadores dependentes assalariados, cercado por um grande número de grupos econômicos e sociais difusos e interpenetrantes, de impossível classificação nítida.

O artesanato não é uma classe. Ele agrupa aprendizes, companheiros, mestres, que estão ligados pelo mister e não pela função econômica, nem pelo papel que representam na técnica da produção.

Por isso, é o artesanato suscetível de organização corporativa, sob o controle do Estado. O artesão luta contra a dispersão natural do meio capitalista, na verdade, luta contra essa separação muito mais que contra a *dispersão*.

É elle a perduração de uma forma precapitalista, que *pervive* num regime diferente, como ainda *pervive*, também adulteradamente, a economia fechada.

A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

O campesinato não é, no sentido marxista, uma classe, mas um estado. Uma exploração agrícola não é uma empresa, mas uma exploração econômica, que apresenta características peculiares. É a agricultura uma força de resistência à penetração capitalista. A agricultura é invadida aos poucos, lenta e dificilmente, pelo espírito, pela técnica e pela organização do capitalismo. Resiste à penetração do maquinismo e à divisão do trabalho. Na agricultura, intervêm factores de ordem extrínseca, aleatórios, que permitem boas ou más colheitas, o que favorece a manutenção do espírito de religiosidade, tão acentuado no homem do campo.

O camponês não tem o desejo do maior ganho como fundamental de sua orientação econômica. Mantém suas tradições, seus costumes, que resistem à racionalização do capitalista.

Na empresa capitalista, há conjunção funcional dos factores de produção, trabalho e capital, os quais estão ju-

rídica e econômicamente separados, por meio do contracto de trabalho ou pelo emprêgo (aluguel) de serviços.

Na exploração agrícola, a forma jurídica, exceptuados os casos em que *a propriedade e a exploração coincidem* (proprietário da terra que a explora), as formas usadas mais comuns para estabelecer essa conjunção são o *arrendamento* e a *parceria*.

Nos países do norte da Europa, incluindo a França, e nos Estados Unidos, é o arrendamento a forma mais comum.

O arrendamento agrícola é um contracto pelo qual uma parte obtém de outra o direito de uso da terra e dos meios de exploração da propriedade ou da posse legítima da segunda, por meio de um pagamento ou entrega de uma renda fixa, calculada ou em bens naturais ou em moeda.

Analisemos agora as características:

Um *aluguel fixo* — Este pode ser em bens naturais ou em moeda, mas deve ser *fixo*, esta a característica fundamental do arrendamento.

O arrendamento oferece vantagens, pois permite que outros, possuidores de recursos monetários e técnicos, possam explorar terras que permaneceriam abandonadas em mãos de seus proprietários. Mas, por outro lado, oferece desvantagens, porque o arrendatário cuida muitas vezes irracionalmente do campo, esgotando-o, não se preocupando em incorporar à terra elementos que não permitam o seu empobrecimento. Não emprega em geral fertilizantes de *acção lenta*, mas sim os de *acção rápida* (nitrato de sódio).

O arrendamento não está libertado de riscos e êstes riscos recaem sobre ambas as partes.

RISCOS DO PROPRIETÁRIO

Numa convenção a longo prazo, as modificações verificadas no mercado, podem tornar inferior a renda do proprietário, quer seja estipulada em moeda, quer em bens em espécie. Dessa forma, ele depende do mercado capitalista e das suas flutuações.

Para evitar tais perigos, sobretudo na Europa, em face das inflações havidas, reservava-se o proprietário o direito de receber em moeda ou em bens em espécie, à sua escolha, permitindo, assim, maior defesa quanto às flutuações do mercado.

Quanto ao arrendatário, este, por muito prudente que seja, empregará, fatalmente, bens para aumentar a sua exploração, incorporará ao patrimônio alheio benfeitorias que lhe são necessárias para a melhor exploração do bem. As leis dos diversos países estabelecem normas para tais casos; isto é, regulando a indemnização a ser recebida pelo arrendatário em caso de benfeitorias. Essas modalidades são as mais variadas e todas se orientam para alcançar a maior justiça possível.

Vejamos agora a *parceria*.

A parceria é um contracto pelo qual um arrendador, quer proprietário da terra ou arrendatário, usufrutuário, concede, num certo tempo, ao parceiro ou colono que fornece seu trabalho, o gôzo, sob sua direção e controle, de um capital constituído pelas terras, edifícios e no todo ou em parte do material necessário para a exploração das mesmas, com partilha do producto obtido, regulada de comum acôrdo. Além da partilha dos direitos, há a partilha do producto. É comum partilhar-se a metade. Nesse caso, não há propriamente uma remuneração, mas uma associação *sui-generis*.

A tradição regula este sistema e não é possível descrever as inúmeras modalidades desses acordos feitos segundo a vontade dos contractantes. Nalguns países, há leis especiais que regulam tais contractos. Noutros, todas as tentativas do Estado em regulá-los malograram ante a resistência das partes, que desejam ampla liberdade de contratar, respeitando apenas as tradições e os costumes vigorantes.

A percentagem na partilha varia de 50%, isto é metade-metade, até 1/5-4/5 ou 2/5-3/5 — ao parceiro e ao proprietário. Quando o solo é muito rico, o proprietário costuma receber mais que a metade; quando o solo é pobre, recebe menos.

Desta forma, o arrendador cede a terra e o parceiro dá seu trabalho para a sua exploração. Mas, muitas vezes também entra com capital. Como já vimos, inúmeras são as modalidades verificáveis em todos os países.

A parceria, ante o progresso capitalista, é uma forma de exploração rotineira e oferece certos obstáculos ao desenvolvimento da técnica. O proprietário obtendo boa renda, pouco se interessa em desenvolver a exploração. Por outro lado, o parceiro resiste às inovações que só podem vir em seu prejuízo.

Neste caso, certo desenvolvimento técnico vem favorecer apenas a uma parte, a menor humanamente considerada, como pessoa, que é o proprietário. O parceiro, ante o desenvolvimento técnico da exploração da terra ou emigra ou torna-se um assalariado, o que é mais comum, conhecendo, assim uma *dependência* muito maior.

Isso tudo não impede que proprietários de terra, inteligentes e competentes, tenham realizado grande desenvolvimento técnico, mantendo o sistema de parceria e obtendo progressos extraordinários, como se verificou na França, na Itália. Nesses casos, a parceria não impediu o progresso; ao contrário, permitiu que ele se fundasse mais solidamente pelo interesse geral que o alicerçava.

Dizem muitos que a parceria é um obstáculo à especialização das culturas. Tal, entretanto, nem sempre se verifica e, neste caso, sobretudo, o das parcerias, é difícil ao economista estabelecer normas gerais ou querer estabelecer leis, porque as experiências são as mais variadas e os resultados os mais complexos.

Na parceria, há uma repartição também dos riscos econômicos sobre dois patrimônios. Por outro lado, é também uma verdadeira operação de crédito, porque o proprietário ou arrendador cede, põe à disposição do parceiro uma fração de capital.

A parceria oferece outros aspectos que são característicos. Ela é independente da mão de obra e do seu mercado. Em certos casos, o parceiro, sendo insuficiente para as suas funções normais, emprega auxiliares. Mas, já temos aqui adulterações da parceria propriamente dita. A parceria permite que em casos de exigência, o trabalho seja aumentado extremadamente, sem haver os protestos naturais que se dão quando se trata de trabalhadores assalariados. Nos últimos anos, neste século, na Europa, a parceria demonstrou sua grande força para enfrentar as inflações e as crises decorrentes dos períodos de guerra, mantendo certa estabilidade na economia ameaçada pelo desgaste exacerbado da guerra.

Sob o ponto de vista social, a parceria é fundada em condições psicológicas precapitalistas, com o natural espírito de colaboração e de partilha leal, e não o de competência e *lucrum in infinitum*, que é do espírito do capitalismo.

Podemos agora fazer as distinções claras, entre a forma jurídica da exploração agrícola e a empresa capitalista:

a) a conjunção dos factores não é feita sob o mesmo regime, e segundo as mesmas normas legais.

b) Também não é comparável o modo de gestão e de exploração.

c) A distribuição do producto opera-se por processos concretos dos mais dissemelhantes.

Essas diferenças económicas são acompanhadas simetricamente por diferenças de ordem técnica.

Não se pode negar que há, na agricultura, também uma especialização, embora não atinja as características nítidas da indústria.

A exploração agrícola exige métodos especiais, cuidados especiais, aproveitamento de tais e tais terras para tais e tais productos. Não permite, porém, o aproveitamento

dos sub-productos tão intensamente bem organizado como na indústria, embora possamos conceber que essa melhoria se possa dar com o decorrer do tempo e o desenvolvimento técnico.

A terra necessita ou de repouso ou de fertilizantes, sob pena de não oferecer a mesma productividade, bem como exige a alternação de culturas, para que se recomponha com os elementos que necessita para as culturas posteriores.

* * *

É fácil notar as diferenças profundas entre uma exploração agrícola e uma empresa capitalista.

As resistências, que o campo oferece ao capitalismo, são importantes, e vêm, em parte, negar a velocidade da lei marxista. Julgava o marxismo que a economia capitalista seria totalmente vitoriosa sobre o campo, superestimando, assim, a capacidade de acção do capitalismo, não contando com a capacidade de resistência dos elementos precapitalistas do campo.

Após termos examinado a zona precapitalista do artesanato e da exploração agrícola, penetraremos, agora, na zona propriamente capitalista, que compreende o *comércio, a indústria e o banco*, os terrenos conquistados por aquêle sucessivamente, assim como conquista também o próprio campo, realizando plenamente o desejo maior dos marxistas; ou seja, a *capitalização* total da sociedade, facilitando daí a substituição do capitalista particular pelo capitalista estatal, permanecendo o trabalhador num estado de dependência pior, devido ao fortalecimento legal e policial do detentor do capital, nesse caso não mais um indivíduo ou um grupo, mas o Estado, com todo o seu poderoso aparelhamento de defesa e de agressão.

A EMPRESA INDUSTRIAL E COMERCIAL

Vimos no exame da zona capitalista, que esta comprehende o comércio, a indústria e o banco, terrenos onde o capitalismo se desenvolve em suas fases, com graus diferentes.

Varia nas diversas nações do mundo a preponderância entre as empresas.

As empresas individuais são em geral as de maior número, seguindo-se as societárias. Dentre estas, as anônimas, em alguns países, como nos Estados Unidos, são as mais importantes quanto aos capitais invertidos, aos operários e empregados e aos valôres produzidos.

Observa-se facilmente que há uma tendência a despersonalizar a emprêsa societária, tendência verificável em todos os países capitalistas modernos.

Essa despersonalização oferece dois aspectos:

- a) aparição de novas formas de sociedades de pessoas;
- b) extensão da sociedade anônima ou sociedade de capitais.

Assim, ao lado das antigas formas de sociedades de pessoas, tais como a de comandita simples ou por acções, apareceram as sociedades de responsabilidade limitada.

Esta espécie de sociedade desenvolveu-se grandemente e rapidamente, devido sobretudo às suas características: é uma sociedade em que a responsabilidade de seus membros não é indefinida, mas relativa às partes de capital. Por outro lado, seus títulos não são negociáveis, como nas sociedades anônimas, mas títulos submetidos a uma formalidade de cessão de crédito toda especial.

Os que não desejavam empregar numa sociedade uma responsabilidade pessoal integral, encontravam na sociedade de responsabilidade limitada ou por quotas, uma solução.

O desenvolvimento da sociedade por quotas ou de responsabilidade limitada nos revela uma nova tendência característica do capitalismo: *a tendência do empresário de subtrair-se aos riscos da produção.*

Vejamos agora a letra b. Importantes motivos intervieram para favorecer a extensão da sociedade anônima. Oferece a sociedade anônima um exemplo extraordinário de aquisição e colectação de capitais. Na sociedade por quotas, quem fornece os fundos não pode liquidá-los facilmente, enquanto na sociedade anônima, o acionista está na posição de um credor, que pode liquidar a todo instante a sua ação. Tem ainda a possibilidade de ganhos diversos, quer econômicos, como os resultantes da distribuição de dividendos, como ganhos de especulação, decorrentes das variações na bolsa. Permite, assim, a sociedade anônima que pequenas poupanças possam ser reunidas numa emprêsa societária.

A maior sociedade por ações do mundo é a U.S. Steel Corporation, que dispõe nesse tipo 686 milhões de dólares. Na Europa, a maior firma é a Lever Brothers, com 130 milhões de libras de capital autorizado.

Alguns economistas vêem na sociedade anônima uma verdadeira democracia financeira. Mas mostraremos como se enganam.

Na emprêsa individual, temos, em primeira plana, o factor pessoal, com o favorecimento da competência profissional e do espírito de emprêsa. A pessoa tem uma responsabilidade legal e uma responsabilidade moral.

Diz-se que, na sociedade anônima, temos uma situação completamente oposta. Esta é uma sociedade de capitalismo impessoal (Liefmann) ou de desumanização da emprêsa (Sombart).

Procuram, assim, mostrar que, nela, a gestão e a propriedade são separadas, dando a entender que a direcção tenha aí perdido sua importância, como se o factor pessoal tivesse sido eliminado.

Por incompetência técnica, por ser disperso e não formar uma vontade, pela sua fraca capacidade de organização, a soberania dos accionistas é meramente nominal.

Nas assembléias das sociedades anônimas, a percentagem dos accionistas presentes em pessoa é mínima, alcançando, nos casos mais favoráveis, pouco mais de 20%.

A decisão pertence sempre a alguns accionistas, detentores do maior número de ações. Dessa forma, a vontade de uma minoria (oligarquia) impõe-se à grande massa dos accionistas. Inúmeros são os processos empregados para obter essa maioria de ações nas mãos de uma minoria. Quer pelo domínio do maior número de ações por parte do grupo, quer pela aquisição delas até atingir a maioria, quer pela colecta de poderes especiais. Um outro processo consiste em dar à ação um voto plural. Por ex.: uma sociedade considera que as ações de números 1 a 1.000 têm 5 votos, enquanto as acima desse número têm apenas 1 voto. As primeiras são dos fundadores. Para compensar essa pluralização do voto, concedem aos accionistas de voto inferior maior participação nos dividendos. Também se usa o processo de aceitação de capital sem direito de voto, mas apenas ao dividendo, as ações preferenciais. Ex.: No triste do fumo, nos Estados Unidos, antes da guerra, havia 215 milhões de dólares de ações sem direito de voto, contra 40 milhões de dólares com direito de voto.

Que nos oferece a análise de tais factos?

Que há um *capital dirigente* e um *capital dirigido*. O primeiro é representado pelo grupo oligárquico dirigente, quer diretamente, quer por seus representantes ou delegados (directores, conselho de administração, etc.). O segundo, a massa dos accionistas.

Surgem, então, aqui, as características diferenciais entre a emprêsa individual e a emprêsa societária. Vejamos:

As decisões são geralmente menos rápidas nas grandes sociedades de capitais do que numa emprêsa individual.

Observam freqüentemente os economistas que a sociedade anônima se burocratiza a exemplo das explorações administrativas. Permite muitas vezes o desenvolvimento do espírito de emprêsa, pela sobreexcitação desse espírito.

Permite ainda uma forte concentração de poderes e uma ampla descentração ou disseminação da propriedade.

Na emprêsa societária, há separação entre o trabalho e o capital, como em toda emprêsa capitalista. De um lado trabalhadores de direcção e de execução, e de outro os accionistas. A gestão é comumente confiada a agentes distintos. Uns lançam a emprêsa, outros tomam as decisões vitais (administradores, membros do conselho, diretoria), e a outros cabem a direcção técnica, o controle quotidiano.

Há, assim, separações de graus diversos.

Há, ainda, a separação entre os proprietários jurídicos da maioria do capital e os que exercem o poder de dispor efectivamente desse capital. Estamos aqui em face da distinção entre o conteúdo económico e o conteúdo jurídico da propriedade.

Apresentam as sociedades anônimas outras particularidades, tais como as possibilidades de fraude mais acentuadas, bem como meio de manipular os dividendos, de assegurar um domínio sobre a massa de capitais, o jôgo com as reservas, as obscuridades contabilísticas e também lançamentos inexactos, embaralhamento dos lançamentos com o intuito de ocultar, por meio de manobras, a realidade da situação da emprêsa, as participações da directoria, contratos que facilitam participações extra-societárias.

Outro aspecto importante é verem-se quase sempre os *mesmos elementos* na direcção das emprêses anônimas. As emprêses, que parecem autônomas, estão ligadas ocultamente através das suas direcções, escapando, assim, a qualquer fiscalização oficial, aumentando o poder de alguns à custa da grande massa de accionistas, poder que se reflete também na vida oficial e política.

Os abusos levam os poderes públicos a intervirem por meios administrativos e legais.

* * *

Observa-se actualmente uma intensificação da especialização das explorações capitalistas, especializações que se verificam não só no terreno da indústria como no do comércio e até nas operações bancárias.

O comércio subdivide-se em comércio por atacado e comércio por varejo.

O comércio por atacado subdivide-se segundo a natureza dos objectos e dos productos. O comércio por varejo também se especializa.

Nas grandes cidades, a especialização oferece graus dos mais variados e completos.

Por outro lado, observam-se emprêses industriais que assumem funções comerciais, que não vendem aos atacadistas, mas directamente aos consumidores, pela criação de agências, filiais.

Por outro lado, emprêses comerciais assumem funções industriais. São emprêses que tendo muitas filiais e agências podem produzir para fornecimento das mesmas.

Assim vemos reagruparem-se funções que haviam sido cindidas pelo próprio capitalismo.

* * *

Um aspecto interessante que os factos actuais vêm demonstrando é o que se refere aos males do gigantismo na indústria. Já notamos muitas vezes quanto predominou essa concepção na Economia, sobretudo entre os marxistas, que viram nas emprêses megatérias uma manifestação de socialismo (!). E se hoje, na Rússia, se procede à descentralização, é esta mais provocada pelas necessidades de defesa do que propriamente pelas dificuldades administrativas que elas oferecem. Ainda vemos no terreno administrativo social, sobretudo político, que o preconceito da centralização é predominante em muitos. Ainda se julga que a concentração de poderes é benéfica. A indústria moderna sente os males dessa centralização e há exemplos extraordinários nos Estados Unidos, onde grandes emprêses procedem a descentralização de suas indústrias.

A administração suprema de uma indústria gigante, por melhor serviço de informações que tenha, é cheia de defeitos. No campo do capitalismo, verifica-se que as grandes emprêses, sob o ângulo contábil, estão mais sujeitas às fraudes e aos erros e a maiores erros de cálculo.

Temos exemplos na Creusot, na França, cuja desconcentração tornou-se uma necessidade, a Loewe, na Alemanha, além de outras muitas nos Estados Unidos.

No comércio, também. A centralização dos grandes armazéns (como verificamos agora no Brasil, Mappin Stores, Sears, Lojas Americanas, etc.), nos países mais desenvolvidos é substituída por uma descentralização técnica e contábil (as grandes organizações no Brasil, acima citadas, já empregam esse sistema em muitos aspectos).

Não se deve, porém, confundir descentralização técnica ou administração com a descentralização econômica.

Uma empresa pode ter uma centralização econômica, quanto aos cálculos, por intermédio de uma *contabilidade central*. Há uma empresa com *diversas secções* e não *diversas empresas*.

Esta distinção é importante para compreender as doutrinas dos que defendem o socialismo descentralizado (libertários, anarquistas, etc.). Reconhecem êles as grandes dificuldades de uma planificação socialista centralizada. Os interesses colectivos podem ser perfeitamente assegurados por uma gestão de estabelecimentos múltiplos e distintos no interior do organismo social.

Pode dar-se uma independência técnica, administrativa e até econômica das explorações socialistas.

Não resta dúvida que se pode descentralizar técnica ou administrativamente com reais resultados. Quanto à descentralização econômica, esta se dá apenas pela afirmação da autonomia das empresas, cuja rentabilidade fica, no entanto, ligada aos interesses colectivos pela *organização federativa* das previsões e cálculos econômicos, cujo organismo tem apenas um papel orientador, consultivo e não directivo nem executivo.

É natural que os socialistas libertários admitam, como fundamental, uma base ética na sociedade, isto é, um reconhecimento dos direitos colectivos, que não podem ser prejudicados em benefício de um grupo nem vice-versa.

Uma sociedade socialista planificada centralizada (socialismo autoritário, marxismo, etc.), exige cálculos econômicos em relação aos interesses próprios quanto à sua pró-

pria rentabilidade, de modo que atenda as suas necessidades. Os marxistas combatem, na sociedade capitalista, o aspecto capitalista, e pretendem impor um anti-capitalismo. Mas a rentabilidade de uma empresa traz sua marca capitalista. Os marxistas já dão como resolvidos os principais problemas, porque admitem que a ideologia e a superestrutura são modeladas e determinadas pela *infra-estructura* econômica. No entanto, necessitam estimular a rentabilidade de suas empresas e exigir benefícios seguros.

Numa sociedade libertária ou anárquica, as soluções para tais problemas são diferentes. A rentabilidade não é dominante, porque o sistema de distribuição é fundado na productividade. Assim uma empresa, que poderia ser deficitária, mas necessária para a produção, tem assegurada sua participação social na distribuição dos bens, porque é destruído o mercado e o sistema de preços, pela incorporação nos direitos sociais iguais de todos à alimentação, à moradia, à educação e ao divertimento, que são igualizados basicamente, embora, em outros aspectos, sejam admissíveis as distinções naturais que se formam.

EXPLORAÇÃO E EMPRÉSA PÚBLICA

Passemos ao exame das emprêsas que não são propriamente capitalistas: as emprêsas públicas e semi-públicas. Quanto às emprêsas cooperativas, teremos ocasião de examiná-las oportunamente, as quais também se incluem entre as que não são capitalistas.

As unidades de produção da zona pública podem receber fornecimento de capital a) exclusivamente dos poderes públicos; b) ou parte pelos poderes públicos, e parte pelos agrupamentos particulares ou indivíduos isolados (sociedades mistas).

Quanto à disposição efectiva e à gestão das emprêsas podem a) os poderes pertencerem aos particulares e ao Estado, sob quadros jurídicos estabelecidos previamente; b) ou podem estar divididos entre o Estado e os particulares, proporcionadamente ao capital aportado.

Quanto ao funcionamento, prestam as explorações públicas serviços públicos, tendentes a satisfazer necessidades da comunidade nacional ou de um grupo dessa comunidade. Algumas explorações estabelecem preços que não são preços do mercado, e que são corrigidos por considerações políticas ou sociais, aos quais certos autores americanos chamam de *preços políticos*. Outras explorações, integradas no mercado, aceitam o preço do mercado tal qual é, praticando preços de monopólio ou de quase-monopólio.

Assim, há emprêsas que não têm como fim exclusivo nem principal o maior ganho possível, outras que tendem para o maior ganho possível, limitadas por certo interesse geral, e outras que são verdadeiras emprêsas de capitalismo de Estado e que procuram, através da troca, alcançar o maior ganho monetário possível. Estabeleçamos os aspectos que as distinguem umas das outras.

Examinemos as explorações públicas, fazendo primeiramente uma distinção fundamental entre a) explorações públicas e b) empresas de capitalismo de Estado.

As explorações públicas são propriedade do Estado, geridas sem restrição nem controle por este. Não tendem a um ganho monetário maior, mas buscam realizar um ganho monetário, dentro de certos limites políticos e sociais.

As empresas de capitalismo de Estado são órgãos de produção, que reproduzem, na *forma*, a empresa capitalista, embora os proprietários sejam o Estado ou uma colectividade pública. Penetram no mercado e procuram o maior ganho monetário possível. Não são propriamente organismos públicos pelos fins, mas apenas pela estructura e pelo patrimônio.

Analisemos agora essas duas espécies de explorações e empresas públicas.

AS EXPLORAÇÕES PÚBLICAS

Essas instituições têm um fim especial: não tendem à satisfação de todas as necessidades colectivas de uma comunidade, mas a *certas necessidades*. Têm, assim, uma utilidade colectiva. (Estabelecimentos públicos do Estado, tais como estabelecimentos de instrução pública, asilos, assistência pública, hospitais, hospícios, etc.).

Essas organizações partem da *despesa* e não da *receita*. As necessidades colectivas devem ser satisfeitas e o Estado deve fazer face a essas despezas. Para isso, dispõe de meios de acção baseados no constrangimento, (percepção de taxas, impôsto, etc.).

Tendem, assim, à satisfação das necessidades, combinam os factores da produção para trabalhar com o menor custo e obter o resultado máximo.

Há outras explorações de carácter económico, que são administradas pelo Estado (Municípios, governos estaduais ou provinciais, etc.). Exploração do fumo, bebidas (como no Uruguai), telégrafos, telefones, correio, etc. Essas explorações podem ser monopolizadas, ou não. Há, ainda,

explorações industriais sem monopólio, como certas indústrias, etc.

Podem essas explorações ser superavitárias ou deficitárias. Neste último caso, o *deficit* é coberto pela arrecadação dos impostos, por restrições de despesas ou por meios orçamentários, não devendo nunca o ser pela reducção dos serviços que prestam quando sociais.

Quando superavitárias (isto é, quando a despesa é inferior à receita) as aplicações do *superavit* podem destinarse às melhorias, fundos de reserva ou aplicadas em obras sociais ou para cobrir *deficits* de outras explorações, etc.

AS EMPRESAS DE CAPITALISMO DE ESTADO

Em todos os seus aspectos, essas empresas são semelhantes às particulares, tendo por única diferença a distinção entre o capitalismo privado e o capitalismo de Estado. Nessas empresas, procura o Estado o maior benefício monetário possível, entrando em concorrência com as empresas capitalistas do mesmo ramo.

Podemos considerar como exemplos o capitalismo de Estado da Alemanha hitlerista, do trabalhismo inglês, etc.

As explorações do capitalismo do Estado são combatidas sobretudo pelo burocratismo que elas geram, que surge na administração das grandes empresas privadas e que se agrava nas empresas públicas, encarecendo e emperrando sua actividade. Além disso, a História revela na Europa que as experiências de administração pelo Estado têm sido prejudiciais, sobretudo pela incapacidade administrativa de seus dirigentes, que dependem dos elementos políticos, que influem freqüentemente na administração. Durante a guerra de 1914-18, o arsenal de Roane, que deveria produzir 50.000 obuses por dia, nas mãos da administração do Estado produzia apenas 1.700 obuses, muito aquém da produção de outras oficinas administradas por capitalistas.

Revelam também as experiências que os abusos na produção aumentam, desaparecendo a disciplina por parte dos trabalhadores.

De tais defeitos não se exime a organização soviética, em que as influências políticas penetram na produção (acção dos elementos do partido), bem como depende do mercado e dos preços estabelecidos, trabalhando para clientela anônima, e obrigada a obter o maior ganho possível, a fim de satisfazer as comissões elevadas de que gozam os dirigentes. Dessa forma, verifica-se, na Rússia, uma confusão entre o económico e o político, porque os dirigentes dependem dos comissários políticos, sendo êstes uma verdadeira ameaça. Por outro lado, as estatísticas russas demonstram que o custo da produção é exagerado, razão pela qual é tão elevado o custo de vida na Rússia.

AS EXPLORAÇÕES MISTAS

São as explorações mistas as mais comuns no capitalismo moderno. No sector público, são numerosas e cada vez mais numerosas. Essas sociedades, de economia mista, são formadas com a aportação de frações de capital de um ou outro lado (Estado e capitalista), nas quais a direcção cabe ao Estado ou ao capitalista.

O tipo mais comum dessas organizações são as *concessões*.

Antigamente, usava-se também o arrendamento de certos domínios públicos, que eram entregues a um particular ou a um grupo de particulares, quando o Estado não podia mantê-los devidamente.

Examinemos, no entanto, a *concessão*.

A concessão é uma forma de exploração na qual o Estado ou uma colectividade pública concede a particulares isolados ou agrupados (os concessionários) o estabelecimento ou a exploração de um serviço público. Neste caso, os concessionários têm a responsabilidade financeira da exploração e a direcção técnica. Suas obrigações e direitos são estatuídos no contracto de concessão.

As concessões são dadas para prazos determinados.

Independentemente dos seus pormenores jurídicos, que são estabelecidos geralmente pelas leis vigorantes nos diver-

sos países e comunidades, a concessão, econômicamente, é uma *exploração mista*.

O poder público beneficia o concessionário com certos processos de expropriação para facilitar-lhe o funcionamento (no caso de estradas de ferro, expropriação por utilidade pública de certas faixas de terreno, etc.).

Concede às vezes ajuda financeira, por meio de subvenções, como pode ainda participar nos riscos da exploração. O poder público pode participar ou de uma renda determinada ou das rendas líquidas verificadas. Neste caso, cabe ao poder público representar-se por meio de fiscais.

Os processos mais modernos usados são os da sociedade de economia mista, que assume a maior parte das vêzes a forma da *sociedade anônima* (ou sociedades mistas de responsabilidade limitada, como na Alemanha). Nessas sociedades, os accionistas são particulares e as colectividades públicas.

As colectividades públicas adquirem um direito à distribuição do benefício, participam dos riscos da gestão e gozam de prerrogativas concernentes à direcção, à orientação e à administração do negócio. Salvo especificações determinadas, essas prerrogativas são proporcionais ao montante de um ou outro portador (poder público e particulares).

As formas dessas sociedades mistas são as mais diversas, segundo as condições de cada país. O que se observa, porém, é sua multiplicação constante, que, para nós, revela a marca do capitalismo privado para o capitalismo estatal, confundido tantas vêzes com a socialização. O capitalismo de Estado vai substituindo aos poucos o capitalismo privado, naturalmente não numa direcção linear. Há marchas e contra-marchas, mas pode-se estabelecer que a predominância constante é dada à exploração pública caber ao Estado. Os serviços prestados por organizações particulares tornam-se públicos, assumem o carácter de serviços públicos por interessarem à colectividade. Desta forma, o Estado encontra sempre uma justificativa para atrair para o seu âmbito tôdas as explorações de serviços que interessam à maioria ou à totalidade da população.

Para uma análise concreta das explorações mistas, devemos considerar a) a natureza do serviço; b) a capacidade

e a competência pessoal dos dirigentes; c) o conjunto das relações econômicas e sociais.

No primeiro caso, temos a *estructura*. Verifica-se se há a independência do patrimônio e dos interesses do concessionário e das finanças públicas. No primeiro caso, os particulares são naturalmente incitados ao máximo de diligência para a aquisição dos benefícios maiores.

Tanto os liberais como os socialistas de todos os matizes têm discutido as vantagens e as desvantagens do sistema de economia mista para as explorações públicas. Os liberais mostram seus defeitos, enquanto os socialistas (os autoritários) o defendem, contra a opinião dos libertários, que julgam deve a administração pertencer às organizações populares livremente constituídas.

No entanto, há, segundo a natureza do serviço, pela sua amplitude, a conveniência de ser entregue não a organizações locais, mas nacionais. Quanto à competência, o Estado não é um organismo capaz de garantir-la, devido as condições políticas que o constituem e nêle actuam.

As concessões oferecem certas dificuldades quanto ao controle dos concessionários que podem cuidar de seus benefícios particulares em prejuízo dos interesses públicos. Sabem todos dos defeitos da fiscalização realizada pelo Estado, devido aos elementos políticos e ao desamor natural ao que é colectivo.

Tendo o concessionário um tempo limitado de exploração, é natural que o aproveite da melhor forma. Tem assim a concessão elementos contraditórios, que se antagonizam. São interesses gerais em choque com interesses particulares.

A economia mista é uma *economia intermediária* (para muitos uma economia de transição), por isso oferece ela tantos males quantos benefícios.

Refletem elas a crise inerente ao regime capitalista, a impossibilidade de permanecer êste quando os interesses colectivos passam a impor-se na sociedade.

Entretanto, convém estabelecer que não há um capitalismo puramente privado sem participação no sector público. A exploração mista não é um progresso de socialização

como pensam os socialistas. Os liberais viram nela uma libertação da gestão socialista, enquanto os socialistas viram uma marcha para o socialismo, por haver aí uma colisão clara dos interesses capitalistas com os interesses sociais. Não há dúvida, porém, que a exploração mista prepara o advento do socialismo como êle é concebido pelos autoritários. Elas criam *condições favoráveis*, preparam o futuro do socialismo, não sendo ainda *socialismo*. A exploração pública mista permite quebrar as resistências políticas, as psicológicas e as sociais, justificando o Estado planificador. Entretanto, muito pode e sucede aqui que desmente as previsões socialistas. E êsses factos serão oportunamente por nós estudados.

CRÍTICA DA EMPRÉSA E DO EMPRESÁRIO

Tornou-se o tema da emprêsa, ante as investigações modernas, de uma importância capital, já que anteriormente estava totalmente confundido com a *firma* capitalista.

O termo *emprêsa* indica, etimologicamente, um acometimento, um empreendimento. Em nossa língua, sua origem foi trazida do francês, que, por sua vez trouxe-a do italiano. Já a estudamos em suas linhas gerais, anteriormente, e queremos agora apenas tecer alguns comentários que se tornam necessários.

No sentido econômico, como dissemos, *emprêsa* foi considerada a organização privada capitalista para a realização de uma actividade meramente econômica, com uma finalidade determinada. Modernamente, entende-se como emprêsa, na Economia, a organização capaz de efectuar uma determinada actividade econômica, distinguindo-se nítidamente da figura do *empresário*, como gestor, e do titular da emprêsa, que na maior parte das vêzes é o próprio empresário. Como essa função, pelo dirigismo econômico, pode ser realizada também pelo Estado, é este, em certas circunstâncias, o empresário, pois é o titular da emprêsa. A emprêsa, considerada em si mesma, pode ser tomada apenas como a organização econômica, como dissemos, cujo empresário, cujo titular, pode ser substituído, permanecendo, no entanto, aquela sendo a mesma. O titular é, na vida econômica e jurídica, aquêle que representa a *firma*, que firma em nome da emprêsa, quando proprietário dela. Assim, a distinção entre firma, emprêsa, empresário em sentido de gestor, e titular torna-se clara.

Dêsse modo, pode-se falar em empresas públicas e empresas privadas, como já vimos. As primeiras são aquelas

cujo titular é o Estado, as segundas aquelas cujo titular é a pessoa privada, singular ou colectiva.

A emprêsa surge de uma complexidade na realização econômica, e sómente quando o trabalho individual não é suficiente para alcançar resultados mais amplos, tornando-se mister coordenar esforços, mobilizar diversas actividades especificamente distintas para obterem-se resultados mais amplos.

O empresário é o coordenador da emprêsa; o titular é o proprietário da emprêsa, que no regime capitalista, de início, reúnem-se nas mesmas pessoas, tendendo, na fase ascensional daquele regime a ser executada por mandatários, que participam ou não do título de proprietários da emprêsa, como se vê nas grandes sociedades anônimas.

As emprêsas tendem, pois, a combinar e a coordenar as actividades económicas com fins precipuamente determinados, e elas surgem por uma necessidade da divisão do trabalho para a obtenção de maior produção. Não se pode negar que a figura do empresário é a de um agente criador, de um agente organizador, captador de possibilidades de entrosamento da produção, segundo normas mais productivas e hábeis. Como tôda acção criadora implica liberdade, a acção do empresário necessita ser livre para poder realizar as experiências que se tornam necessárias, a fim de alcançar os resultados desejados. Como a economia superior é uma economia empresarial, desde logo se percebe a necessidade que nela havia da liberdade, sem a qual a criação seria impossível, o que aliás comprova a nossa tese de que a economia é fundamentalmente assentada sobre a liberdade, e que o genuíno acto económico é um acto livre. Contudo, tal não implica que se tenha juntado à economia o trabalho não livre, como vemos na escravidão e no trabalho forçado nas prisões. Tais trabalhos são económicos apenas em sua função productora e surgem da mobilização feita por empresários que, contudo, gozam de liberdade. Em tais casos, os trabalhadores são jurídica, económica, administrativa e técnicamente dependentes do empresário, e representam formas viciosas na acção económica do homem, que nasce de um gesto criador e livre, ao qual se incorporam formas opressivas, verdadeiramente extraeconómicas quanto a este aspecto, apesar da canalização de tais esforços

para a realização de efeitos económicos. Contudo, essas formas são inegavelmente accidentais, episódicas, como dizem alguns, na vida social humana. Elas não representam necessidades insuperáveis, pois podem ser substituídas por um trabalho livre, cada vez mais livre. Ao estudarmos as dependências do trabalho, notamos que a forma cooperacional é a única que oferece o maior grau de independência ao trabalhador, liberdade que pode ser aumentada à proporção que o progresso tecnológico em sentido amplo, inclusive o da gestão empresarial, que também é técnica, alcança seus estágios mais elevados.

A emprêsa nasce, assim, de um ímpeto libertário do homem, e o empresário goza, ao construí-la e ao levá-la avante, de certa liberdade, bem como no seu funcionamento, apesar das restrições naturais que a circunstância ambiental (político-económica, jurídica, sociológica, ética, religiosa, histórica, etc.) pode exercer.

As emprêsas públicas devem ser consideradas como serviços públicos. Mas, seja como fôr, a emprêsa é sempre uma reunião de indivíduos, implica uma cooperação de esforços e prova a capacidade criadora da cooperação, pois sua unidade surge do entrosamento dos esforços tendentes à realização de uma meta desejada. A cooperação interna é necessária, bem como cooperação externa, cooperação nas funções. E tal cooperação é evidente, apesar do excesso de individualismo que pode dar-se, e que é próprio do regime capitalista, pois se nota que cada vez mais a emprêsa vai pertencendo ao próprio trabalhador, que a sente em muitos aspectos como sua (*minha oficina, minha fábrica, minha firma, etc.*).

As emprêsas capitalistas tendem naturalmente à realização de bens destinados ao mercado, e sofrem do risco que é inerente a todo capitalismo, como a concorrência, crises, perda de mercados, prejuízos, etc., que são escalares.

As emprêsas públicas tendem a monopolizar a produção específica, mas algumas, apesar dêsses monopólio, podem sofrer concorrência, como se dá com o serviço de Correios, que pode ser preferido por outros meios de comunicação mais eficientes do que o serviço prestado pelo Estado, que nem sempre corresponde às necessidades existentes.

As associações de empresas, a fim de evitar a concorrência ou reduzir os riscos, formam as diversas figuras que já estudamos, como cartéis, trustes, etc., que são preconceitualmente, por uma propaganda insidiosa, apresentadas como prejudiciais aos interesses públicos, o que nem sempre é verdadeiro.

Fundando-nos na empresa, poderemos anotar alguns aspectos típicos dos diversos sistemas econômicos, modernamente empregados:

O *capitalismo democrático* caracteriza-se pela empresa livre e pela distinção nítida entre a empresa e o titular da mesma, que é propriamente o capitalista, uma pessoa privada, singular ou múltipla.

O *capitalismo de Estado* caracteriza-se pela empresa pública, desde a mista até a exclusivamente estatal. Neste caso, o Estado é o empresário e titular da empresa, parcial ou totalmente. O capitalismo de Estado tende à absorção total, por parte do Estado, de toda empresa econômica, e basta, para caracterizá-lo, o predomínio econômico dêste.

O chamado *socialismo de Estado* apresenta economicamente a mesma maneira de actuar do capitalismo de Estado, com distinções meramente jurídicas, pois, em muitos casos, pode ser realizado através da expropriação pura e simples do titular da empresa e da sua propriedade, outros pode dar-se pela expropriação com indemnização, como se dá também no capitalismo de Estado.

Distinguem-se ainda um de outro pela finalidade. No capitalismo de Estado, os benefícios tendem para todos, independentemente de sua situação de classe, enquanto no socialismo de Estado diz-se tender para o bem do trabalhador, o que, na prática, não se evidencia.

Há, ainda, a forma de sociedade libertária, que é democrática, na qual a empresa é privada, livremente organizada, mas seus benefícios tendem à aplicação social. A propriedade, o título da empresa, é privada, mas em vez de os benefícios da propriedade atenderem apenas os interesses privados, dirigem-se ao bem público, para aplicação em obras de carácter social e muitas vezes deficitárias.

Alguns Estados procuram marchar pela forma democrática para essa sociedade pela aplicação dos impostos sobre as rendas, ou melhor, sobre os lucros, destinando-os ao Estado para a realização de suas funções. É uma espécie de combinação entre democracia capitalista e democracia libertária, o que se verifica, de modo ascendente, nos países mais desenvolvidos do mundo e que não estão dominados pelo "socialismo", no sentido vicioso que tomou nas mãos dos socialistas. Mais adiante veremos as razões dessas nossas afirmações, pois o socialismo não tem culpa dos socialistas e se êstes malograram não malograram aquêle em seus mais nobres ideais, nem tampouco tudo quanto se rotula de alguma coisa é essa coisa tomada especificamente.

O COOPERATIVISMO E SUA ZONA

Não é possível estabelecer a devida crítica do que dissemos no artigo anterior, sem que estudemos primeiramente o Cooperativismo e as formas de cooperação e outros temas afins, para alcançarmos uma visão de conjunto, concreta.

É hoje o cooperativismo um dos temas mais importantes da economia política, sobretudo porque as inúmeras experiências realizadas, os exemplos frutificados, a resistência de tantas forças reaccionárias ao seu desabrochamento (capitalismo monopolista, marxismo, socialismo autoritário, etc.) mostram sua positividade, e permitem que se conclua que, nas formas de cooperação e no cooperativismo, está-se realmente construindo alguma coisa de novo e de resultados que ultrapassarão as expectativas mais otimistas.

Procuram alguns economistas determinar a zona de acção do cooperativismo, isto é, dar-lhe um limite dentro dos factos económicos. Reconhecem nêle apenas um campo de acção limitado, embora interpenetrando-se com outros campos económicos. Todos êsses aspectos merecem estudos especiais, bem como as diversas formas de cooperação, incluídas no título supremo de cooperativismo, como outras que lhe podem acompanhar. Por outro lado, o cooperativismo não é apenas um sistema económico que se desabrocha, mas também uma verdadeira concepção do mundo e da sociedade, que permite o desenvolvimento de diversas teorias que abrangem toda a vida social humana.

Todos êsses temas não poderíamos tratar dêles com a necessária eficiência se não precedêssemos êsse estudo analítico de um histórico do movimento cooperativista e de suas bases sociológicas e filosóficas, tão importantes e necessárias para o bom entendimento de sua significação.

O cooperativismo, em suas primeiras manifestações, foi um verdadeiro producto da prática humana. Não o antecedeu pròpriamente nenhum estudo filosófico, não nasceu em gabinetes, nas elocubrações dos filósofos e sociólogos, mas na prática, na luta social. É uma doutrina, portanto, de origens genuinamente práxicas. Só posteriormente compreenderam alguns economistas e sociólogos o alcance dessas experiências e puderam, então, justificá-las com o auxílio de factos da Sociologia, da História e das investigações filosóficas, como Kropotkine, sobretudo, o verdadeiro filósofo do cooperativismo, que o justificou, de forma tão grandiosa, em seu grande trabalho "O Apoio Mútuo".

Já nos dias de hoje, ante a observação dos factos cooperativistas, cujo desenvolvimento em certos países é simplesmente empolgante, a construção de doutrinas sociais fundadas no cooperativismo desenvolve-se a ponto de se pregar abertamente, e não mais com receios, de que o cooperativismo, como forma social, será a substituta natural do Capitalismo e do Socialismo autoritário, já malogrados em seus intentos e negados e refutados pela prática.

Enquanto o socialismo autoritário encontra na prática um desmentido categórico ao que formulou em teoria, o cooperativismo formula na teoria o que realizou na prática, porque, nêle, a prática antecede à teoria e não a teoria à prática, como no socialismo autoritário.

A administração pública, obstaculizada pela máquina emperrada do Estado, só pode ser devolvida ao povo através das formas de cooperação, e as promessas do socialismo autoritário tiveram, na prática, uma negação categórica, processando-se, em vez do perecimento lento do Estado, a agudização de sua força, de seu monopólio de poder, até atingir o totalitarismo que hoje conhecemos, sobretudo na Rússia.

Propõe-se ainda o cooperativismo, e a prática o confirma, conservar a liberdade pessoal, garantir o respeito à dignidade humana, valorizar o indivíduo ao mesmo tempo que coloca seus interesses pessoais em benefício da coletividade.

As funções públicas, hoje em poder do mercantilismo e do Estado, poderão amanhã ser controladas e administradas pelas cooperativas, como já se verifica crescentemente

em países super-civilizados, como a Suécia, Suíça, Dinamarca, etc.

É o cooperativismo uma prática que alcança aspectos dos mais amplos no campo social. Afirmam os cooperativistas que as leis, as greves, o voto podem oferecer mudanças de ordem econômica, mas estas serão apenas passageiras. Uma transformação profunda e permanente da sociedade só se pode dar através de uma lenta evolução, que se solidifica por seus benefícios imediatos. E essa transformação social só se pode dar através das formas cooperativas, porque, do contrário, marcharemos para uma catástrofe social.

É o cooperativismo, assim, não só uma prática econômica, mas também ética. E aí está sua grande força. É que os cooperativistas vivem, na prática, o que pregam na teoria, enquanto outros vivem em teoria o que não realizam na prática. Já dizia Proudhon que os cristãos haviam vencido, quando da queda do império Romano, porque viveram cristãamente. Os socialistas autoritários não vivem socialistamente, mas autoritariamente. A sua força é apenas a do número e a da brutalidade, como a dos bárbaros ante o Império Romano. Se soubermos estudar bem as páginas da História, muito poderemos aproveitar em benefício de um futuro humano melhor, que a luta actual entre os desejosos de mando e de domínio põe em xeque.

OS PIONEIROS DE ROCHDALE

Antes de entrarmos num estudo analítico do cooperativismo e examinar as críticas que lhe são apresentadas, a par das razões oferecidas em sua defesa, torna-se necessário que lembremos a acção dos pioneiros de Rochdale, pequeno núcleo da Inglaterra, onde surgiu, em suas bases modernas, o cooperativismo. Posteriormente, faremos um rápido estudo das condições gerais do cooperativismo, para, a seguir, estudarmos econômicamente, segundo nossos métodos, essa doutrina e prática em todos os seus mais importantes aspectos.

Reproduzamos, porque são eloquentes estas páginas de Peter Warbasse, em que nos conta o que foi a acção grandiosa dos pioneiros de Rochdale:

"A cooperação e a experimentação cooperativistas datam de longo tempo. As páginas da História estão cheias de relatos de homens que buscaram meios para trabalhar unidos, inspirados nos princípios do apoio e do serviço mútuo.

A Cooperativa dos trabalhadores de Rochdale, Inglaterra, foi realmente o comêço regular do movimento cooperativo. Antes dela não houve uma expansão sustentada, que tivesse êxito nos esforços cooperativos que se fizeram. Eles não criaram integros os princípios de Rochdale. Investigaram e vieram muitas experiências de organização productiva. Seleccionaram e combinaram várias modalidades práticas; e essa combinação é a sua grande contribuição. Os princípios, que usaram e combinaram, demonstraram ser a essência própria da cooperação. Os pioneiros formularam logo a técnica da aplicação desses métodos de acção conjunta. Ao fim de laboriosos desenvolvimentos dessas idéias, levaram-nas à prática. Abriram o armazém; le-

varam adiante seus planos. E tiveram êxito. Desde aquêle dia não houve retrocessos no movimento que tinham inaugurado.

Antes que êsses homens tivessem organizado sua sociedade, a situação dos tecelões de Rochdale era dramática, como o é em tôdas as partes sob o regime capitalista. Ao fim de uma vida de trabalho e penar, o asilo de pobres era o seu destino.

Deram comêço a um novo plano. Tôda a vida tinham sido explorados pelos comerciantes. Desde aquêle momento resolveram ter seu próprio armazém...

Juntaram à sua já pesada carga os deveres de comerciantes, banqueiros e fabricantes. Tomaram posse das funções de capitão de indústria. Pobres tecelões! Como não teriam rido dêles os fabricantes, se pudessem ter escutado a ínfima reunião e os ambiciosos propósitos!

Quando 28 dêles, ao fim de mais um ano de penosas economias, tinham acumulado 28 libras esterlinas, iniciaram a experiência. Alugaram o local desocupado de um velho armazém da rua Toad Lane. Tiveram que inverter perto de 14 libras para fazer um pequeno estoque de farinha, manteiga, açúcar e aveia. Abriram o armazém numa noite fria — a mais comprida do ano — 21 de dezembro de 1844.

Acreditavam que fôssem uma banda de conspiradores, e o eram na realidade. Estavam conspirando contra a miséria e as fôrças que a provocam e vivem dela; e essas fôrças eram as mais poderosas do Império Britânico.

Aquêles tecelões actuaram juntos não sómente desde o princípio, mas, também, quando a adversidade lhes apareceu. Não receberam ajuda estranha à de suas próprias fôrças, e essa é uma das razões que explica o êxito. Aceitar a ajuda financeira tem sido muitas vêzes a causa de fracasso de muitas cooperativas. Sacrificar-se, agüentar e desenvolver a confiança em si mesmos têm sido sempre poderosos factôres de prosperidade.

Os homens se mantiveram firmes. As promessas do comércio privado para tirar-lhes a clientela feminina fracassaram, e não puderam dissuadi-los do seu ideal. Compreenderam que a lealdade era a pedra capital. Caminhavam

largas distâncias para vir buscar no local cooperativo a mercadoria. Ao terminar o ano 1845, a Cooperativa de Rochdale tinha 74 membros e um capital integrado de 180 libras. Os negócios do ano alcançaram a 710 libras. O povo de Rochdale tinha então 25 mil habitantes.

Cada um dos que desejavam associar-se, deviam comparecer à noite e declarar a sua vontade de tomar quatro acções de uma libra e pagar um depósito não menor que três peniques por participação; pagar também não menos de três peniques por semana em diante, e ceder todos os interesses e economias excedentes que pudessem corresponder ao fundo social, até que se acumulasse, no seu crédito, uma soma igual ao valor de suas quatro acções. Assim, com o pagamento de um xelin, um membro entrava já na cooperativa com a simples conformidade de reunir 4 libras, fazendo suas compras no armazém comum.

Planejaram uma reorganização da sociedade e do Estado. Declararam que "na medida do possível, esta Sociedade procederá a ordenar as fôrças da produção, da distribuição, da educação e do governo; ou, em outras palavras, a estabelecer uma comunidade autônoma de interesses coletivos, e ajudar a outras sociedades na constituição de outras comunidades".

Os progressos foram lentos. Em 1847, quando chegaram maus tempos, e os preços subiram, houve uma grande carestia e miséria. A sociedade cresceu rapidamente. Uma miséria ainda maior no ano seguinte trouxe como consequência um novo incremento de capital e de sócios. Durante aquêle "quarenta de fome", demonstrou-se que "a cooperação é o inimigo da pobreza". Os "respeitáveis e influentes" puseram obstáculos no caminho; mas a organização seguiu progredindo. O asilo dos pobres deixou de ser o destino dos tecelões de Rochdale. Puderam vestir melhor e oferecer outro aspecto. Começaram a ter pequenas satisfações que até então não podiam ter.

Chegaram a ser o centro desde onde a cooperação se irradiou por todo o mundo. Nos primeiros dias da cooperação na Inglaterra, as sociedades recém-organizadas não contaram com mais luz do que lhes trazia Rochdale.

Os pioneiros aspiravam a realizar e a cumprir estas estranhas regras:

Oferecer as provisões de melhor qualidade que se pudesse conseguir e dar a medida e o peso exatos". Não pediam nem davam nenhuma espécie de crédito, opondo-se às dívidas da classe trabalhadora. Adotaram o plano de entregar as economias sobrantes aos que tivessem feito compras na cooperativa.

Anunciaram como propósito o "de chegar ao estabelecimento de uma Cidade Industrial, estendendo o comércio e a manufactura cooperativa, para suprimir a competência e o crime".

Todo membro desta sociedade tinha o democrático privilégio de um voto por pessoa, setenta e cinco anos antes de que o Estado aceitara esse princípio. As sócias tinham direito a receber como próprias suas economias excedentes e a possuir acções, muito antes de que o Estado permitisse a mulher ter propriedades. Desde o início as mulheres tiveram direito a votar como os homens. A sociedade dedicava dois e meio por cento de suas economias à educação. Foram aumentando sem cessar a lista de artigos que distribuía. Uma sala de leitura e logo uma biblioteca se organizou. Os velhos salões já eram insuficientes. Recreação, bancos e seguros apareceram. E vieram de longe trabalhadores para estudar esse método de organização.

Muitas sociedades semelhantes tiveram o mesmo êxito; os pioneiros de Rochdale se estenderam com o movimento através do mundo inteiro.

Cinquenta anos depois, em 1894, ao celebrar-se o jubileu daquela pequena sociedade, o número de sócios alcançava a 12.000, os fundos a 400.000 de libras esterlinas, o giro comercial passava das 300.000 libras e os "benefícios" anuais eram de 60.000 libras esterlinas. Em 1934, a Cooperativa dos Pioneiros contava com 44.000 sócios, 569.000 libras esterlinas de capital e havia realizado negócios no valor de 657.000 libras esterlinas, numa população de 96.000 habitantes. Desde 1844 a 1934, o giro comercial subiu a um total de 30.000.000 de libras, e o excedente das economias distribuídas totalizava os 4 milhões de libras.

Esse tem sido o curso da pequena sociedade. Os trabalhadores de Rochdale podiam ter sofrido uma derrota, como é comum que a sofra o pobre. Podiam ter admitido essa sorte e ter-se resignado às penúrias da vida. Mas,

apegaram-se à vida, e ganharam. No povoado de Rochdale iniciou-se uma nova era econômica. Um método diferente de organização industrial tinha sido descoberto. Encontrou-se um meio de confiar na exactidão das medidas e no jôgo limpo dos pratos da balança.

A história dos fundadores revela que este resultado veio a realizar-se por pura casualidade. Seus planos eram construir uma comunidade de trabalhadores. Desejavam estabelecer uma associação de productores. Não há evidência de que eles estiveram animados por uma filosofia de consumidores. Os propósitos que tinham em vista ao organizar o armazém cooperativo era os de fazer durar mais os salários e reunir, assim, um capital para actuar como productores. Seus planos malograram devido a uma circunstância: vender aos preços correntes no mercado, acumular um excedente e distribuí-lo em proporção ao comprado. Isto transformava o movimento cooperativo em uma associação de consumidores. Muita confusão reinava entretanto, prática e filosóficamente, entre consumidores e productores. Os fundadores não se enganaram; e continuaram a construir melhor que antes."

Essa descrição de James Peter Warbasse é bastante para se ter uma idéia aproximada das possibilidades do cooperativismo. Basta que se diga que, hoje, há muitos milhões de cooperadores em todo o mundo. Ainda o cooperativismo inicia os seus passos, apesar de tantos milhões de associados, ainda experimenta suas fôrças, ainda encontra a incompreensão de muitos como uma barreira aos seus destinos, mas nem por isso deixa de vencê-las e de trabalhar pela construção de um mundo realmente melhor.

"Uma sociedade cooperativa é uma associação voluntária, na qual o povo se organiza democraticamente para satisfazer suas necessidades pelo apoio mútuo, e na qual o motivo do trabalho e da distribuição é o serviço e não o benefício. No movimento cooperativo, a finalidade que se persegue é a criação de uma sociedade capaz de suplantar, por sua vez, a especulação mercantil e a violência do estado político obrigatório" (Warbasse).

A sociedade cooperativa começa pelo consumidor, *pois todos são consumidores* (este o lado *invariante* econômico). A cooperação funda-se na família, que é a célula da cooperação mais natural. O cooperativismo procura organizar a

família como célula de consumo e funda-se no apoio mútuo que é biológico (como já o estudou Kropotkine), próprio dos animais bissexuados, e que permitiu a sobrevivência das espécies. Após tôdas épocas de decadência, é a cooperação que surge para erguer os povos combalidos, é pela cooperação que as maiores obras humanas foram realizadas.

O Estado pretende solver as necessidades dos consumidores em choque contra os interesses criados pelos dominadores. Mas o cooperativismo surge para substituir a acção do Estado, cujas funções declinam, enquanto o cooperativismo permite substituir o Estado pelas organizações cooperativas, que tomam a seu cargo a administração pública, permitindo que todos, sem exceção, contribuam na organização da sociedade.

A cooperativa não visa a lucros, como uma sociedade capitalista qualquer. Ela visa a *prestar serviços*.

"Um traço distintivo da organização cooperativa é que exercita as pessoas a empreenderem iniciativas organizadoras, estimula-as a aceitar a responsabilidade da administração cu da direcção, e cria aptos em suas próprias fileiras, capazes de assumirem encargos de serviços de mútuo benefício. Esta é uma característica de importância fundamental. Há defeitos inerentes à psicologia social do momento, que se devem ao espírito do lucro reinante hoje. Possivelmente esse mal irá desaparecendo à medida que a educação e a coparticipação nas cooperativas de consumo progreda e apareçam as novas gerações com novas tendências e estímulos psicológicos.

Um resultado de significação derivado do movimento cooperativo é que ensina ao povo administrar seus próprios negócios. Isso demonstra já a sua utilidade. Quando o trabalhador compra em um estabelecimento particular, quem recolhe e ganha a experiência é o comerciante. Mas quando o operário e seus companheiros põem um armazém de sua propriedade, para satisfazer essas necessidades, são eles mesmos que recolhem essas experiências. E quando põem em funcionamento seu próprio banco e suas sociedades de seguros, e organizam seus armazéns por atacado, e constroem suas fábricas, seus alojamentos, teatros e escolas, e seus telefones e seu transporte, aprendem então em sua própria escola. Chegam a ser os donos da indústria. Apren-

dem a dirigir seus negócios de acordo com seus próprios interesses sociais. É uma função constructiva" (Warbasse).

Esses são os principais motivos por que capitalistas e socialistas autoritários são tão inimigos do cooperativismo. É que essa escola ensina ao povo a *não precisar* mais dos líderes, dos eternos *competentes* que se julgam os únicos capazes de guiar o povo ignorante. E sua posição de domínio e de poder está assim ameaçada pela avalanche do povo capaz de dirigir-se a si mesmo. O cooperativismo é uma escola de administração popular e dispensa os *geniais dirigentes*, eternos exploradores das grandes massas humanas em todos os tempos da História.

Vejamos agora quais os métodos elaborados como normas pelos Pioneiros de Rochdale a serem seguidos pelas sociedades cooperativistas:

- 1) Contrôle democrático. Cada membro tem um só voto. Um homem, um voto.
- 2) Interêsse limitado para o capital. O capital invertido na sociedade, se recebe alguma renda, há de ser fixa e nunca superior à percentagem mínima corrente.
- 3) Devolução de economias excedentes. Se há excedentes poupadados ("dividendos" ou "benefícios"), derivados da diferença entre o custo e o preço de distribuição (ou seja "o preço de venda") dos artigos e serviços, depois de pagar os gastos gerais, os interesses do capital e de separar para o fundo de reserva e outros fundos, o saldo líquido do excedente economizado devia ser devolvido aos sócios ou destinado a fins sociais ou entregue como retorno na proporção do montante das compras realizadas.

A primeira condição contribui para garantir a democracia. Nenhum indivíduo ou camarilha poderia conseguir para si o controle. Nisto se distingue, das práticas do comércio privado, em que os indivíduos têm tantos votos como ações. As sociedades cooperativas não admitem o voto pelo poder. Quando são muitos os membros e se acham muito separados pelas distâncias, a sociedade se divide em distritos, com assembléias locais, onde se elegem os representantes para as assembléias centrais. O fim desejado é a *democracia*.

A segunda disposição é uma garantia de que a sociedade cooperativa não poderá ser usada com propósitos de tipo capitalista. Não se outorgam benefícios especulativos ao capital.

O terceiro princípio quebra e inutiliza o chamado benefício comercial, devolvendo-o aos consumidores que o criaram. Isto significa que a empresa cooperativa funciona para servir e não para ganhar.

4) A associação é ilimitada. Não se pode impedir a participação a ninguém, salvo se prejudica ou injuria a sociedade.

5) A sociedade é constituída por pessoas que voluntariamente se unem. É o princípio da liberdade de associar-se.

6) As operações devem realizar-se com pagamentos à vista.

7) Uma certa percentagem do excedente poupadão usa-se para fundos educacionais no plano cooperativo.

8) Deve existir neutralidade política e religiosa.

9) Começando com a distribuição e a prestação de serviços aos sócios, a organização deve aspirar a expandir sua actividade, a unir-se com outras sociedades para a produção do que necessitam os membros e, finalmente, para assegurar-se o abastecimento das matérias primas.

Vejamos agora certas práticas aconselhadas a serem incorporadas por toda administração cooperativa.

1) Supõe-se que todo membro patrocina a sociedade nos negócios em que actua.

2) Todo sócio se obriga a inverter na organização uma parte de seu capital ou de seus bens, se isso fôr necessário.

3) As pessoas, que não tenham o capital inicial para uma ação, podem também formar parte da cooperativa, e paga-la com a acumulação de retornos que lhes correspondam por compras realizadas.

4) Em cada balanço um tanto por cento de depreciação deve ser descontado do valor da propriedade cooperativa.

5) A federação das sociedades pode evitar a competência e a hostilidade, salvando a superposição de jurisdições e fazendo possível o apoio e a assistência mútua entre as organizações, pois quando uma sociedade seja cooperativa, se não está federada não coopera, e não forma parte realmente do movimento cooperativo nacional e internacional.

6) O objectivo final para o qual tende o cooperativismo é o de satisfazer todas aquelas necessidades que uma organização social pode prestar, e especialmente conseguir o controle da produção, estimular a associação, promover a formação de outras sociedades, criar organizações nacionais em cada país, e realizar a união das cooperativas do mundo numa organização internacional que tenham idênticos propósitos.

Acrescenta ainda James Peter Warbasse 11 pontos que devem ser impostos pelo consumidor organizado em cooperativa. São êles os seguintes:

1) Substituir o estímulo do lucro mercantil pelo de serviço.

2) Tornar impossível o privilégio das grandes rendas, lucros, altos salários, a especulação e os dividendos.

3) Criar maior número de trabalhadores.

4) Criar maior número de possuidores.

5) Promover a sobriedade e o sentido da responsabilidade inerente a toda posse privada.

6) O trabalho em conjunto dos vizinhos em benefício colectivo.

7) Adestrar o povo na administração de suas indústrias em seu próprio interesse.

8) Substituir a rivalidade e o antagonismo pelo apoio mútuo.

9) Devolver ao povo o contrôle, perdido desde tempo remoto, de suas fontes de alimentos e de tôdas necessidades.

10) Descentralizar o contrôle da vida do povo e pôr êsse contrôle nas mãos do indivíduo, da família e dos grupos locais.

11) Reduzir a necessidade das funções governamentais e, portanto, promover, assim, a desaparição do Estado político.

Após essas explanações gerais sobre as características do cooperativismo moderno, mais visualizado do seu ponto de vista ético e sociológico, vamos analisá-lo agora, nas próximas lições, do ponto de vista econômico. E ao lado dessa análise, verificaremos, também, as críticas que lhe foram feitas, os aspectos que foram acusados, para, finalmente, apresentarmos algumas opiniões que julgamos úteis.

A EXPLORAÇÃO COOPERATIVA

Façamos agora uma análise econômica da cooperativa, para que possamos coordenar as críticas que lhe têm sido feitas pelos diversos economistas e examinemos as possibilidades que êsse sistema possa oferecer, através da análise do presente, naturalmente quanto ao seu futuro.

A cooperativa reúne *interesses privados*. Surge em pleno sector capitalista, mas conserva aspectos do sector precapitalista (artesanal, exploração agrícola).

É a exploração cooperativa, no entanto, uma exploração original que oferece seus aspectos específicos.

Não é propriamente uma emprêsa, nem pelo fim que ela pretende, nem pela estructura que ela admite (Perroux). Para Gide, a cooperativa era uma emprêsa entre outras. Por isso não foi êle capaz de criar uma doutrina de cooperativismo, embora fôsse um dos seus mais entusiastas propagandistas.

As cooperativas, por suas condições, opõem-se claramente às empresas capitalistas, além de serem extremamente heterogêneas.

Vejamos alguns aspectos:

Quanto ao fim, apesar de múltiplos, tendem a uma clientela particular.

Temos, por exemplo, cooperativas de compra de comerciantes varejistas, que permitem adquirir em melhores condições seus estoques.

Há cooperativas de consumo que distribuem o estoque ao consumidor final.

Há cooperativas de artesãos, de funcionários, de empregados, etc.

Assim, a cooperativa pode ter como fim atender certos interesses de qualquer classe ou todos os interesses das mesmas e de grupos mais gerais.

2) A *estructura da organização* corresponde ao fim a que tende.

Apresentam as cooperativas semelhanças, mas apenas exteriores. Uma cooperativa de trabalho, uma de consumo, uma agrícola, apresentam semelhanças exteriores, mas funcionam diferentemente.

Tais aspectos diversos têm levado a muitos economistas a não poderem estabelecer os dados específicos das cooperativas, preferindo estudá-las segundo suas distinções.

Maurice Bouguin diz: "Na cooperativa, os associados não se contentam de fornecer capitais, eleger administradores, votar nas assembleias, correr riscos. Eles participam pessoalmente na função empreendida pela sociedade. Eles fornecem-lhe seu concurso ou aproveitam os seus serviços: eles repartem entre si os benefícios, segundo o *proprietaria* das operações que cada um deles efectua como cooperador e não segundo o princípio capitalista da extensão da propriedade das acções".

Para Werner Sombart, a cooperativa é "a livre reunião pessoal de agentes econômicos pouco afortunados e pouco poderosos, desejosos de aperfeiçoar a conduta de sua economia, alargando-a sob a forma da exploração em grande escala".

Esta definição merece ser analisada. A palavra *livre* diferencia as cooperativas das corporações. As palavras "*reunião pessoal*" diferenciam as cooperativas das sociedades anônimas ou por acções. As palavras "*pouco afortunadas ou pouco poderosas*" diferenciam-nas das grandes unidades capitalistas.

Depois das análises feitas, é fácil agora estabelecer quais os traços característicos de toda e qualquer cooperativa, realmente cooperativa (dizemos realmente cooperativa, porque, sobretudo entre nós, há muitas organizações capitalistas que se acobertam sob o título de cooperativas, a fim de se aproveitarem dos favores da lei para aumentar seus benefícios. Essas pseudo-cooperativas devem e podem ser denunciadas).

São os seguintes os traços característicos:

a) *Associação de pessoas*

Este é um dos aspectos econômicaamente fundamentais, bem como o é também éticamente. A cooperativa não é uma *sociedade de capitais*, como a empresa capitalista, mas sim uma *associação de pessoas* (diferença econômica), e como associação de pessoas, considera essas como pessoas e não como representantes de um capital; isto é, a cooperativa inaugural já a nova fase ética da sociedade, a nosso ver, em que os *homens valem pelo que são e não pelo que têm*. (Diferença ética).

Na cooperativa, quem tem um *vale tanto quanto* quem tem dez, porque o homem vale como pessoa e não como portador de bens. O homem que vota, na cooperativa, "é a tradução do carácter pessoal do agrupamento".

Em seu aspecto ético, o capitalismo é uma marcha constante para o objecto e para a despersonalização do homem. Sua objectividade foi e é um abandono ao valor do homem como pessoa. (Esse aspecto ético do capitalismo intervém também nas doutrinas socialistas autoritárias — marxismo, fascismo, nazismo, etc. — que consideram o homem como número, isto é, quantitativamente apenas).

b) É uma "exploração de serviço" e não uma "exploração de ganho". Uma cooperativa não visa a distribuir entre seus membros o maior ganho monetário possível. Visa apenas a assegurar principalmente aos seus membros (e eventualmente a elementos exteriores) o melhor serviço, o mais regular, ao mais baixo preço.

Assim, é movida a cooperativa primacialmente por um *espírito qualitativo*. As cooperativas, como atendem aos seus membros, quando devidamente organizadas, procuram a *melhor qualidade*, o *melhor serviço*, a *melhor assistência*. Como o ganho não a dirige e sim o prestar *bons serviços*, é uma escola de valorização, portanto éticamente superior ao capitalismo, que sacrifica a qualidade ao ganho, porque o capitalismo é sempre *quantitativamente* orientado.

O qualitativo, que se observava como inerente ao espírito artesanal, perdido pelo espírito capitalista, retorna sob outra forma na exploração cooperativa.

Esses dois aspectos, que estudamos acima, são fundamentais de *toda cooperativa* realmente tal.

COOPERATIVA DE CONSUMO

A cooperativa de consumo é um agrupamento de consumidores, que adquirem em grande escala bens para serem revendidos no varejo, e os benefícios verificados são repartidos entre os cooperados, em *pro-rata* de suas operações e compras.

É assim a cooperativa de consumo uma "exploração comercial inteiramente desinteressada".

Tem ela como finalidade conseguir vantagens econômicas, obter e repartir uma utilidade, não tende porém, ao maior ganho possível.

A clientela de uma cooperativa de consumo é mais ou menos extensa. Ela tende para satisfazer as necessidades de seus associados, e apenas dos seus associados. Quando a cooperativa se dirige aos indivíduos, sejam quais forem, é então uma cooperativa aberta, porque se dirige a uma clientela anônima. Neste caso, ela se aproxima da empresa comercial, porque tem relações com o mercado capitalista.

Quanto à venda, obedecem as cooperativas a certos princípios dados pela prática, que não são propriamente mais discutidos por elas. (É de salientar-se, como já o dissemos, que o cooperativismo tem sua doutrina formada *a posteriori*, isto é, dependendo da prática. Aqui, mais que em qualquer outro sector, a experiência tem servido para construir a doutrina, e as normas adquiridas são comprovadas pela prática).

A cooperativa de consumo vende ao preço de revenda, vende ao preço corrente, isto é, ao preço médio. Julgam muitos que tal proceder encerra uma hábil manobra das cooperativas para não prejudicar a empresa comercial, nem atacá-la de frente, com o intuito de evitar as reacções dos

sectôrcs econômicamente mais fortes. Mas já veremos que tal não se dá.

Reconhece a cooperativa que o "preço do mercado expressa uma tensão real entre as necessidades e as provisões de bens". Um preço mais baixo, aumentaria a procura, sem benefícios reais, senão aparentes.

Ora, a cooperativa tende *para o serviço* (para servir). Junta, coordena fins francamente desinteressados. Ela educa seus membros, ela cria bibliotecas colectivas, ela presta serviços de ordem social, assistência, etc. Com a venda ao preço corrente é-lhe permitido prestar tais serviços.

Por outro lado ela evita os riscos que possa incorrer. Ela é fraca para resistir aos riscos.

Tal não impede, no entanto, que a cooperativa venda a preços abaixo do corrente, tornando-se, assim verdadeiras reguladoras do mercado.

Mas também existem outras que vendem acima do preço (há exemplos na Bélgica), com finalidade de obter maior soma de sobras para aplicá-las em fins sociais. Tal proceder exige desde logo grande espírito cooperativo e, sobretudo, uma educação correspondente bastante desenvolvida. Em geral, quem procura as cooperativas, pensa apenas em adquirir a um preço mais baixo, e considera aquela que assim não procede, desviada de sua finalidade. E não são poucos os que, ao verem a cooperativa vender ao preço do mercado, dão preferência às empresas capitalistas. Embora tal pareça incrível, essa prática é muito freqüente. São tais razões que levam os verdadeiros cooperativistas a compreenderem que a boa marcha do sistema que defendem exige uma educação prévia muito desenvolvida. O cooperativismo, para vingar, necessita de uma ampla educação pública, de uma propaganda inteligente, porque tem de despertar certas tendências humanas que estão obstaculizadas pelo espírito do capitalismo e por seus poderosos meios de propaganda e de dissolução.

Uma cooperativa, que vende ao preço do mercado ou mais alto, não se pode nem se deve compará-la a uma empresa capitalista.

Os benefícios, que nesta se destinam aos capitalistas, naquela se destinam para um emprêgo totalmente diferen-

te. A cooperativa de consumo *redistribui as sobras* aos seus associados, por meio do retorno ou de obras sociais.

Ou ela redistribui em moeda ou no oferecimento de mercadorias de melhor qualidade, ou dá um crédito ao associado, ou aplica-o a novos investimentos ou em obras desinteressadas.

Charles Gide argumenta que o trabalhador assalariado, empregado numa cooperativa de consumo, vê modificada a sua situação, deixando propriamente de ser tal.

Esta afirmativa é combatida por muitos economistas, que negam a libertação do salário por parte do trabalhador empregado na cooperativa.

Alega, no entanto, Gide que o trabalhador que emprega seu trabalho numa empresa capitalista reserva o benefício que possa dar para particulares, enquanto na cooperativa ele tende para a comunidade.

Alegam os economistas contrários que nem técnica nem filosóficamente tal afirmativa é procedente. Do ponto de vista técnico, o trabalhador é um agente ligado a outro por via de contrato de trabalho, e percebe uma remuneração, não variável, mas definitivamente preestabelecida, fixada por convenção. Essa situação persiste na cooperativa como na empresa capitalista.

Do ponto de vista filosófico, o salário, mesmo no regime capitalista, implica uma colaboração de trabalhadores dependentes em vista de serviços gerais distribuídos à comunidade. Os trabalhadores assalariados produzem bens que são vendidos no mercado capitalista. Se oferece um benefício ao empresário, oferece também à colectividade. Dispensam aqui a discussão se tais serviços recebem seu verdadeiro preço ou não. Quer dizer que, quanto ao modo de organização, a situação é a mesma.

Os socialistas, adversários do cooperativismo, encontram aqui bases para seus argumentos, alegando que a situação do assalariado é sempre a mesma, e tanto é assim que até greves têm surgido nas cooperativas. Por outro lado, há sempre uma luta na cooperativa entre os elementos assalariados e os cooperados.

Podemos alegar aqui que tais factos realmente se dão. Mas também queremos salientar outra vez o que já dissemos

várias vezes: o cooperativismo não é uma doutrina construída *a priori*, e sim *a posteriori*. Se tais factos se verificam, obrigam êles o estudo de normas que o solucionem. Por isso não são poucas as cooperativas que pagam melhores salários (tal ainda não implica a desaparição do salário), mas acrescem uma participação dos trabalhadores, o que o torna variável e não fixo, mas variável para mais, não para menos, do salário básico.

A desaparição do salário não se pode dar na cooperativa dentro da zona de influência do capitalismo. Tem o cooperativismo os meios de solucioná-lo, mas sómente quando o cooperativismo fôr mais intenso e extensivo, como se observa em certos pontos na Suécia. Só então o salaríato poderia ser resolvido, e o seria certamente mais rápido do que o pretendem os socialistas, que reduzem todos a assalariados do Estado, não resolvendo, portanto, de forma alguma, o magno problema que êle apresenta.

A venda nas cooperativas de consumo deve ser *à vista, ao contado*. Com isso, procuram-se evitar os riscos da venda a crédito, e dos abusos que dêle decorrem. Em certos países, onde o espírito cooperativista está muito desenvolvido, há exemplos de concessão de crédito, por meio de uma *caixa de empréstimo*, ou por meio de um órgão de distribuição de crédito, a fim de auxiliar os cooperados mais necessitados.

A cooperativa de consumo não tende ao maior ganho monetário possível, ilimitado do capitalismo. A repartição não obedece ao regime do capitalismo. Essa distribuição não é feita segundo a quantidade de capital, nem segundo o montante das acções, mas segundo a quantidade de compras operadas, segundo os serviços requeridos da cooperativa.

Elimina a cooperativa o benefício, o lucro?

Se considerarmos como benefício, como lucro a diferença entre o preço de compra e o de venda, realmente há benefício, na cooperativa, afirmam alguns economistas.

Entretanto, poderíamos dizer: retiradas as despesas de administração e as despesas gerais de uma cooperativa, o excedente é devolvido a quem dela se serviu. Isto é, foi cobrado a mais para fazer face às eventualidades. Não é prò-

priamente lucro, porque êste, no capitalismo, é um fim, e no cooperativismo não é um fim, é um acidente, que, quando realizado, é devolvido a quem de direito.

Desta forma, não se deve dizer que há lucro numa cooperativa, porque a diferença encontrada deve ser devolvida em moeda ou em serviços.

Tende a cooperativa a eliminar o intermediário?

Aqui há necessidade de esclarecer, pois há intermediários necessários e desnecessários. Há os intermediários que têm uma função econômica e, neste caso, a cooperativa é uma espécie de intermediário. Os outros, ela tende a eliminá-los, tanto quanto possível.

ANOTAÇÕES GERAIS

Em 1850, as cooperativas de consumo da Inglaterra, reuniram-se numa vasta federação. Desde então o federalismo dominou no cooperativismo inglês.

Por outro lado, compreenderam os cooperativistas que a fôrça das unidades capitalistas estava em sua concentração. A concentração tornou-se necessária para a vitória constante dos cooperativistas, que, desta forma, puderam diminuir suas unidades de cooperação, aumentando, porém, sua fôrça e extensão. A associação de cooperativas tornou-se necessária, a fim de poder melhor distribuir e escoar os productos, o que permitiu um grande desenvolvimento das cooperativas de produção.

COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO

Entre as cooperativas de produção, temos as agrícolas e as de trabalho.

Uma cooperativa de produção é uma associação de trabalhadores, que se encarregam livremente de produzir, assumindo os riscos e os perigos de sua função.

Seu desejo é escapar à acção da emprêsa patronal, tornando-se por si mesmos e de si mesmos os empresários.

Owen, em 1830, pregava a colectividade de trabalhadores com um certo capital do qual fôssem êles proprietários. Essas formas de cooperativas malograram.

Elas só obtiveram êxito no gênero das construções. Em 1936, contavam-se na Inglaterra cerca de 127 sociedades desse tipo.

Tais formas de sociedade encontram dificuldades diversas: 1) um grupo de trabalhadores não obtém crédito, por não inspirar confiança aos detentores do capital monetário, sobretudo em países como o nosso, em que o crédito é ainda mais reduzido em seu âmbito. 2) A clientela, dada a educação recebida pelo regime capitalista, tem mais confiança numa emprêsa capitalista do que numa emprêsa de trabalhadores.

Outra espécie de cooperativa de produção é a que reúne trabalhadores sem nenhuma espécie de capital, em que êstes se agrupam para cumprir uma tarefa com plena liberdade, correndo os riscos e benefícios que dela advêm. Temos exemplos no *artel* russo de antes da guerra e na *affitanza collettiva* na Itália, antes do fascismo, e que hoje ressurge em várias regiões daquele país.

Essas cooperativas, em certos casos, atingem a um grau e a um montante de capital que lhes permite contractar es-

pecialistas (engenheiros, técnicos, etc.) para administrarem a produção. Nesse caso, não há propriamente nenhuma semelhança com a exploração capitalista, porque não se processa a divisão entre o trabalho e o capital, que é aportado pelo mesmo agente. Também a distribuição não obedece à forma capitalista.

Na verdade essas cooperativas não tendem propriamente ao maior serviço, mas ao maior ganho comunitário. Tende ao máximo de benefício, que é distribuído entre os membros componentes.

* * *

Pequenos comerciantes e pequenos agrupamentos agrícolas ou artesanais reúnem-se muitas vezes para conseguir vantagens que beneficiem a todos.

Essas vantagens podem ser *técnicas, comerciais e financeiras*.

As vantagens técnicas são obtidas através das *cooperativas de máquinas*, que põem à disposição de seus membros máquinas e motores. Por meio das *cooperativas de vendas*, temos as vantagens comerciais. Elas se organizam com a finalidade de dar escoamento da mercadoria para os mercados conhecidos ou procuram novos mercados.

As vantagens financeiras são obtidas através das *cooperativas de crédito*. Essas cooperativas permitem as explorações artesanais beneficiarem-se das vantagens da empresa capitalista, bem como favorecem as pequenas empresas capitalistas.

* * *

Um dos grandes temas, que se colocam hoje em face do cooperativismo e do seu desenvolvimento, após os estudos realizados, as opiniões mais diversas que têm sido apresentadas em torno de seus problemas, é o da extensidade possível desse sistema e da sua intensidade, bem como se pode considerar o cooperativismo como um sistema econômico, que se possa considerar ao lado dos outros sistemas ou substituí-los. Dessa forma, poderíamos desdobrar os temas na seguinte forma:

- 1) Qual a extensidade que pode tomar o cooperativismo?
- 2) Qual a intensidade de sua ação?
- 3) É um sistema econômico?
- 4) Poderá ele, por si, substituir o sistema capitalista?
- 5) Poderá o cooperativismo, além da forma econômica, atingir a forma política?

É fácil ver o alcance destas perguntas e a complexidade das respostas, que ultrapassam, em muitos aspectos, o campo propriamente econômico. Entram aqui temas de ordem sociológica e histórica, bem como política e filosófica, além dos meramente econômicos. No entanto, dentro dos limites desta obra, procuraremos, neste, e nos pontos a seguir, dar algumas respostas a essas perguntas, respostas de muitos economistas, acrescentadas de algumas contribuições nossas.

Quanto à extensidade que pode tomar o cooperativismo, basta estudarmos as estatísticas modernas e as compararmos com as antigas para que logo ressalte aos nossos olhos que realmente tem ele tomado um incremento extraordinário. Embora essas estatísticas não sejam perfeitas e estejam eivadas de muitas falhas, pode calcular-se hoje em uns 400.000.000 de cooperados em todo o mundo com mais de 1.500.000 cooperativas de todas as espécies, sendo um terço delas cooperativas de consumo.

Ante o montante das operações capitalistas, o movimento cooperativo não alcança ainda uns 20 a 25%, mas o crescente movimento promete muito mais, pois há países em que o cooperativismo representa mais de 80% da produção, como na Islândia.

Quanto à *intensidade*, os exemplos que se verificam na Suécia, onde as cooperativas possuem mais de 2.000 estabelecimentos fabris, além de controlar quase todo o serviço público de transportes, alimentação e também financeiro, nos mostra que o desenvolvimento vertical é poderoso. É precisamente nos exemplos que nos mostram o desenvolvimento intensivo do cooperativismo, onde se fundamentam os principais argumentos que levam a estabelecer a convicção de que é ele um genuíno sistema econômico, capaz de subs-

tituir os outros e de oferecer soluções aproveitáveis aos grandes problemas sociais gerados pelo capitalismo.

Entramos, assim, na resposta à terceira interrogação.

Na realidade, o cooperativismo está em conflito com o capitalismo. Se o capitalismo tende para o maior ganho possível, o cooperativismo tende para o maior serviço possível. Mas, se considerarmos o cooperativismo dentro da zona de influência do capitalismo, ele também tende para o maior ganho, embora se diferencie na destinação desse ganho que em vez de destinar-se ao particular tende para a comunidade. Pode-se dizer que o cooperativismo tende para o maior ganho, mas o maior serviço tende a dominar a ponto de reduzir-se aquêle em benefício dêste. Isto é, o maior ganho cede em benefício do maior serviço. O ganho impõe-se como influência directa do capitalismo, mas tende a reduzir-se à proporção que prospera o cooperativismo. Poder-se-mo dizer que a sua linha ascendente encontra um patamar, para ser substituída, depois, pelo aumento de serviço. É natural que dentro de um regime preponderantemente capitalista, o maior ganho se verifique. Mas, à proporção que se cooperativiza mais a sociedade, o serviço cresce em detrimento daquele. Dessa forma, não há aqui um antagonismo prejudicial, mas estimulativo. O maior ganho permite o maior desenvolvimento da zona cooperativa, que acaba por abarcar o campo do capitalismo, e oferecer, então, maior serviço. Dependente como é do mercado capitalista, sofre, de início, as influências dêste. Mas seu desenvolvimento permite libertar-se do mercado, como já se verifica na Suécia, onde nas zonas mais extensas e intensamente cooperativizadas, o serviço predomina completamente sobre o ganho.

Há factos importantes que se verificam, por exemplo, no sector técnico. As relações entre os trabalhadores e seus dirigentes numa emprêsa capitalista são diferentes das que se verificam numa emprêsa cooperativista. Numa cooperativa, o trabalhador se encontra numa sociedade de pessoas, onde pode, portanto, invocar os seus direitos. A autoridade do chefe é mais forte, porque é conscientemente aceita, e os conflitos reduzem-se extraordinariamente. A ordem é mais completa e os casos de sabotagem são quase nulos.

Sofre, no entanto, a cooperativa de muitos riscos, mais perigosos que os de uma emprêsa capitalista, que tem ou-

tos recursos para solvê-los. No entanto, graças à experiência adquirida e ao senso administrativo de seus dirigentes, com grande experiência teórica e prática, adquirida através da história do próprio movimento, êsses riscos tornam-se facilmente superáveis.

A cooperativa é uma forma comunitária de economia. Ela não é capitalista nem socialista, no sentido comum dês-te termo. É uma forma descentralizada de exploração, que está em contraposição à centralização preconizada pelos socialistas. A cooperativa pode ser empregada num regime socialista para proceder uma descentralização, mas sempre está condicionada ao Estado, como na Rússia, que, naturalmente, lhe restringe os meios de acção.

Oferece a cooperativa um campo de educação moral imenso, e ai está a sua grande força social. Cultiva ela o senso da responsabilidade e o da sobriedade.

A sociedade capitalista tende para a rentabilidade, como já vimos, enquanto a cooperativista tende para o maior serviço possível. De posse dêstes dados e de mais outros que advirão a seguir, estaremos habilitados a responder às perguntas quarta e quinta.

O ESTADO E A COOPERAÇÃO

São as duas últimas perguntas, que tivemos ocasião de formular no artigo anterior, de uma importância extraordinária, pois exigem o exame de muitos pontos importantes que, como dissemos, ultrapassam o terreno da Economia.

No momento actual, todos sentem que estamos atravessando uma época de transição e que as condições presentes serão substituídas por outras. É no volume final desta coleção, depois de havermos analisado todos os factos econômicos, sociológicos e históricos, que este tema poderia ser examinado com melhores bases. Tal, porém, não impede que, por ora, façamos os estudos necessários para uma resposta a essas perguntas.

Se estamos numa época de transição, o capitalismo, como denominador comum, deverá ser substituído por outro sistema econômico. Naturalmente há os que acreditam que o capitalismo é *eterno*. Também, quando do feudalismo, havia quem o acreditasse eterno. Resta saber se o capitalismo, assim como não impediu que outras formas econômicas precapitalistas permanecessem em sua zona de domínio, permanecerá também quando perder esse domínio, dentro da nova zona formada.

Para muitos cooperativistas, o cooperativismo virá substituir o capitalismo, por uma série de razões, que procuraremos sintetizar:

Os defeitos do capitalismo, o desejo de lucro desenfreado foi possível até certo momento, trazendo, posteriormente, mais males do que benefícios. Além disso, o capitalismo não pôde conservar o Estado separado da economia. As constantes lutas travadas na sociedade, os choques de interesses exigiram que o Estado interviesse como mediador. Mas o Estado, quando chamado para intermediador, precisa

de poder para impor sua resolução, exige, portanto, máximo poder. Conseqüência: o intuito de transformar apenas o Estado em juiz, transformou-o, a pouco e pouco, em senhor da situação. Dessa forma, hoje, o Estado separa-se das classes dominantes, tornando-se senhor da situação e impondo-se como monopolizador do poder, intervindo, consequentemente, na própria vida econômica que lhe fica subsidiária.

Voltar ao liberalismo econômico — apesar dos sonhos dos saudosistas — é impossível, e retirar do Estado a soma crescente de poder, pelos meios normais e conhecidos, é impossível. Desta forma, marchamos para um totalitarismo crescente, que já atingiu aspectos bem decisivos nos casos hitleristas e, sobretudo, no russo.

O Estado assumiu a direção da administração pública, que pertencia ao povo e às suas organizações e não as devolverá por si mesmo. É preciso que o povo torne a conquistá-la. Se tal é possível ou não, teremos ainda ocasião de ver. Mas se tal não se der logo, o Estado transformar-se-á num monstro de poder, dominador absoluto de todos, patrão e empresário de todas as empresas, como já temos no caso russo.

Examinemos, portanto, tais problemas e vejamos como são considerados através das diversas opiniões.

Os homens desejam a liberdade, querem viver livres, mas também, numa flagrante contradição, são anelantes de poder, e são levados a privar outros semelhantes de sua liberdade.

Assim deseja ser *livre*, mas deseja também *dominar*.

Entre os que dominam e os dominados, entre os que abusam do poder para privar outros da liberdade e os que desejam recuperar sua liberdade ou conservá-la, travou-se, através dos milênios, lutas incessantes, cruentas e azarosas.

Se examinarmos o aspecto econômico, verificamos que o indivíduo, senhor dos meios de produção e do producto, foi, a pouco e pouco, perdendo os mesmos, em benefício de outros. E tal não se deu propriamente por uma divisão do trabalho, como pensam tantos, mas por uma polarização do

poder, que desviou os maiores proveitos para o mais forte, que se tornou o mais aquinhoad.

Os primeiros chefes militares transeuntes acabaram tornando-se, com o prosseguimento das guerras, senhores absolutos. E os vencidos, tornados escravos, passaram a ser apenas força motriz do trabalho, sem direito aos meios de produção nem aos produtos, de que só parcialmente percebiam.

Dessa forma — e é esse o nosso pensamento — foi o poder privador de liberdade que gerou as grandes injustiças sociais. E esse poder teve nascimento na luta, na guerra das tribos, na guerra dos povos. Estabeleceram-se os privilégios dos mais poderosos, dos que tinham ao seu lado forças suficientes (morais, religiosas, ou físicas) para impor o reconhecimento desses privilégios. A autoridade de que foram investidos tornou-se-lhes inherente, e sobre ela construíram o poder que sempre exigiu mais poder. Sim, porque assim como o atleta procura superar seu recorde, busca aumentar sua força, o poderoso está sempre anelante do maior poder que não tem. E para ter mais poder é mister submeter os outros, é mister que os outros o reconheçam, que os outros o sirvam.

Ora, a cooperação existiu sempre na sociedade humana. Mas, os resultados obtidos não cabiam a quem os realizava, mas a quem tinha direito a eles.

O cooperativismo, em suas bases filosóficas, funda-se no apoio mútuo, próprio de todos os animais bissexuados, cujo tema biológico foi tão bem estudado pelo naturalista anarquista Pedro Kropotkine, um dos maiores sábios destes últimos cem anos, cujas previsões no terreno da economia tornam-se hoje temas dos mais conspícuos estudosos, não avassalados pelas interpretações unilaterais e primárias da economia clássica.

Em notável obra, James Peter Warbasse (*Democracia Cooperativa*) estudou os temas do socialismo libertário de Kropotkine, e aproveitou de sua doutrina os pontos fundamentais para justificar o papel do cooperativismo como sistema econômico capaz de solver as injustiças sociais e não substituir uma injustiça particular (a do capitalismo

individualista) pela injustiça universal (a do socialismo estatista, absolutista).

É inegávelmente J. P. Warbasse, nos Estados Unidos, como W. Poisson, Cesar Chabru, Souchy, os que admitem que o cooperativismo, como sistema econômico, pode tornar-se também numa solução política, naturalmente no sentido mais eminente do termo, e não no sentido em que é comumente tomado.

Criticando os métodos revolucionários do socialismo, bem como os eleitoralistas, assim se expressa Warbasse:

"Não se transforma um sistema econômico votando nas eleições. Os sistemas econômicos se transformam só pelo curso natural da evolução. A revolução pode aparecer como um incidente no curso desse câmbio, como consequência do colapso do regime existente, mas um câmbio permanente não se produz por decretos de ministros, mas por declaração de votantes. Nem as mais fervorosas idéias qualificam ou predispõem aos operários a dirigir os assuntos econômicos de um país. Requer-se algo mais do que meras teorias. O socialismo, que se impôs na Rússia pela força, consiste essencialmente na substituição de uma multidão de pequenos capitalistas por um grande capitalista — o Estado —, a favor de um governo autocrático que ainda perdura."

Crêem êsses cooperativistas que se possa organizar a sociedade humana sobre bases cooperativistas, permitindo assim que o povo tome outra vez a administração em suas mãos. As palavras de Warbasse, que reproduzimos, são bem expressivas:

"Na falta de outra organização, o Estado é o que toma a si o encargo de atender certas necessidades. O povo deixa ao governo a construção de pontes, o subministrar luz e energia eléctrica, atender os faróis, dar informes meteorológicos, prevenir epizootias, regular o tráfego, controlar as quarentenas, e fazer outras mil coisas boas. O povo necessita do Estado e de seu governo pela simples razão de que não se acha organizado para fazer as coisas por si mesmo. Mas pode muito bem fazer tôdas essas coisas sem precisar do Estado, basta apenas que saiba fazê-las.

O povo mantém o Estado tal como é; sobrevive com sua aprovação e lhe serve de tal modo que ao povo lhe agra-

da, ou, pelo menos, como o merece. Tem defeitos, devidos mais que tudo à apatia e à indiferença da maioria, que à malevolência da minoria. Seu defeito fundamental consiste em que pode ser controlado por uma minoria e utilizado em interesse dessa minoria. Mas isso poder-se-ia dizer de qualquer instituição onde as maiorias são indiferentes.

Três atitudes existem ante o Estado, que interessam directamente a esta discussão: a do capitalismo e o Estado estático, a do socialismo e a expansão estatal, e a do cooperativismo e a desaparição paulatina do Estado.

O problema importante é que se temos uma decadência progressiva do Estado, devemos contar com uma organização eficiente do povo para substituí-lo. À medida que a estrutura cooperativa avança, o Estado tem menos coisas a fazer. Se a sociedade cooperativa oferece condições mais justas, uma vida melhor, e uma cultura superior, as funções do Estado devem diminuir, e o ponto em que começem a desaparecer suas prerrogativas assinalaria a pacífica finalidade para a qual deve dirigir-se a sociedade.

Quando a União Cooperativa Suíça de consumidores conseguiu derrotar o truste da carne em seu país, as leis contra as más carnes, as multas e os processos para perseguir carnes estragadas, as inspecções para evitar fraudes, etc., tornaram-se desde êsse momento desnecessárias. Os consumidores não encontram nenhuma vantagem em subministrar a si mesmos alimentos de má qualidade. Sempre são outras pessoas estranhas as que encontram essa vantagem. Em cada função nova que as cooperativas de consumo vão abarcando, o governo perde uma quantidade de ocupações. Hoje em dia o Estado vive trepado como uma parasita sobre os membros da sociedade. Mantém-se pela debilidade da colectividade, devido à incapacidade das massas em fazer as coisas por si mesmas. Mas, à medida que o povo é mais forte e mais ilustrado, e chega a ser eficiente na organização de seus negócios, a garra do parasitismo estatal irá cedendo."

É o cooperativismo uma filosofia de consumidores. Todos são consumidores e todos os productores são também consumidores, embora nem todos consumidores sejam productores. O Estado — já o via Proudhon — tem como papel moral: defender os interesses dos consumidores contra

a avidez dos productores. Mas se consumidores e productores se reúnem, tudo se modifica.

O que se vê no mundo? O que nos interessa a nós, o que nos diz respeito mais directamente, não somos nós que contrelamos. São outros, estranhos a nós e ao nosso consumo. Essa a razão por que há tanta fraude, tanta falsificação, porque quem frauda, quem falsifica não vai usar o falsificado, nem sofrer em si mesmo as consequências da fraude. Por isso o Estado tornou-se necessário para evitar tais fraudes e tais abusos. Mas se os consumidores são os productores, se eles consomem o que produzem, é natural que procurarão o melhor. Não há outro exemplo na acção das cooperativas. Os exemplos da Suécia, da Suíça, da Dinamarca, etc., onde a qualidade é procurada anelantemente, mostram clara e definitivamente que só dessa forma se pode conter os exploradores e defraudadores do povo. Além disso, o encarecimento torna-se mais difícil, pela simples razão de que quem consome quer consumir com menos onerosidade possível e tudo fará para reduzir os gastos, as despesas, procurará realizar em benefício colectivo a máxima de "menor esforço, maior proveito".

Ora, essas afirmativas dos cooperativistas não são teóricas. Não surgiram de deduções, nem de prévios estudos *a priori*, feitos por estudiosos em seus gabinetes. Essas afirmativas estão fundadas na experiência, em factos já registados através das centenas de milhares de organizações cooperativistas do mundo inteiro.

São êsses argumentos, fundados em factos verificados, que dão força aos cooperativistas, que afirmam que é élle um sistema económico que pode tomar uma forma política; isto é, que é possível organizar-se cooperativamente a sociedade, com o crescente depreço do Estado, desejado violenta e revolucionariamente pelos socialistas (que nunca o fizeram nem o farão), e que se dá evolucionariamente, sem sangue, sem ódios, através do cooperativismo democrático.

O campo de actividade dos cooperativistas não é o da política. Consideram êsse campo, sobretudo o eleitoralista, o pior possível, porque nêle o cooperativismo se afasta do seu verdadeiro fim. A política cooperativista não é a estatista, eleitoralista, mas a organizadora da sociedade. Sua luta está na organização dos consumidores de todo o mundo,

que resolvem "guardar para si o lucro dado aos intermediários encarecedores" e com êsse lucro conquistarão o mundo, sem necessidade de derramar sangue nem dividir os homens. Ao contrário, os unirá.

É compreensível que não podemos aqui externar todos os pontos de vista dos cooperativistas, porque seria longo, mas cremos que os argumentos já expostos e alguns outros darão uma plena idéia do que pretendem.

Há razões de ordem moral em favor do cooperativismo. É que élle é uma escola de apoio-mútuo, uma escola de aproximação, uma escola de solidariedade humana e não de competição desenfreada, geradora de ódios. Por outro lado o progresso verificado através da influência do capitalismo, que se considera como decorrência do estímulo do lucro, encontra no cooperativismo um desenvolvimento igual, superando ainda em qualidade, como os exemplos da Suécia, Dinamarca, etc. Dessa forma, os grandes argumentos dos capitalistas encontram uma resposta prática, real, observada através dos factos pelas experiências cooperativistas.

Não se julgue, porém, que os doutrinadores do cooperativismo não reconheçam também defeitos. Seria negar o carácter humano de sua obra. Há defeitos, mas solúveis. Vamos a exemplos: o pessoal administrativo das empresas tem, naturalmente, tendência para o burocratismo e a autocracia. Dá-se assim, também, nas cooperativas, embora em grau menor, o que se observa em grau maior na zona capitalista e na do Estado.

Mas, enquanto nestas tal defeito é inevitável, no cooperativismo tal se dá pela indiferença dos cooperados, os quais não exercem devidamente seus direitos, nem sua acção de controle. Nas zonas cooperativas, onde há maior consciência e cultura e onde os cooperados sabem que têm direitos, mas também deveres, tais factos já não sucedem, ou sucedem em escala menor.

Se hoje o cooperativismo conquistou seus direitos, nem sempre foi assim. Muitas vezes o Estado o perseguiu impiedosamente e ainda, por meios encobertos e indirectos, o faz, apesar de todo apoio que proclama. O cooperativismo tem o grave defeito para os estadistas de ensinar ao povo a administrar o que é seu. Ora, se isso se dá, que serão

dos parasitas politiqueiros que se julgam indispensáveis para representarem o povo, os únicos *capazes* de administrar? A luta contra Raiffeisen e Schulze-Delitzsch na Alemanha, por Bismarck, a ação sabotadora dos partidos socialistas, como a de Lasalle, com o apoio do governo, que até financiou seus projetos, são exemplos. São essas as razões que levam os líderes dos partidos políticos a não apoiarem o cooperativismo (e ainda bem para ele), porque ameaça substituí-los e torná-los desnecessários, como realmente o são. Ensinar o povo a governar a si mesmo é evitar o governo de alguns.

No entanto, há exceções. E entre essas, desejariamos chamar a atenção para a figura de Roosevelt, nos Estados Unidos, e para as palavras de Schmidt, Ministro da Economia da Alemanha de Weimar:

"O consumidor tem ao seu alcance uma arma que é muito poderosa e que o poria a coberto das exações do comércio: ela é a organização cooperativa. Deixemo-lo que a use. Pode estar seguro de que o pouco que ponha na cooperativa não irá para pagar os benefícios da especulação comercial. Creio que a posição do consumidor pode reforçar-se por meio das cooperativas e da rede de suas organizações. Desejo chamar a atenção para as cooperativas que, ao desenvolverem-se, competiram com vantagem com o comércio privado para reduzir os preços dos artigos. Essas práticas de ajuda mútua e educação do consumidor são, em minha opinião, infinitamente superiores a todas as leis e a todas as multas."

Essa orientação predominou no governo alemão democrático. Que fizeram os nazistas senão combater as cooperativas? E no caso russo? Havia ali, antes dos bolchevistas, cerca de 40 milhões de cooperados na Rússia. Era esse país bem desenvolvido cooperativamente. Uma guerra desastrosa e um governo incompetente levaram o país à revolta. Os comunistas, ao apossarem-se do poder, transformaram as cooperativas em órgãos do Estado. Mas a verdade é que os comunistas não se teriam sustentado no poder se não houvesse uma boa base cooperativista na Rússia, que salvou Moscou da fome, quando Lenine vacilava no poder.

Se o cooperativismo, na Rússia, tivesse sido levado a mais longe, teria sido evitada a totalitarização do país pelos

bolchevistas, como o evitou até agora na Finlândia, cuja resistência aos russos se deve às cooperativas. Por isso são os comunistas adversários das cooperativas, porque elas ensinam o povo a governar a si mesmo, e a não precisar dos *iluminados líderes*.

* * *

A política foi, é e será sempre fatal para o cooperativismo. A intromissão de elementos políticos no seu meio é o mal mais funesto que pode haver, bem como qualquer apoio por parte dos políticos ou do Estado. O que podem apenas desejar os cooperativistas é que os políticos e o Estado deixem-nos em paz. Cuidem da sua politicagem e não intervenham onde não são chamados, nem precisos. Todos os cooperativistas conscientes sabem perfeitamente que quando um político defende o cooperativismo o faz com segundas intenções eleitoralistas. Há exemplos dos males que podem advir ao cooperativismo quando aliado à política. Basta que olhemos ao que sucede na Inglaterra, onde muitos cooperativistas, ligados ao Partido Trabalhista inglês, mais actuaram contra o seu movimento que a seu favor.

O COOPERATIVISMO E O CAPITALISMO

"Uma função essencial da democracia consiste precisamente em salvar o povo de ser conduzido pelos sábios à salvação e dos estúpidos à destruição. É a salvação pela lei do termo médio. Proporciona ao povo a satisfação de salvar-se a si mesmo e a lição de cometer seus próprios erros" (Warbasse).

O capitalismo é um sistema de desgaste. Dependendo da solvabilidade do consumidor, assistimos às grandes crises, quando o consumidor não a tem. Armazéns abarrotados e miséria geral. Ou então, fábricas paradas porque não há mercados. A intervenção do Estado, nesses casos, é apenas um paliativo, não uma solução. Alivia a crise de hoje que rebentará mais forte amanhã. "O actual sistema económico, movido pelo interesse do lucro, está desafiando as leis da natureza; trabalha para a sua própria destruição" (Warbasse).

"Se um rei das selvas controlasse as árvores de nozes e de azeitonas, e os peixes do lago, e todos êles fôsssem productos abundantes, e não permitisse ao povo faminto saciar seu apetite enquanto não reunisse suficiente quantidade de penas de beija-flor, as nozes, as azeitonas e os pescados seriam escassos para o povo. A luta pela vida deixaria de orientar-se à producção das coisas realmente necessárias à existência, como é a obtenção de nozes, azeitonas ou pescados, e se aplicaria nada mais do que a buscar penas de beija-flor. O povo chegaria a fazer guerra para assegurar de todos os modos as apreciadas penas de colibri, e dessa forma passaria fome e os alimentos apodreceriam bem como os frutos do país nos depósitos. E é isso precisamente o que ocorre quando se busca o dinheiro em lugar daquelas coisas e serviços que são necessários para a sociedade.

Os economistas acadêmicos sustentam a teoria de que o dinheiro é "riqueza armazenada". Mas é algo mais. É uma ordem de embargo, selada e firmada pelo governo e defendida pela polícia, autorizando ao que a tenha, a tomar para si os produtos do trabalho alheio e também até aquelas coisas que amanhã hão de produzir pessoas que ainda nem sequer vieram ao mundo... Com o dinheiro se tem o controle da vida do próximo, e o que tem está colocado na mesma situação do senhor de escravos" (Warbasse).

Deseja o cooperativismo ser único, total? Absolutamente não. Os cooperativistas mais conscientes não querem privilégios para o seu movimento, para que ele não caia na mediocridade e na dissolução, que é comum a todos os monopolizadores do poder. Assim se distingue o cooperativismo do capitalismo, que é imperialista, além de expansionista. O cooperativismo é expansionista, não é, porém, imperialista. Não quer monopólio de poder, como o quer o capitalismo, o fascismo, o socialismo autoritário e tôdas as formas de estatismo.

Enquanto o capitalismo trabalha para ganhar dinheiro, o cooperativismo trabalha para satisfazer as necessidades humanas. As diferenças são imensas.

O comércio privado usa de recursos para ganhar mais à custa dos consumidores. Esses recursos não podem ser usados pela cooperativa, porque ela não tende para o maior lucro, mas para o serviço, porque elas não podem explorar a si mesmas (as pessoas que compõem uma cooperativa); só podem tender a diminuir gastos, a reduzir preços.

São o cooperativista e o capitalista inimigos?

Como pessoas, não. O cooperativismo não pretende liquidar o capitalista como homem e sim como classe. Mas, como classe, pode o capitalista tornar-se um cooperador e há formas para isso. Muitos comerciantes desejam tornar-se cooperativistas e muitos deles entram nas cooperativas com todos os seus meios, sobretudo nos países onde o cooperativismo é desenvolvido. Também não impede tal facto que muitos capitalistas combatam tenazmente o cooperativismo.

* * *

Mas nem tudo são rosas no cooperativismo. Muitas sociedades têm malogrado. Exames cuidadosos no estudo das causas desses malogros revelaram que os mesmos procedem das seguintes causas: estabelecimento com capitais excessivamente reduzidos; concessão de créditos; compras a crédito; defeituosa revisão das contas e deficiente sistema de contabilidade; pagamento de retornos economizados antes de haver desenvolvido reservas; preços demasiadamente baixos; sócios não familiarizados com a cooperação; falta na educação e dos trabalhos sociais; antagonismos entre os associados; negócios mal instalados; sortimento mal selecionado; administração incompetente; indiferença de parte dos sócios; descuido na forma de satisfazer certas necessidades; vendas a baixo preço para fazer competência; satisfazer-se em vegetar em vez de progredir; violação aos princípios de Rochdale, já citados nos pontos anteriores.

O movimento cooperativista deve agir com prudência e calma, sem pressa. Deve construir tudo com suas próprias forças e não querer saltar os estágios. Todo revolucionarismo aqui é prejudicial, enquanto a marcha regular e prudente é benéfica. Exigindo como base a educação dos cooperados, não deve querer construir grandes organismos enquanto não tenha elementos suficientes para mantê-los. Por isso a educação é imprescindível.

Examinando a revolução russa, as suas realizações no terreno social, comenta Warbasse:

"Na Revolução russa, os líderes não trataram de organizar uma sociedade de acordo com os interesses primários de todo o povo. Quase a metade da população russa pertencia em 1918 a cooperativas de consumo. Um grande movimento cooperativo estava em marcha para a democracia. Mas os líderes bolchevistas, como marxistas acadêmicos, e aspirando ao controle, procederam de forma contrária à ordem productiva e se esforçaram em organizar um governo especialmente em interesse dos operários industriais, que representavam uma pequena quantidade da população de um país fundamentalmente agrário. Rússia, em lugar de edificar sobre as bases cooperativas, resolveu impor uma civilização, fundada na produção e na indústria e não sobre o consumo e a independência pessoal e familiar. Exaltou-se o trabalho, lado servil da natureza humana, e foi descurado o consumo, condição superior do homem. É difícil

de imaginar as conseqüências de uma permanente mutação econômica a favor desses métodos. Os resultados foram a incerteza, a autocracia, a coerção e o compromisso com o capitalismo mercantil e financeiro...

Permita-se aos operários de cada indústria obterem tudo o que pedem; conceda-se-lhes o controle e a propriedade da indústria; ponha-se-lhes em condições de conseguir "o valor íntegro das riquezas que produzem"; autorizem-se-lhes a ser amos absolutos da situação, e chegarão a estabelecer um monopólio e a exploração do resto da sociedade. Um grupo de dirigentes distintos de posse da produção não é uma revolução."

As relações entre o movimento proletário e o cooperativismo são muito bem estudadas na obra citada de Warbasse e não nos é possível examiná-las aqui. Mas, o que se depreende de sua crítica é que o movimento operário, dadas as suas características de classe, é unilateral e em muitos aspectos prejudiciais à sociedade, enquanto o cooperativismo, por estar ligado ao consumidor, que são todos, pode evitar tais males e produzir efeitos mais benéficos.

O CRÉDITO E O CAPITALISMO

Extraordinária é a importância que tem no capitalismo o crédito. É ele formado e distribuído por empresas capitalistas: os bancos, e também por explorações públicas ou quase-públicas, os bancos de emissão, e outras instituições controladas pelo Estado.

O crédito processa-se não apenas no capitalismo, mas em todos os sistemas econômicos. Assim o tivemos também na economia fechada, na artesanal, como o temos na capitalista, que o desenvolveu extraordinariamente.

CARACTERÍSTICAS DO CRÉDITO

Quando um bem passa de um agente para outro agente, na circulação, entregando este outro bem em compensação, há troca, como já vimos. Mas essa troca pode ser *imediata* ou *mediata* e, neste caso, pode *medear* entre a operação entrega e a de recebimento em troca *algum tempo*, maior ou menor. Desta forma há uma entrega *actual* de uma parte e uma entrega *futura* da outra. Há um *prazo* de entrega.

Desta forma, o prazo é *combinado* e *aceito* pelas partes, o que marca o seu aspecto psicológico, ao lado do aspecto cronológico.

Essa operação em que há uma concessão de prazo é uma operação de crédito.

Portanto, temos:

a) o tempo que medeia;

b) a *confiança* de que o adquirente, dentro do prazo estipulado, dê em troca o que está combinado. É necessário, portanto, que o primeiro *creia, confie, acredite* no outro;

c) o acôrdo estabelecido entre as partes.

Estamos agora aptos a definir o crédito, já em linguagem econômica e podemos aceitar a de Perroux: "O crédito é a troca livre e intencional da disposição efectiva e imediata de um bem econômico em vista de uma contra-prestação, que tem lugar após um intervalo de tempo e consistindo em um bem análogo ao bem trocado."

Então temos:

1) O crédito é uma troca onerosa, pois do contrário não seria um facto econômico. Exige uma contra-prestação, uma *restituição*.

2) O intervalo de *tempo* já acentuado é um aspecto característico da operação de crédito, pois, do contrário, seria apenas uma operação de troca à vista.

Mas, pode dar-se aqui uma variante, quando tanto a prestação como a contra-prestação são contemporâneas no futuro. Neste caso, temos uma *operação a término, a prazo*. Só há operação de crédito, propriamente, quando medeia um tempo entre a prestação e a contra-prestação.

É essa a característica diferencial do crédito e que levou Knies a defini-lo assim:

"Crédito é uma troca dividida no tempo".

No entanto, há economistas que não perceberam tão bem essa característica essencial e procuram definir o crédito de outra forma.

3) É necessário que se dê a transferência da disponibilidade efectiva do bem; isto é, que o alienante transfira a disponibilidade efectiva, que tem do bem ao adquirente. Se um empresário, por exemplo, confia máquinas, instrumentos a um trabalhador assalariado não há crédito, porque não há a transferência da disponibilidade efectiva, da propriedade no sentido econômico do término.

4) O prazo, o tempo intercalado, deve ser aceito pelas partes, isto é, deve ser intencionalmente estipulado e expressamente querido pelas partes.

Quando o Estado faz um empréstimo forçado, não há propriamente uma operação de crédito. É semelhantemen-

te a um impôsto. O Estado compromete-se a pagar (quando paga) isto é, a reembolsar mais tarde a soma pedida. Não há aqui uma troca *livre*, mas imposição de uma decisão do emprestador.

Falamos acima na *confiança* que se verifica numa operação de crédito. Mas a confiança é um acto psicológico, portanto intensivo, e consequentemente oferece graus. Há confiança quando o *crédito é pessoal*; isto é, quando o alienante tem confiança na pessoa do adquirente, quando esta inspira confiança àquela. Quando, porém, a confiança se apóia no bem ou bens que o adquirente oferece em garantia da operação (garantias imobiliárias, hipotecas, etc.), a confiança não está mais colocada na pessoa, mas nos bens empregados.

Observado o crédito como o fizemos até agora, vemos facilmente que expusemos apenas os caracteres que se dão em *qualquer* sistema econômico (fechado, artesanal ou capitalista). Mas estudemos agora o

CRÉDITO NO CAPITALISMO

O crédito no capitalismo apresenta aspectos característicos que podemos classificar entre a *forma* e os *órgãos*, que passamos a estudar.

As formas do crédito modificam-se constante e radicalmente na economia capitalista.

No início do capitalismo, as empresas funcionavam financiadas por si mesmas; forneciam a si mesmas (autofinanciavam-se), com seus próprios capitais.

Quando uma firma recorria a emprestadores, tal facto actuava contra o prestígio da firma, era uma demonstração de falta de solidez.

Mas essa prática e a mentalidade que contemporaneamente a acompanhava, com o desenvolvimento do capitalismo, teve de ser posta de lado. E tal se comprehende facilmente pela necessidade de inversão de maiores somas de moeda, que obrigavam os capitalistas a recorrerem a emprestadores.

O desenvolvimento da técnica, a necessidade de máquinas, instalações, estabelecimentos apropriados e a impossibilidade de obter o *retorno imediato* do capital empregado, em moeda, implicavam e exigiam fundos especiais, obrigando o capitalista a recorrer aos emprestadores.

Já vimos que, no capitalismo, a técnica é móvel, em constante transformação. O ritmo dessa transformação é acelerado, em contraposição ao ritmo que se observa nos outros sistemas, tais como o artesanal e o de economia fechada.

Toda transformação na técnica obrigava a transformações capitais na indústria, sob pena de emperrar a produção, encarecê-la. Tais acontecimentos obrigavam a procura de capitais novos para enfrentar essas transformações. Daí a necessidade de apelar ao crédito. Não eram apenas tais factos, mas também a necessidade constante de crescimento da empresa, o que obrigava a novos investimentos, que nem sempre eram passíveis de ser atendidos com os recursos próprios do empresário.

Havia necessidade de colectar capitais monetários, para serem acumulados.

Mas, para tal, eram necessários órgãos de colectação.

Dava-se a procura de capitais e, consequentemente, ofertas correspondentes.

Desta forma, surgem as empresas de colectação e de financiamento, os bancos, em suas diversas modalidades, cujas características iremos estudar.

O crédito destinava-se, assim, quer à produção, quer à circulação.

No primeiro caso, temos uma operação a *longo prazo*, porque aqui há uma inversão productiva, um investimento de capitais para favorecer a produção. No segundo, os prazos são naturalmente menores.

Vejamos como se processavam e se processam em seus aspectos essenciais, portanto gerais.

O alienante não sendo imediatamente pago, tendo de conceder um crédito, concede automaticamente um prazo. Documentado da operação que faz, esse documento declara

em linguagem escrita, a operação de crédito combinada. É uma carta (letra) na qual se declara a troca feita (câmbio). Esse documento, representativo da operação, é a *letra de câmbio*. O alienante dirige-se ao banco e dêste recebe *imediatamente* uma soma vizinha da que é representada no documento e que deve ser recebida mais tarde. Ele então *desconta* o documento. *E dessa forma o crédito permite que se dê a circulação dos bens e da moeda.*

A criação desse crédito, crédito à produção e à circulação, permitiu o desenvolvimento extraordinário da economia capitalista.

E isso se deu, porque permitiu o equipamento das empresas, a construção de meios de comunicação, de transporte que, embora não dando rendimento imediato, permitiam o desenvolvimento da circulação e, portanto, de rendimentos maiores futuros.

Essas operações permitiam que "o futuro se colocasse já no presente", aumentando a produção.

O desenvolvimento do capitalismo na Europa, sobretudo a partir do século XVI em diante, com a formação dos grandes estados nacionais, condicionou uma segurança maior nas transações económicas que, por isso, cresceram de proporção. Tais condições permitiram a despessoalização do crédito, bem como sua desconcretização, pois a operação deixou propriamente de ser feita sobre determinado bem em concreto, para expressar apenas um valor.

Já vimos que o título então usado era a *letra de câmbio*, documento pelo qual um credor ou emitente, prescreve ao seu devedor pagar em determinada data certa soma a uma pessoa designada, que toma o nome de beneficiária.

A base da letra de câmbio é uma *operação comercial*. O beneficiário, comumente chamado *tomador*, pode conservar a letra de câmbio em seu poder ou *descontá-la* num banco ou *endossá-la* a um dos seus credores.

É a letra de câmbio um *instrumento de pagamento*, um instrumento de crédito a prazo curto. Entre nós, contudo, a *duplicata*, que é um efeito comercial, e a *nota promissória* são as mais usadas, sobretudo as primeiras.

Quando um credor quer mobilizar os depósitos que têm em sua conta, isto é, o seu crédito disponível, usa um do-

cumento em forma de mandato de pagamento, quer em seu favor, quer em favor de um terceiro, que ordena a retirada do todo ou parte dos fundos que dispõe. Temos, então, o *cheque*, que é a base fundamental do crédito no capitalismo.

A complexidade da vida comercial levou a realização de diversos documentos que facilitassem as diversas operações. Temos entre êles certos documentos representativos de direitos reais, como o *warrant*.

A complexidade da vida econômica, levou a realização e organização de *armazéns gerais*, que são estabelecimentos colocados sob a vigilância do Estado nos quais os comerciantes podem depositar suas mercadorias. O *warrant*, sobre o qual é anotado o preço da mercadoria, é um título de penhor, o qual permite um empréstimo sobre a mercadoria.

Vê-se como se processa constantemente, no capitalismo, e de modo crescente, a despersonalização do crédito.

Com essa despersonalização do crédito dá-se, consequentemente, uma maior extensão ao crédito. No inicio desse sistema, os capitalistas aprovisionaram-se de capitais junto aos amigos e parentes. Mas, com a despersonalização do crédito, que passa a ser objectivado pela mercadoria, o *mercado de crédito aumenta, amplia-se*, já não abrangendo o círculo das relações do capitalista, mas toma âmbito nacional e até internacional.

Vejamos agora os órgãos de colectação e de distribuição de que falamos no inicio do ponto.

Esses órgãos são institutos especializados, e essa especialização é o fruto de um trabalho secular.

Surgem então os bancos, que tem por objecto fornecer às empresas capitais de que necessitam para a sua constituição. São institutos de investimentos. Outros, porém, distribuem capitais a prazo curto. Temos, no primeiro caso, os bancos de investimentos e, nos segundos, os bancos de depósitos.

Essa diferenciação não é única, porque, segundo as funções elas se processam, e as diferenciações tornam-se mais complexas e mais diferenciadas.

A FUNÇÃO BANCÁRIA

Podem os bancos modernos serem considerados sob dois aspectos:

a) como órgãos de pagamento, e neste caso temos os *bancos de depósito* e *bancos de emissão*, cabendo a êstes permanecerem em circulação bilhetes de banco. Hoje, em quase todo o mundo, essa função passou ao Estado, permanecendo como órgãos de pagamento, os bancos de depósito, que facilitam e tornam mais rápidos os pagamentos e as transferências de numerário, descontam letras e outros títulos e colectam a poupança dos clientes.

b) Como órgão de crédito, pode considerar-se serem quase todos os bancos órgãos que distribuem crédito.

Para analisar-se a função bancária, é mister observar o que nela há de essencial e a que necessidade serve.

Examinemos primeiramente o *depósito*.

É o depósito um instrumento de pagamento, porque é mobilizável por cheque, além de ser exigível à vista. Há depósitos a *prazo fixo*, como depósitos com *aviso prévio*. O depósito mais comum é o que é mobilizável a qualquer momento pelo depositante.

A evolução histórica do banco não poderia ser estudada aqui em seus mínimos pormenores. Os bancos não são de nossos dias nem de nossa civilização, porque já em outras civilizações desaparecidas existiram formas bancárias bem desenvolvidas. Na Idade Média e posteriormente ainda, certos indivíduos, política e financeiramente poderosos, recebiam para guardar moedas e jóias de outros, que receavam delas serem privados. Eram em muitos casos, no Ori-

dente, ourives, joalheiros, etc. Tinham êles a obrigação de devolver, quando lhe fôssem pedidas, as quantias, os depósitos efectuados. Para comprovar o depósito, declaravam por escrito o mesmo. Por terem bancas, onde atendiam as pessoas, onde pesavam e avaliavam jóias e metais preciosos, foram chamados de *banqueiros*.

Com o decorrer do tempo, verificaram muitos desses banqueiros que não havia necessidade de devolver tais e tais peças depositadas, mas o que lhes era equivalente. Enquanto não era reclamado o depósito, êste podia perfeitamente ser investido em operações de crédito, dando-lhe assim uma margem de benefícios.

Não demorou que, com o tempo, o Estado interviesse nessas operações sob a alegação de moralizá-las em face de alguns abusos (para criar outros piores), criando um controle que permitia penetrar nos estabelecimentos dos banqueiros.

Não demorou muito que o Estado criasse seus bancos, sob o pretexto de salvaguardar os interesses dos depositantes, mas, na realidade, para poder utilizar os recursos em seu benefício. Já veremos, quando estudemos a moeda, quais as desvantagens para a desvalorização da moeda que trouxe essa acção do Estado, como também quais benefícios relativos que dela decorreram.

Mas quer os bancos públicos, quer os particulares têm êles funções semelhantes. Oferecem os bancos vantagens aos particulares, porque asseguram melhor as operações. Não seria possível transferir constantemente fundos de um lugar para outro, com riscos de furto, ou em certos casos de deterioração. Os bancos permitem que tais operações sejam feitas contabilmente, evitando as remessas.

Durante a Idade Média, as moedas não eram sempre iguais umas às outras. Muitas eram modificadas, quer pelo uso, quer pela intervenção de quem as cunhava, que não punha nelas a quantidade exacta de metal fino que deveria ter, para, com isso, auferir um benefício. A necessidade de criar-se uma moeda de conta, uma moeda abstracta, tornou-se uma necessidade. Assim foi, por exemplo, o florim

de banco do Banco de Amsterdam, que era definido por um peso de prata, sem liga. O *florim* era a moeda, mas o seu valor em prata era o *dinheiro*, o seu valor. (Aqui já transparece a importância de se não confundir *moeda* com *dinheiro*, como o é comumente. Voltaremos a êste tema oportunamente).

No início, quando o banqueiro apenas guardava o depósito, recebia êle uma remuneração. Posteriormente, quando tendo investido o depósito em negócios seus, pagou ao depositante um juros.

Deveria o banqueiro restituir o depósito quando exigido pelo cliente. Mas muitas vezes se dava que o banqueiro não estava em condições de fazer essa devolução. Havia, assim, como ressalta Perroux, um antagonismo entre a função do banco como órgão de investimento e a função como recebedor de depósitos.

Muitos abusos se observaram no decorrer do tempo, o que levou a muitos a protestarem contra o emprêgo, por parte dos banqueiros, dos depósitos que lhe haviam sido confiados, que deviam permanecer intangíveis.

Com o decorrer do tempo, bancos houve que em vez de serem órgãos de investimento, tornaram-se apenas órgãos de pagamento. Essa é a orientação dos bancos modernos, nos quais os depósitos são exigíveis à vista, mas podem fazer emprêgo dos depósitos, desde que ofereçam suficiente liquidez quando da devolução dos mesmos.

Como órgão de pagamento, o banco oferece muitas vantagens pelas compensações que pode fazer. Digamos que alguém A, tem de pagar a B uma determinada soma, mas B tem de pagar a C e C tem de pagar a A. Esses pagamentos, se feitos individualmente, exigiriam um transporte constante de numerário, quando, por intermédio do banco, tais operações são feitas contabilmente; isto é, por meio da contabilidade, lançando a crédito e a débito correspondente a cada um, sem que o numerário empregado, como moeda, seja tão avultado.

Olhado o banco como órgão de crédito, e não simplesmente como órgão de pagamento, vemos que êle emprega os

depósitos que lhe são confiados, operando, dessa forma, uma economia de moeda *suplementar*.

Aqui surge uma figura econômica importante:

O DESCONTO

É o desconto uma operação de crédito a curto prazo, pela qual um banqueiro paga um crédito antes do vencimento, depois de deduzidos os seus serviços (Perroux).

Essa dedução corresponde às taxas, ao juro, às despesas de cobrança, etc.

No desconto, há uma troca de dois créditos. Quem quer descontar oferece um *crédito comercial* ou uma letra contra um *crédito bancário* cedido pelo banco. Essa troca é onerosa, porque é pago um certo preço, representado pela taxa de desconto.

Por intermédio das *Câmaras de Compensação*, os bancos compensam entre si as operações activas e passivas, tornando mais rápidas e fáceis as operações.

Por meio dessas câmaras, os bancos tornam-se credores ou devedores apenas do *saldo*, depois de feita a compensação entre seus valôres activos e passivos.

Oferecem essas câmaras também uma vantagem, porque permitem que sejam controlados os bancos quanto às suas operações, e verificado se predominam as passivas ou as activas. Nos casos de débito, pode o banco de emissão cobrir o saldo devedor do banco, naturalmente para cobri-lo quando o mesmo se torne credor, nas liquidações posteriores. Dessa forma, a Câmara de Compensação e o Banco Central de Emissão completam as funções do crédito a prazo curto.

Uma mesma quantidade de moeda é suficiente para resolver uma série de operações.

Os depósitos feitos à vista representam um passivo imediatamente exigível num banco. O activo é compreendido pelo montante rapidamente realizável, constituído pelos títulos e operações de crédito concedidas a curto prazo.

Para fazer face às eventualidades deve o banco dispor de reservas de moeda.

Essa reserva varia segundo as operações do banco. Se é um banco de depósito que não emprega os mesmos, necessita de uma certa quantidade de moeda para fazer face às eventualidades. No caso de empregar os depósitos, deverá dispor de uma reserva diferente.

Para fazer face às eventualidades, a reserva monetária do banco deve ser calculada de acordo com o montante dos depósitos. Diversos estudos feitos abstractamente, foram posteriormente derrogados pela prática, que ensinou aos banqueiros como procederem em tais casos.

Em certa época bastava apenas 30% em disponibilidade dos valôres depositados, podendo, assim, os bancos empregar 70% dos depósitos, pois aquela percentagem era suficiente para atender as necessidades dos depositantes. Nos séculos XIX e XX, tal montante foi reduzido a 15% e até a 10%, dependendo, naturalmente, da estrutura do sistema bancário e das circunstâncias econômicas gerais. Não é possível determinar previamente qual a norma a seguir, a qual depende das diversas circunstâncias, como acima já dissemos. Uma série de complexos factores intervêm aqui, e pertencem êles mais à ciência das finanças que propriamente à economia pura. No entanto, entre êsses factores, devem citar-se o montante dos depósitos, o crescimento dos mesmos, as espécies de operações de crédito, qual o emprêgo dado aos valôres depositados, as condições económicas ambientais, etc.

* * *

Embora as operações dos bancos de emissão sejam as mesmas de um banco comum de depósito, são elas, porém, efectuadas em condições diferentes.

Um banco de emissão, recebe os depósitos dos clientes, abre suas contas e procede pagamentos, remessas, etc. Desconta títulos, adianta sob caução de títulos ou sob outras garantias. Dessa forma, um banco de emissão não se distingue propriamente de um banco de depósito comum, quanto à natureza de suas operações. Mas, o que o diferencia é que pode emitir *bilhetes de banco*. Êsses bilhetes (no

sistema de padrão ouro) permite acumular em sua caixa grandes estoques de moeda; b) aumentar e desenvolver suas operações, permitindo muitas operações sem a necessidade de circulação da moeda; c) obter a maior segurança nessas operações, beneficiando os outros bancos.

Para se compreender bem o mecanismo desses bancos, vamos examinar sua gênese.

Quando o cliente fazia seu depósito em moeda metálica, recebia um bilhete em que era declarado o valor depositado, com direito de ser reembolsado à vista do documento, isto é, imediatamente. Esses bilhetes permitiam o mais fácil transporte da moeda, representada por elas. Eram os bilhetes, naturalmente, mais cômodos. Quando, porém, fazia novo depósito, o cliente, não levava os bilhetes, mas sim nova moeda metálica. Enquanto isso, os bilhetes *circulavam por mais tempo*, por muito tempo, antes de retornar ao estabelecimento emissor. Essa circulação, portanto, tornava-se cada vez maior e superava, na saída, a entrada. Dessa forma, essa circulação *fiduciária* (de *fides*, fé, que merece fé) tendia a aumentar pelo funcionamento normal da emissão, enquanto o encaixe metálico elevava-se correlativamente.

A pouco e pouco, esse bilhete de banco deixou de ser para o público uma simples "promessa de pagamento em espécie" para tornar-se verdadeira moeda. Deixava, assim, na prática, de ser *reembolsável* para tornar-se simplesmente *conversível*. Com o decorrer do tempo, o sentido do "reembolso" foi totalmente perdido, como o vemos hoje, para permanecer apenas como moeda.

Já vimos que o banco de emissão permite ao banco de depósito e de negócios em geral redescartar as letras que tenha em sua carteira, permitindo, assim, aumentar suas operações e não necessitar ter em caixa disponibilidades em moeda muito grandes.

Quanto ao número e natureza dos bancos de emissão podemos distinguir quatro sistemas principais:

- 1) O monopólio privado, em que um único banco tem o privilégio de emitir.
- 2) O monopólio do Estado.

- 3) Pluralidades de bancos privilegiados.
- 4) Liberdade de emissão, desde que as mesmas sejam garantidas de acordo com as prescrições legais respectivas.

No primeiro caso, temos o exemplo da França, com o Banco de França, e do Brasil, com o Banco do Brasil; no segundo, temos os exemplos da Suécia; no terceiro, temos a Inglaterra e no quarto tivemos os Estados Unidos até 1913. Essas classificações nem sempre correspondem à realidade, pois há preferências a certos bancos em alguns países em que se dá um verdadeiro monopólio.

As diversas legislações asseguram as condições em que essas emissões podem ser feitas e elas consideram as relações entre a emissão e o encaixe, o máximo de descoberto que pode ser feito e a forma de depósito dos títulos de garantia.

Assim, por exemplo, na França, a emissão pode alcançar o triplo do encaixe, noutros países até 40%.

Como já vimos, esse bilhete de banco torna-se a pouco e pouco verdadeira moeda, mas é uma moeda interior. Ela é conversível em ouro. Hoje, porém, há modificações profundas nessa prática, sobretudo entre nós, onde a moeda tem curso forçado e não é propriamente conversível em ouro.

OS INSTITUTOS PÚBLICOS

Grande e constante é a especialização que se observa nos órgãos dos bancos atualmente, em face da complexidade da vida moderna. Têm essas especializações um grau dos mais variados e uma descrição dos mesmos fugiria aos limites desta obra e da sua finalidade.

Uma profunda transformação verificada logo após a 1.^a Grande Guerra foi o desenvolvimento da centralização bancária, realizada pelos grandes Estados nacionais. A estructuração econômica dos Estados nacionais que se processou, como já vimos, no decorrer dos séculos XVI e XVII, trouxe, como conseqüência, inúmeras perturbações nas finanças públicas. O Estado, por ter o poder de autorizar o comércio bancário, aproveitou-se desse poder para exigir, em seu favor, parte dos fundos depositados. Foi no século XVIII que surgiu o Banco de Inglaterra. Esses bancos do Estado, ou dominados pelo Estado, trabalham em *regime de monopólio*, com o controle rigoroso do Estado.

Com o desenvolvimento da indústria e do comércio internacional tornou-se necessária uma descentralização do crédito. A emissão dos bilhetes de banco foi também descentralizada, multiplicando-se os bancos de emissão, a fim de fazer face às necessidades crescentes da complexidade econômica. Em diversas regiões de uma nação, surgiram bancos emissores, formando-se, em torno dêles, bancos distribuidores de crédito.

Com a unificação do mercado, o que se processou posteriormente, os bancos também foram nacionalizando-se, e a descentralização da emissão passou para outra fase de centralização, cabendo a um banco público o privilégio de emissão de bilhetes.

Na Europa, tal centralização desenvolveu-se, sobretudo, depois da 1.^a Grande Guerra.

A criação de novos estados, tais como os que sucederam ao Império Austro-húngaro, como a Hungria, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Áustria, Albânia, obrigaram a executar uma adaptação dos seus respectivos sistemas bancários. A falta de capital e a necessidade de uma organização centralizada na economia, exigiam a centralização bancária, sobretudo no referente à emissão de papel moeda.

As crises prolongadas, tanto de conjuntura como de estrutura, verificadas logo após a guerra, sobretudo nos anos de 1929 a 1931, levou os Estados à política de investimentos e de financiamento, não só quanto às obras públicas, como também a tudo quanto pudesse vivificar a Economia, seguindo, deste modo, as teorias de Maynard Keynes.

Não eram sómente êsses factores que coincidiam para exigir tais modificações. O capitalismo também, após a guerra, havia sofrido profundas modificações na Europa. Aquêle capitalismo das pequenas unidades foi aos poucos sendo substituído por um capitalismo de *grandes unidades*, exigindo, por isso, um sistema bancário mais complexo e também *maior*. Antes da guerra, a poupança dirigia-se para as unidades bancárias de pequenas dimensões. Após a guerra, bancos de grandes dimensões tendiam a inverter *menos que a poupança real*, criando, assim, obstáculos ao desenvolvimento econômico. E quando tentava *inverter mais do que a poupança real* eram levados à situação de insolvabilidade e de falência. Tais factos, sobretudo verificados durante o período da craque de 1929-1930, levou os Estados a intervirem directamente no sistema bancário.

Os modos de intervenção do Estado no sistema bancário processaram-se de várias maneiras: a) agindo como cliente; b) agindo como concorrente, distribuindo crédito aos organismos especializados, como procedeu, por exemplo, Roosevelt, nos Estados Unidos, durante a experiência; c) pelo controle, regulando o funcionamento do banco, fixando as relações e o funcionamento, como a que assistimos no Brasil.

Essas intervenções variam em intensidade e extensidade, segundo os diversos países, e são mais ou menos duradouras.

* * *

Interessa-nos tratar agora dos Institutos públicos.

Na zona pública, há instituições de várias espécies. Elas não podem ser consideradas *iguais* às outras empresas, porque oferecem características diferentes. E êsses caracteres são: a) precisamente não estarem subordinados totalmente ao máximo de rentabilidade, como no caso das empresas particulares; b) o estarem subordinados em certa medida ao *interesse geral*. Oferecem ainda outras diversidades, peculiares aos fins a que se destinam. Muitos desses institutos servem a explorações de carácter particular na forma, mas são públicas no fundo.

A intervenção do poder público tem diversas formas intensivas.

Desde a subvenção até o controle propriamente dito, dependendo, naturalmente, das condições históricas e conjunturais de cada país.

Essas intervenções tendem a proteger a poupança da nação e a fortalecer o crédito.

Umas dirigem-se ao comércio interno, outras ao comércio de exportação, e outras ainda ao crédito fundiário, ao crédito agrícola e ao crédito marítimo.

As variações das providências dessas intervenções apresentam-se também por meio de diversos institutos, segundo as condições de cada país. No tocante aos institutos de crédito, podemos distinguir os de *crédito real* e os de *crédito pessoal*, sobretudo no sector agrícola.

Entre as primeiras, são inúmeras as formas sobretudo bancárias, como institutos hipotecários, de penhor agrícola, etc., em muitos casos funcionando como carteiras especiais dos bancos controlados pelo Estado.

Quanto aos da segunda espécie, podemos salientar:

As caixas Durand, que são instituições de tendência religiosa, que repousam sobre o princípio da solidariedade de

seus membros, que independem do Estado e tratam da defesa dos seus próprios interesses, como se observa, sobretudo, na França.

Há ainda as caixas oficiais, como as Caixas Econômicas, controladas pelo Estado ou não, que oferecem aos pequenos depósitos um juros mais elevado, e aplicam ou devem aplicar seus depósitos em obras que digam interesse directo aos seus depositantes, operando quer a curto, quer a longo prazo.

Os institutos de crédito popular oferecem nos países civilizados formas das mais variadas. Tendem quase sempre a dar crédito àqueles que não o encontram por suas modestas posses, nas empresas capitalistas. São organizações para dar crédito às pequenas produções, aos artesãos, às explorações de pequenas dimensões.

Na Alemanha, por exemplo, surgiram as caixas Raiffeisen, as Schulze-Oelich, as Haas. Foram as caixas Raiffeisen criadas por um filantropo em 1847, de nome Raiffeisen, que desejava dar crédito aos pobres. Sofreram elas os maiores dissabores, terminando, porém, por tornarem-se vitoriosas. São sociedades de caráter extra-capitalista, pois não se propõem ao maior ganho possível, mas sim a distribuir o máximo de serviços no mercado de crédito.

São elas fundadas em princípios da doutrina mutualista e cooperativa, e repousam sobre o princípio da responsabilidade solidária e integral de todos os seus membros. Organizam-se, sobretudo, nas regiões onde os emprestadores e tomadores podem controlar-se mútuamente; isto é, nas pequenas comunidades, nas regiões do campo. Remuneram baixamente os seus dirigentes e muitas vezes êstes não recebem nenhuma remuneração.

As caixas Schulze-Delitzsch foram fundadas por Fernando Schulze em 1850. Eram no início animadas do espírito cooperativo, mas tendo, finalmente, reunido grandes somas e estabelecido uma administração complexa, terminaram por transformarem-se em verdadeiros bancos.

As caixas Haas, não se atinham rigorosamente ao princípio das caixas Raiffeisen de exigir a responsabilidade solidária e ilimitada de seus membros. Atribuía parte dos dividendos aos acionistas, e parte servia para constituir um fundo de reserva.

Os serviços dos administradores eram gratuitos.

A exemplo dessas caixas, estabeleceram-se, na Itália, os bancos populares *Luzzatti*, que aplicavam também os princípios práticos das caixas cooperativas, modificadas, depois, quando do advento do fascismo.

Além dessas caixas, instalaram-se também nos diversos países os Monte de Socorro, que são estabelecimentos de empréstimo sobre bens (penhor), que variam segundo os diversos países e as modalidades desses institutos, que são organizadas segundo as normas determinadas pelo Estado.

* * *

Também vamos encontrar institutos de crédito não só na zona capitalista, como já estudamos, mas também na zona cooperativista, que também apresenta diversos organismos para a distribuição do crédito.

Temos as *cooperativas de crédito*. Um grupo de agentes financeiramente fracos, que necessitam de crédito, quer para o consumo, quer para a produção, reúnem-se numa organização cooperativa, reunindo também suas disponibilidades de capital, para constituir um organismo de crédito, que operará apenas dentro do círculo limitado de seus membros, em regra geral não concedendo dividendos proporcionais ao capital, mas apenas um retorno, proporcionadamente ao uso do crédito de cada um.

Essas formas de cooperativas de crédito são as mais variadas. Entretanto, são em geral fracas essas tentativas já feitas e já veremos por quê.

Na Alemanha foi muito desenvolvido êsse sistema de crédito, sobretudo através das caixas Schulze-Delitzsch, e tendo como campo de ação a agricultura e o artesanato.

Quanto às cooperativas propriamente ditas, elas precisam de crédito. Não tendo capitais suficientes, necessitando de meios para seu desenvolvimento, precisam oferecer aos seus membros interesses elevados. E para atender essas necessidades, são obrigadas, por sua vez, a colocá-los em operações que ofereçam boa renda. Nessas condições, conhecem elas riscos econômicos, o que traz ameaças de insolvabilidade.

Se não encontram em seus meios o financiamento necessário, vêem-se obrigadas a dirigirem-se aos bancos, que são empresas capitalistas, arriscando, conseqüentemente, a sua independência. Essas possibilidades de crédito são, porém, diminutas, porque as firmas capitalistas não *confiam* nas cooperativas, nem *desejam apoiá-las*.

Quanto ao auto-financiamento das cooperativas também é difícil, porque os próprios cooperados têm mais confiança nos organismos capitalistas que naqueles que são constituídos por elos mesmos. Tais factos são os culpados de não ter o cooperativismo ainda atingido o nível que poderia ter alcançado, permitindo, dessa forma, a solução dos grandes problemas sociais, como já atingiu em países como a Suécia, Dinamarca, etc. A ignorância geral, a pouca fé, o espírito imediatista, que é inerente ao capitalismo, contribuem para criar grandes entraves ao desenvolvimento do cooperativismo.

Não é fácil a administração de um organismo de crédito cooperativo, porque o evitar os riscos é difícil e exige um conhecimento das condições peculiares ao âmbito onde a cooperativa exerce a sua actividade.

Grandes organizações de crédito cooperativo têm fechado suas portas por motivos que podemos dividir em três ordens:

- a) por grande difusão do crédito, sem as necessárias garantias;
- b) por falta de confiança de depósitos da parte dos cooperados;
- c) crescimento exagerado que leva a grandes despesas de administração.

Essas são as três causas principais dos malogros das organizações de crédito cooperativista. Há, estudos, especializados trabalhos sobre os temas de crédito no cooperativismo, havendo, em nosso idioma, alguns de ótima qualidade.

A MOEDA

Hoje, todos manipulam tão quotidianamente a moeda, que ela, por si só, é conhecida de todos. Mas se dela temos um conhecimento prático, não é este suficiente para nosso estudo. E isso por que o conceito de moeda é um dos mais difíceis, dos mais complexos, dos mais controvertidos que surgem na Economia Política.

Sempre se lê nos manuais que a moeda é uma "mercadoria", que serve de "intermediário nas trocas" e de "medida comum dos valores". Que nos leva a pensar tudo isso?

Realmente foi uma *mercadoria na origem*. O homem *não a inventou*. O facto constante de *receber uma mesma mercadoria de uso corrente e de fácil conservação como pagamento nas trocas, transformou essa mercadoria em moeda, mercadoria-moeda*.

Posteriormente, ela foi recebida, *não por si mesma*, mas pela *nova troca* que ela permitia, tornando-se *intermediária* das trocas.

Essa mercadoria trocava-se com todas ou quase todas as outras. Ela, por isso, servia de *medida comum de valores*.

Assim tivemos, nas comunidades mais primitivas, o sal, as conchas, o couro, o gado, e mais próximo a nós, os metais preciosos.

No entanto, nós vemos hoje, instrumentos monetários que não têm caráter de mercadoria, como os *bilhetes inconvertíveis em metal*, que chamamos *moeda fiduciária*, moeda de confiança (*fiducia*, em latim significa confiança). Temos ainda hoje exemplos de *moeda abstracta*, como a chamam alguns economistas, que é a *moeda escritural*, a que é registrada nos lançamentos de uma conta para outra, de um crédito para um débito, sem necessidade do transporte

de notas de uma caixa para outra, como se observa entre os bancos, entre as emprêssas ligadas entre si, etc.

A existência de uma moeda fiduciária e de uma moeda escritural, já em nossos dias, nos mostra desde logo que não podemos considerar como *essencial* (e nesse caso como *invariante*) do conceito de moeda o *ser uma mercadoria*.

Que conclusão tiramos daí? Que a moeda, como todos os conceitos da Economia, tem um sentido, um significado peculiar a cada lance do progresso dos estudos econômicos. Se no princípio foi ela essencialmente uma mercadoria, hoje já não o é, porque conhece *variações* no seu conceito.

Que seja ela um instrumento de troca e medida comum dos valôres não resta dúvida.

Entretanto, além de um instrumento de troca e de medida comum de valôres, quem a recebe aceita como *meio de pagamento*, a título definitivo.

Pode a moeda ser *conservada por muito tempo* em poder de quem a tem e, dessa forma, pode transformar-se num *instrumento de poupança*. A conservação dessa moeda por muito tempo traz consigo grandes problemas.

Há, também, os casos em que fica estipulado pagar um devedor em certo tempo a um credor uma soma de moeda. Essa soma é para o credor uma *soma futura*. Essa a razão por que alguns economistas consideram que também tem ela um papel de *acumulador de valor*. Dessa forma, pode-se apontar e enumerar as funções da moeda, tais como:

- 1) instrumento de troca ou intermediário de troca;
- 2) medida comum de valôres;
- 3) instrumento de pagamento;
- 4) instrumento de poupança ou acumulador de valor;
- 5) sinal de crédito, de capital, de dinheiro, etc.

Em suma: sinal de todo o valor econômico.

Tudo quando dissemos singelamente acima, vamos analisar agora para uma melhor compreensão de tema tão importante como é este.

ANÁLISE

Empreguemos agora, para o melhor estudo de tema tão importante, as noções filosóficas já por nós expostas. Não se pode compreender nem estudar a moeda sem considerá-la sob seu aspecto *intensista* e *extensista*; sem observar seus aspectos qualitativos e heterogêneos e os quantitativos e homogêneos. A moeda é um conceito da Economia e a Economia dá-se na vida, tem suas raízes no que constitui a matéria de outras disciplinas. Estudá-la, por exemplo, apenas sob um dos seus muitos aspectos, autônoma, é tomá-la *abstractamente*. Se fixarmos aspectos separados (abstractos, portanto) não devemos, contudo, deixar de conexionalos entre si, procurando a maior concreção possível, a fim de podermos construir uma visão geral, ampla e segura, do conceito de moeda.

Iniciemos, portanto, essa análise:

Concluímos, depois dos estudos já feitos genéricamente, que há três espécies de moeda:

- a) moeda-mercadoria (metais preciosos, por exemplo);
- b) moeda fiduciária;
- c) moeda escritural.

Analizando essas três espécies, podemos ver que estas cumprem sua função como *intermediárias de trocas*, como também servem como *instrumento de pagamento*, como *acumulador de valor*, ainda como *medida comum de valôres*, como sinal de todos os valôres econômicos. Contudo, há diferenças no funcionamento dessas três espécies. Uma moeda metálica pode ser preferida como meio de pagamento a uma moeda papel. O papel moeda foi considerado durante muito tempo como uma mera *promessa de pagamento*; isto é, o portador tinha direito a receber seu valor correspondente em espécies metálicas. Por outro lado, uma moeda fiduciária pode ter um poder de compra variável, enquanto a moeda metálica tem um poder mais estável. Além disso,

a moeda metálica pode ser preferida para a poupança (*té-sourização*, que já estudamos).

Não são poucos os economistas que consideram que só a moeda metálica pode corretamente corresponder a uma *comum medida de valores*.

Nessa função é que se usa a expressão *padrão monetário*.

Admitamos uma mercadoria que hoje é trocada por uma determinada quantidade de unidades monetárias. Essa mesma mercadoria, num futuro dado, é trocada mas por uma quantidade dupla de unidade monetária (o que se troca hoje por 5, troca-se amanhã por 10). Como instrumento de medida, a moeda cumpriu sua função. Mas, nesse período de tempo, seu *poder de compra* variou. Dessa forma, torna-se ela, que foi tão bom instrumento de medida, num mau *instrumento de poupança* e num mau instrumento de pagamento para contractos a longo prazo; ou seja, num mau *acumulador de valor*.

Por isso é que muitos dizem que a moeda é um padrão "valiável".

Vejamos ainda outros aspectos interessantes: dizem os economistas em geral que o poder de compra da moeda varia segundo é ela mais ou menos abundante.

Aceita essa premissa, concluem que a moeda é causadora das mudanças nos preços, por ela fielmente registrados. Se tal se dá, não é ela um mau instrumento de medida?

Tais raciocínios é que levam a afirmar que a moeda fiduciária e a escritural valem na base da sua conversibilidade em moeda metálica, em ouro propriamente, e é em relação ao metal que se fixariam os preços. Dessa forma, concluem, embora se dê uma moeda fiduciária e uma escritural, a moeda é essencialmente uma "mercadoria".

Oferece essa doutrina tradicional diversos fundamentos. Nós comparamos uma mercadoria a outra mercadoria. As moedas desprovistas de uma base metálica mostraram-se incapazes de conservar uma relação de troca estável com as outras.

Não resta dúvida, e já o frisamos bem, que a moeda, no início, era *uma mercadoria*. Só depois se tornou um elemento intermediário habitual nas trocas.

Mas essas moedas, com o tempo, tomaram um *nome*. Chamaram-se dracmas, denários, sóis, escudos, etc. E *esses títulos não significaram apenas um nome*. Adquiriram um significado e um conteúdo diferentes. Tais nomes deixaram de indicar um *pêso de metal*, para expressar uma *unidade monetária*. O *pêso do metal mudou, mas o nome permaneceu o mesmo*.

Esse aspecto *subjectivo* não deve ser desprezado por quem deseja estudar Finanças, porque a moeda não é apenas *em si*, mas *para nós*.

Há autores que afirmam constantemente que a moeda *apenas não foi uma mercadoria e que é, ainda, mercadoria*. Quer dizer: é *ela sempre mercadoria*. As mercadorias destinam-se ao consumo, já vimos, e a *moeda destina-se à circulação*.

Ora, a mercadoria destina-se à satisfação de uma necessidade e, nessa função, alegam os economistas contrários, ela *desaparece*, não podendo, pois, funcionar de novo. A moeda destina-se a extinguir obrigações, a realizar aquisições, estando, portanto, sempre apta a reentrar no fenômeno econômico. Tem uma função dupla: a de *reserva* e a de *medida*. Se A deve a B a quantia X, e B deve a C a mesma quantia X, dando A a B em pagamento X, e B dando a C a mesma quantia X, vemos que a mesma moeda passou por várias mãos. Já com as mercadorias não se dá o mesmo. E alegam que é sofisma dizer que qualquer mercadoria, uma peça de fazenda, por exemplo, tenha o mesmo efeito. E o sofisma consiste em que essa peça de fazenda, ao passar por diversas mãos, perdeu sua função de mercadoria para transformar-se propriamente em moeda com força liberatória, que é um característico da moeda.

* * *

As moedas reais, metálicas ou fiduciárias, podem ser classificadas em moedas principais e moedas secundárias. As principais são as que têm *curso legal ilimitado*; isto é, as que o devedor, de acordo e conforme com a lei, pode im-

por em pagamento ao seu credor, qualquer que seja a importância da soma devida. Por ex.: entre nós, o cruzeiro. As moedas secundárias têm *curso legal limitado*, não podem ser impostas em pagamento senão numa soma determinada, e têm nas trocas um papel acessório, anexo ao que é desempenhado pelas moedas principais.

Se as moedas principais são ouro ou bilhetes convertíveis em ouro, a moeda secundária, também chamada de moeda padrão, será o ouro. Se forem as principais em prata, a moeda secundária será prata. Quando as moedas principais são constituídas por bilhetes de banco não convertíveis (caso do Brasil), o país estará em regime de papel-moeda. Para que uma moeda padrão (secundária) permaneça em circulação é imprescindível que seu valor intrínseco, o valor do metal que a compõe, seja igual ao valor nominal que lhe é atribuído por lei. Se o valor intrínseco é inferior, será ela uma mercadoria depreciada, de que todos procurarão desfazer-se, transformando-a em outras mercadorias. O mesmo se dá quando a moeda padrão é um bilhete inconvertível.

Quanto às moedas secundárias não têm qualquer importância que tenham elas um valor intrínseco inferior ao valor nominal, pois seu papel, como instrumento monetário, é reduzido, tirando elas o seu valor do facto de serem trocáveis por moedas padrões. São elas também fabricadas com metais comuns, o cobre, o bronze, o níquel e ligas, e raramente prata.

* * *

Os bilhetes de banco, emitidos por bancos privados, podem circular entre as partes sem que o Estado torne sua aceitação obrigatória. Diz-se, então, que elas têm *curso livre*. Quando o bilhete de banco não é mais convertível por decisão governamental, mas deve ser aceita nos pagamentos, tem, então, *curso forçado*.

* * *

O ouro e a prata — metais preciosos — com os quais se costumavam confeccionar as moedas, têm *pouca dureza*, e o atrito entre elas condiciona um gasto elevado (usura). Para evitar esse gasto, é que se fazem as ligas com certa

quantidade de cobre, que dão maior dureza que o ouro ou a prata puros. A relação entre o ouro e o metal a él ligado chama-se *título* ou *teor* da moeda, sendo expressa geralmente em milésimos. Assim, para 1.000 partes temos 900 de ouro puro, e expressa-se pela fórmula 900/1000.

* * *

A cunhagem da moeda cabe hoje ao Estado e este, devido às suas costumeiras dificuldades financeiras, tem abusado de seu direito, e no intuito de obter recursos, modificado a relação entre o ouro e a liga. Toda vez que tais abusos se processaram, isto é, quando em um país circulam peças do mesmo valor nominal, mas de valores intrínsecos diferentes, as peças que têm maior valor intrínseco desaparecem da circulação. São elas tesourizadas, enquanto as moedas *mais fracas* permanecem em circulação. Essa constatação é conhecida pelo nome de *lei de Gresham*, e ela se enuncia freqüentemente pela frase: *a moeda ruim expulsa a boa*. A boa moeda é, por isso, guardada preferentemente, enquanto a má continua em circulação.

* * *

Como já dissemos, o tema da moeda é mais adequado às Finanças. No entanto, são tais as influências e as relações que ela mantém com a Economia, que não bastam os aspectos que acima estudamos. Os dias de hoje, após a segunda grande guerra, são ricos em novos ensinamentos e grandes experiências têm sido feitas que merecem um estudo concreto com outros factos.

Queremos frisar, contudo, alguns pontos. Impõe-se que consideremos a moeda em sua relação estreita com a produção, sobretudo nos países em que a moeda tem curso forçado e não é convertível, bem como sua relação com as experiências modernas.

A moeda deve *facilitar* as trocas, e falha quando não o faz. Ela se deprecia quando ultrapassa a quantidade necessária à troca. Mas, também, ela se deprecia por factores de ordem qualitativa, quando a moeda não merece a confiança.

Tais temas, sobretudo no tocante à nossa economia, são importantíssimos, porque entre nós se realizam as mais pre-

cipitadas experiências, esquecendo nossos homens públicos de tomarem em consideração factores subjectivos. A distribuição da moeda, através naturalmente do crédito, é um dos problemas mais sérios do Brasil, porque, entre nós, é o crédito mal orientado. Não se trata de valorizar ou desvalorizar a moeda, trata-se de fazer que ela cumpra sua função econômica, que é facilitar a troca. Se ela realiza essa função, ela *vale*. Tôdas as outras tentativas artificiais redundam em grandes prejuízos. Ora, precisamente não é isso o que a nossa moeda apenas faz. É verdade que não podemos também examinar melhor êste ponto sem que primeiro estudemos o mecanismo dos preços que, no Brasil, talvez seja o seu maior problema econômico e que é menos atacado de frente, devido aos poderosos interesses criados, que impedem qualquer acção benéfica em bem do país, sacrificando sempre em benefício de grupos reduzidos. Tais temas não podem ser desprezados, porque atravessamos um momento grave da nossa história, ao qual teremos um papel a desempenhar, grande ou pequeno, elevado ou ridículo, dependendo apenas de sabermos e querermos de uma vez para sempre enfrentar aquêles que tudo fazem para destruir um melhor futuro de nossa terra, ávidos de lucros imediatos e esquecidos dos interesses do país, e mais ainda, inimigos até dêsse futuro.

* * *

Apresentamos nesta obra uma visão geral da Economia, sem nos preocuparmos mais demoradamente em criticar os conceitos e categorias correspondentes, com uma análise filosóficamente fundada nas normas da filosofia concreta, porque desejamos dar, por enquanto, a visão geral, para, nos trabalhos mais específicos, fazermos o exame que se impõe, a fim de oferecermos a nossa contribuição para solução do que é solucionável, mesmo em nossa terra, onde já se apresenta quase como delinqüência desejar realizar alguma coisa de bem.

O tema da moeda, por exemplo, é de uma importância capital entre nós, não só porque a nossa economia é monetária, como girando em torno da moeda gira toda a Economia moderna, mas, também, porque é neste sector onde os erros maiores têm sido cometidos por grandes economistas, com graves prejuízos para a própria humanidade.

A FORMAÇÃO DOS PREÇOS

É êste um dos temas mais importantes da Economia, sobretudo por ser o mais controverso e onde a maioria dos economistas se deixam arrastar por certas interpretações e a estabelecer regras gerais, partindo apenas de alguns casos particulares. Somos daqueles que julgam que a Economia Política é tanto uma arte como uma ciência. Como ciência, a formação de um método especial para o estudo dos factos económicos permitirá obter tais ou quais elementos, capazes de permitir uma bem feita aplicação aos factos singulares (arte). Há muito de arte na economia, porque sendo ela uma ciência inductiva, suas generalizações são sempre perigosas.

Assim, no referente ao *preço*, há inúmeras soluções oferecidas pelos economistas, que trazem consigo êsse cunho da precipitação. Fórmulas mais ou menos simples, com aparência matemática, podem causar impressão ao leitor desavisado, mas os factos que decorrem dos diversos e inesperados sucessos, terminam por mostrar que ainda temos muito que analisar na Economia, muito que coordenar para que, finalmente possamos estabelecer uma solução aos magnos problemas que ela examina e suscita! Somos, e reiteradamente o temos afirmado, contrários a toda e qualquer interpretação ou explicação do facto económico dentro de quadros puramente quantitativos. Para nós, tais interpretações são meramente abstractas, porque deixam de reconhecer e de considerar os aspectos qualitativos e heterogêneos, que dão a individualidade e a singularidade de cada facto económico, enquanto o aspecto quantitativo mostra apenas a parte de sua generalidade, a qual não esgota, isoladamente, como aquela também isoladamente, uma possibilidade maior de conhecimento, que só pode ser atingida com a concreção dos dois aspectos. Por outro lado, os campos, as esferas de

acção de muitos outros factos, tais como os biológicos, psicológicos, sociológicos, históricos, etc., interferem também no campo da Economia, impedindo que se construa com esta uma ciéncia abstracta.

* * *

Para alguém obter os bens que necessita para satisfação de suas necessidades, é mister sacrificar, ceder algum ou alguns que possui.

Em seu aspecto *invariante*, essa porção de bens que alguém cede em troca do que precisa (acto econômico, portanto oneroso) é o *preço*.

E esse preço, neste caso, sendo bens, pode ser formulado por qualquer espécie de utilidade.

Mas essa operação não se processa *mecanicamente*, numa simples troca. Nela se processam também factos psicológicos, sociológicos, etc. Nela intervêm inúmeros factores *co-variantes*, que a tornam *diferente*, que lhe empistem novos matizes, novas qualidades, que a diferenciam uma das outras.

Um estudo no preço, que se detivesse apenas dentro da esfera do quantitativo, não hauriria muitos aspectos que são importantíssimos, sobretudo nos dias que correm, e que servem para uma melhor compreensão dos factos econômicos actuais.

Em nossa linguagem quotidiana, diz-se que o preço de uma mercadoria ou de um serviço é a *quantidade de moeda* que é preciso dar para obtê-la. Poderíamos considerar não só uma quantidade de moeda, ou uma mercadoria dada em pagamento, mas um serviço, avaliável em moeda. Ora, já vimos que a moeda serve para *medir*, para *avaliar* economicamente os bens.

A moeda permite uma divisibilidade, porque ela é tomada quantitativamente.

Há uma relação matemática entre o preço e a mercadoria. Se o preço de um quilo de feijão é X, podemos considerar uma relação entre 1.000 gr. com X.

Aqui, como um quilo de feijão não é um *todo indivisível*, pode ser tomada como parte por exemplo $\frac{1}{2}$ quilo, ou 500 gr. Mas se a *unidade* de mercadoria é um todo indivisível, como um chapéu, o transporte de uma carga, a unidade é definida pela mercadoria ou pela própria prestação. Assim não prestaria um serviço de transporte quem o fizesse até meio do caminho, porque não teria realizado o serviço porque ele é indivisível em sua unidade, nem poderia ser avaliado em suas partes.

É o preço uma relação de troca qualquer, entre as inumeráveis relações de trocas iguais que podemos conceber entre as mesmas unidades. O preço refere-se a uma quantidade invariável, tradicionalmente fixada, de mercadoria ou de serviço.

Assim o preço do pão refere-se sempre ao quilo. O preço do pão é, pois, uma relação de troca entre um número de unidades monetárias, que varia mais ou menos e a unidade, sempre tomada por base, que constitui um quilo de pão. São tais factos que nos permitem comparar os preços das mercadorias tomadas de várias épocas diferentes.

São tais factos que permitem estabeleçamos registros estatísticos sobre as variações proporcionais entre os preços. Estabelecem-se *índices*, que determinam suas variações em *porcentagem*, a partir de um ano de base.

Digamos, por exemplo, que, no ano tal, o preço foi 30 e no ano seguinte 40, no outro 50. Tomando o primeiro ano por base, dá-se um valor de

100 — no 2.º ano 133% — no terceiro 166%

que representam os aumentos verificados. Nos casos de diminuição, então a percentagem desce à do ano base.

* * *

Tem o preço um importante papel regulador, não só da produção como do consumo.

Quem realiza (digamos, uma empresa) certos artigos, despende, para confeccioná-los, de uma determinada quantia, e temos o *custo*. Como o homem em geral só obtém vantagens e bens necessários a si mesmo através da actividade

económica, sucede que se êle trocasse essa mercadoria produzida pelo que lhe custou, permaneceria no mesmo, sem nenhuma vantagem ou proveito. Para obtê-la, êle exige, na troca, não só o montante do custo, mas um *excesso*, que é seu *proveito ou lucro*. É por meio do preço que o produtor consegue essa vantagem. É por meio do preço que consegue do consumidor, que lhe dá mais, o que êle deseja para si.

* * *

Já vimos que há, no preço, uma relação de troca. Vamos como se processa essa relação:

Processa-se:

- 1) o preço, resultante de trocas juridicamente livres;
- 2) o preço fixado pela autoridade pública.

No primeiro caso, pode dar-se o preço entre dois agentes económicos isolados, que trocam entre si, ou uma pluralidade ilimitada de vendedores e uma pluralidade ilimitada de compradores (e temos aqui o que se chama uma concorrência bilateral perfeita), ou um vendedor e uma pluralidade ilimitada de compradores (eis-nos em face de um monopólio de venda) ou uma pluralidade ilimitada de vendedores e um comprador único (e estamos em face de um monopólio de compra ou monopsônio, como chamam alguns economistas modernos).

As combinações podem ainda variar para um número ilimitado, porque elas se diferenciam, segundo a variedade imensa dos bens que se trocam.

Estamos aqui no que se pode chamar o *mecanismo dos preços*, porque precisamente é nessas relações entre compradores e vendedores que os preços se formam, variam, aumentam ou descem, segundo as diversas e múltiplas variações dessas relações em função de muitos factores de ordem social.

É fácil logo perceber que o mecanismo dos preços é complexo e merece, como tem merecido, estudos especializados. É um campo da Economia, que está sendo estudado com o máximo carinho e merece até especializações. Compreende-se desde logo que não poderemos tratar dêle senão

em seus aspectos gerais, no que interessa logo directamente ao estudo da Economia em suas linhas mestras.

Antes, porém, de analisarmos as condições económicas e os factores diversos, que influem na formação dos preços, factores determináveis uns, indetermináveis outros, podemos, de antemão, estabelecer um campo de acção, onde se processam os preços que apresentam dois aspectos antagónicos. De um lado está quem vende e de outro lado quem compra.

Se quem vende cede um bem em troca de outros, e quem compra também cede, dentro das condições económicas em que vivemos, quem quer em troca *mais* do que cede, e quem compra deseja dar o *menos possível* em troca.

Quem vende tem o *custo* do que vende e o custo é o seu limite máximo de concessão. Poderá ir até êle, *sem perda*, ser dar mais do que recebe. Logo, quem vende tem como ponto de referência o custo, que é o limite mínimo. Quem compra (consumidor ou não) tem um limite também determinado por seu potencial de compra (poder acquisitivo), isto pela porção de bens que pode ou quer normalmente abrir mão.

Vejamos agora algumas hipóteses:

- a) Se o comprador ou compradores estão na pressão de adquirir.
- b) Se o comprador ou compradores *não* estão nessa pressão.
- c) Se o vendedor ou vendedores estão na pressão de vender.
- d) Se não estão nessa pressão.

Combinemos essas quatro hipóteses com variações tais como: nos casos *a* e *b*, há em relação a êles *um* ou *mais* vendedores. E êstes variam de grau de pressão.

Vê-se logo que se podem construir inúmeros casos. Acrescente ainda outros factores como políticos, sociais, económicos, históricos, e verá que o mecanismo do preço, isto é, o mecanismo que forma os preços, é o mais complexo possível.

É fácil também depreender-se que ficará sempre à mercê do outro o mais necessitado, aquêle para quem a operação de troca é inadiável. Os graus dessa pressão variam

segundo os inúmeros casos, que se podem formar nessa relação entre quem vende e quem compra. Junte-se a isso a qualidade do bem: a sua conservabilidade. Um bem de deterioração fácil ou rápida, já é por si um factor de inadimplibilidade de sua colocação. Actua como pressão e aumenta o grau de pressão. É, portanto, um factor de pressão, que deve ser considerado.

Tomemos agora em consideração um outro aspecto importante para o estudo do nosso ponto. Vendedores e compradores de uma mercadoria ou de um serviço bem definidos, entrando em contato, formulam publicamente sua oferta e sua procura. Determinam, assim, um lugar onde as transações são ligadas umas às outras. Consideram a existência de um *mercado*. Todos sabemos o que é um mercado, onde vendedores e compradores se encontram, comparam as mercadorias, verificam preços, preferem estas àquelas.

Que se dá nesse mercado? Dá-se uma *concorrência*. Isto é, a êles con-correm compradores e vendedores. Compradores e vendedores podem *correr* de um para outro. Tal campo de acção e tal qualidade que oferece o mercado chama-se, em Economia, *fluidez do mercado* e diz-se que um mercado tem mais ou menos fluidez quanto mais ou menos permitir essa *corrida*.

Podem os *preços* serem diversos e vários e a complexidade dos graus e factores logo nos mostraria que se tal se desse não seria nada de admirar. No entanto, a concorrência, a comparação de uns preços com outros, tende a forçar uma unificação de preços, tende a uma unidade de preços. Pode dizer-se que o mercado tende a uma unidade de preços. (Note-se que tal se dá, primacialmente, no mercado ocidental. Já na Índia tal não se dá nos mercados populares, onde os preços variam, e não se busca homogeneidade nêles. É que aí interferem factores de ordem *pathética* (afectiva), de influência quase religiosa, porque a mercadoria não é apenas o que ela é em si, mas traz também valores de ordem diferente da ordem econômica, tais como religiosos, místicos, etc., que ultrapassam o campo de nosso trabalho).

ASPECTOS DA CONCORRÊNCIA

Pode dar-se o nome de *preço de concorrência* à unidade de preço que surge no mercado, ao concorrerem os diversos preços desejados. O mecanismo é demasiadamente complexo, embora não o pareça para muitos. Mas, como teremos que permanecer forçosamente dentro das generalidades, podem dar-se diversas condições nesse mercado.

Vejamos: a) o número dos que desejam vender e as ofertas que fazem podem ser superiores à procura dos que compram; b) a procura dos que compram pode ser superior à oferta dos que vendem; c) pode dar-se um equilíbrio mais ou menos estável entre ambas.

Temos, então, duas novas figuras, compendiadas nos têrmos *oferta* e *procura*, cuja relação é variável. Ora Oferta Procura, ora Procura Oferta; ora Oferta = Procura.

Em outros têrmos: ora a oferta é maior que a procura, ora a procura é maior que a oferta, ora estão num equilíbrio mais ou menos estável.

Todo vendedor, como todo comprador, tem um preço limitado desejado, como já vimos.

Tais factos são facilmente observáveis, como se verificou também que, em princípio, a oferta é tanto maior e a procura tanto menor, quanto mais elevado é o preço, e reciprocamente. Dizemos *em princípio*, porque há variações. E já chegaremos até lá. Não podemos deixar de estudar antes o que se chama de *lei da oferta e da procura*, tão cara a tantos economistas, que a consideraram uma invariante nos factos económicos.

Se admitirmos que numa determinado estado do mercado, existe um preço único e necessário, toda variação no

mesmo se manifesta por uma variação correspondente do preço. Se a *oferta diminui*, sem que varie a *procura* dos compradores na mesma proporção, mostra-nos a experiência que o preço do mercado se orienta para a *alta*. Se a *procura* dos compradores aumenta, sem que a *oferta* proceda de igual modo, haverá também alta. Então se conclui que toda modificação na relação entre a *oferta* e a *procura* provoca uma mudança no preço, no sentido da alta ou da baixa, segundo é a quantidade procurada superior à quantidade oferecida ou a quantidade oferecida é superior à quantidade procurada.

Essa é, em suas linhas gerais, o que se denomina a lei da *oferta* e da *procura* (1).

Verifica-se ainda que a *alta dos preços estimula a oferta e modera a procura*, e reciprocamente. Pode-se notar nessa interdependência da quantidade e do preço, o princípio que, através das oscilações sucessivas, assegura o equilíbrio do mercado, e que as modificações surgidas nos dados iniciais do mercado, já considerado estático, tendem a realizar novo equilíbrio, e assim sucessivamente.

Tal sintetização é, porém, generalizante, pois inúmeros factores intervêm para modificar o grau de intensidade de tais modificações. E a complexidade desses factos é de tal monta, que se torna impossível, aqui, uma análise de todos os casos, nem dos mais numerosos, mas apenas de uma explanação teórica (geral, portanto), que permita dar uma visão panorâmica da influência variável dos covariantes, que intervêm no mecanismo dos preços, como já estamos fazendo e pretendemos continuar.

O que nos mostram também os factos é que uma *elasticidade* da *oferta* e da *procura*, é também uma interacção. Pois se a relação entre *oferta* e *procura* funcionam sobre o preço, este, depois de formado, actua, funcionando sobre a própria *oferta* e a *procura*. Há, assim, uma reciprocidade de actuação.

A elasticidade da *oferta* e da *procura* tem seus graus. Pode ser maior ou menor, isto é, mais intensa ou menos intensa, como mais extensa ou menos extensa.

(1) O desdobramento dessa lei e sua análise, faremos em outra obra desta coleção, «Análise de Temas Sociais».

O custo de uma mercadoria, já o vimos, varia segundo a quantidade produzida.

Podemos nos encontrar em face de duas situações: a) se o rendimento da produção é proporcionadamente menor que o normal, temos, então, um *crescimento do custo*, e, no caso inverso, uma *diminuição do custo*, ou nos casos normais um *custo constante*.

Se o preço do mercado *depender do custo*, pode ele elevar-se ou abaixar-se em função das quantidades produzidas e oferecidas.

Há, aqui, portanto, um aspecto novo, que pode contrariar a lei da *oferta* e da *procura*. Admitamos que a *procura* de um produto aumenta. Ante essa *procura*, o produtor desenvolve tecnicamente sua produção e pode baixar o custo das unidades, podendo oferecer-las ao mercado em maior número e a menor preço. Tais factos têm sucedido com os automóveis. Mas, aqui, embora não o julguem certos economistas, há combinações de vários factores, entre os quais permanece em pé a lei da *oferta* e da *procura*.

O preço elevado do automóvel faz desinteressarem-se muitos compradores que o procurariam em condições diferentes e favoráveis. A *procura* de uma parte permite ao produtor melhorar a produção, aumentando-a e diminuindo o custo. Neste caso, ele não o faz apenas para atender aos que procuravam, mas aos procuradores potenciais que surgirão com a redução do preço. *Dessa forma, diminuindo o preço da oferta pode aumentar a procura*. A *procura* permitiu aumentar a produção, mas a baixa do preço permite aumentar a compra (procura). Neste caso, a lei da *oferta* e da *procura* não foi negada, mas apenas estimulou uma transformação qualitativa e quantitativa do mercado.

Não é fácil definir-se o custo com precisão, pela simples razão de intervirem nêle factores dos mais diversos.

Quem executa um serviço, digamos um indivíduo que trabalha, isoladamente, sem capital, mede o seu custo pelo esforço, pelo trabalho, mas põe êste em relação com as suas necessidades, que devem ser atendidas. Quem, no entanto, emprega instrumentos e materiais de trabalho de outrem pode melhor medir seu preço de custo, pelo que ele deve dar em troca, que, numa economia de moeda, pode ser medido

pela totalização das somas despendidas. Mas, quando é o productor proprietário dos meios de producção, deve calcular o desgaste de suas máquinas, a amortização necessária, que é muitas vêzes calculada arbitrariamente, por encontrar dificuldade numa precisa.

Por isso se diz que o custo é uma realidade *flua*, com graus, naturalmente, de fluidez, sem que isso implique qualquer reducção de sua realidade, mas apenas à sua precisa delimitação. Assim o custo dos productos agrícolas é menos preciso que o da producção industrial e do comércio. Por isso se dão variações maiores quando se trata do mercado de gêneros agrícolas do que do de gêneros manufacturados.

Geralmente os gêneros agrícolas não têm um preço de oferta preciso. Esperam muitas vêzes a procura, a *abertura do mercado*. Depende o seu preço da quantidade, da abundância e das fluctuações naturais do mercado. Já o mesmo não se dá no mercado dos bens manufacturados, cujo custo preciso, permite que quem vende dê seu preço ao ofertar. Aqui, se a producção aumenta, temos os casos citados anteriormente, que podemos exemplificar com os automóveis, que o aumento da producção permitindo uma diminuição no custo permite uma oferta mais baixa.

Conclusão: enquanto são mais variáveis os preços dos gêneros agrícolas, são menos variáveis os preços dos gêneros manufacturados.

OS MONOPÓLIOS

Quando o Estado arroga-se a si ou confere a um concessionário o direito de fornecer certas mercadorias como vendedor único, temos, então, um monopólio. Dá-se, também, um monopólio quando um productor se beneficia com um invento ou em certas condições que o tornam vendedor único. Há, ainda, o caso de eliminação de todos seus concorrentes; neste caso o vendedor torna-se único ante o mercado; tem então um monopólio ocasional. Buscam, naturalmente, os monopólios o maior benefício. E por não sofrerem concorrência, podem determinar os preços, naturalmente dentro de certos limites.

Podem aqui dar-se muitos aspectos que merecem ser estudados: a) com o aumento de preço de um producto, diminui a venda em unidades, mas o benefício pode ser maior dada a diferença entre os preços; b) diminuído o preço, pode aumentar a venda de unidades até tal ponto que o benefício seja maior.

Há casos excepcionais, como aumento da venda em unidades de certos productos, quando aumentados de preço, que passam a ser por isso mais "valiosos". Nesses casos, os productos são aquêles que se destinam especialmente aos novos ricos e não aos trabalhadores. Aquêles acham que gastar é uma prova de superioridade, e não lutam contra os preços, porque aqui penetra um factor de outra ordem, um factor subjectivo.

Um novo rico não gosta de regatear, nem quer fugir à compra por ser o producto de preço elevado. Quer mostrar sua solvabilidade; por isso compra. Há, por exemplo, entre nós um grande comércio organizado nos grandes centros urbanos, que vive da ridícula vaidade dos novos ricos, que compram *preços* e não mercadorias, que compram *eti-*

quêtas e não productos. Em grande parte, como veremos, a inflação de preços que se observa no Brasil se deve a êsses novos ricos, e a certos círculos de operários especializados que, com a última guerra, ganharam elevados salários, em tudo procedendo como novos-ricos, favorecendo, assim, o encarecimento da vida, como factôres subjectivos daquele.

Quanto aos dois outros casos acima citados, procura o monopólio uma combinação ótima, que lhe renda o máximo de benefício unitário multiplicado pela quantidade.

Procedem também os monopólios preços diferenciais segundo as categorias de compradores. Vejamos o exemplo de uma estrada de ferro, que tenha monopólio numa linha — ela cobrará mais pelas mercadorias de mais valor e menos pela de menor valor. As distâncias podem servir para a formação de preços diferenciais, evitando, por exemplo, o encarecimento dos productos que sejam transportados de maior distância.

Há, por exemplo, estradas de ferro que estabelecem tarifas únicas para certos produtos, em geral de primeira necessidade, independentemente do percurso. Assim um saco de batatas pagaria o mesmo frete, vindo de Mato Grosso para São Paulo, que de uma povoação próxima à capital paulista. Dessa forma se favoreceria a busca de novas terras e se estimularia a produção em lugares distantes. Poder-se-ia também estabelecer um preço diferente, considerando o custo de produção. Esses cálculos são, no entanto, difíceis, devido à complexidade que há. Um monopólio também pode ser de compra. Podemos dar, como exemplo, uma organização que compra para todos os empresários que se dedicam a um gênero. Sendo o único a comprar, evita a concorrência. Em regra geral, os monopólios de venda são completados por monopólios de compra.

FIXAÇÃO DOS PREÇOS PELA AUTORIDADE PÚBLICA

As relações de troca, determinadas, sobretudo, por contractos livres, como já estudamos até aqui, podem ser também estabelecidas pela autoridade pública.

O Estado também intervém nos preços e fixa-os, no intuito de evitar abusos. Numa economia dirigida, o Estado intervém não só quanto aos preços, mas também quanto à distribuição dos productos. Essas intervenções em economia liberal se dão com o intuito de estabilizar os preços e evitar o lucro exagerado.

Vários são os processos empregados pelo Estado para atingir esse objectivo: a) taxação simples; b) criação de um monopólio do Estado; c) organização do mercado.

Procede ainda o Estado medidas contra a baixa e contra a alta, segundo os casos.

Temos o exemplo entre nós do café. Houve uma política de valorização em diversos momentos, procurando elevar o seu preço, evitando a baixa. Como o café é um producto mais de exportação que de consumo interno, essa alta depende do mercado internacional. Pode a alta ser conseguida pela menor oferta em face da maior procura, mas medidas desse gênero, realizadas já em outros países, terminam por ser inoperantes.

Pode-se ainda evitar a baixa pelo desenvolvimento da procura. Neste caso, o Estado pode adquirir parte da produção com o intuito de aumentar a procura no interior ou facilitar a exportação, concedendo vantagens de toda espécie aos productores ou aos consumidores.

A alta pode ser evitada pelo Estado, lançando no mercado estoques em seu poder ou abrindo as portas à importação. Temos o exemplo durante a primeira grande guerra na França, em que o Estado instalou barracas para vender gêneros alimentícios a preços baixos, a fim de evitar a alta que se processava.

Há interdependência entre os mercados. E os exemplos são simples. Certos produtos, quando na alta, podem aumentar o preço de outros. O aumento do milho pode levar ao aumento da carne. Há um laço estreito ligando o mercado de gado com o de cereais.

Pelas estatísticas, notam-se que há grandes movimentos de preços. Podemos verificar facilmente ao examinarmos o século passado.

De 1820 até 1850, tivemos um período de baixa na Europa; de 1851 a 1873, um período de alta, para sobrevir, de 1874 a 1896, um novo período de baixa. De 1897 em diante, tivemos outro período de alta, que prosseguiu até 1914 e, daí, até 1920, de 1922 até 1933 houve um período de baixa, sobrevindo, depois, outro período de alta.

A ACCÃO DA MOEDA NA FORMAÇÃO DOS PREÇOS

No artigo anterior, tivemos ocasião de falar sobre a moeda. Vimos que o seu papel é *facilitar* a troca, e significar todos os factos económicos, e deixa ela de ter seu verdadeiro valor quando a troca não é por ela facilitada. Se a moeda facilitar a troca, também facilita a formação do mercado e a formação do preço. A intervenção da moeda permite que o mercado se forme, porque ela serve de denominador comum. Do contrário, as trocas seriam dificultadas, pois quem tivesse trigo e desejasse batatas, teria que procurar quem tivesse batatas e que desejasse trigo ou procurar um terceiro que desejasse trigo, mas que tivesse centeio e que esse centeio fosse desejado por quem tivesse batatas para trocar pelo centeio, e o centeio desejado por quem desejasse batatas e aceitasse trocá-lo por trigo. Se entre os três tais combinações não fossem possíveis, teria de intervir um quarto ou quinto e assim sucessivamente, complican-

do a troca. A presença da moeda para a troca facilitou-a e deve, portanto, continuar um dos seus papéis, que é de facilitar a troca.

Com a moeda, o mercado pode ser organizado, pois nela iremos procurar o que desejamos, tendo apenas a moeda para trocar o que quer que seja.

A moeda permite assim que os preços se equilibrem, bem como o próprio equilíbrio do mercado. Escreve Nogaro: "... num mercado de concorrência, quando a procura aumenta, a oferta permanecendo constante, o preço do mercado tem a tendência a subir, e, ... quando ela diminui, há tendência a baixar. Ora, numa economia em que a moeda está em uso, um aumento da procura se traduz por um aumento da moeda, que se apresenta no mercado, e reciprocamente. Podemos então dizer que, ... quando a quantidade de moeda aumenta, os preços sobem (em outras palavras o valor da moeda baixa) e que a inversa se produz em caso contrário."

Assim uma variação na quantidade da matéria provoca uma variação, da mesma forma, do nível dos preços; isto é, em sentido contrário, uma variação do valor da própria moeda, que pode trocar-se mais ou menos. Esse é o enunciado da teoria quantitativa.

Muitos autores afirmam que as variações de preço são proporcionadas à quantidade de moeda.

As teorias formuladas baseiam-se em factos, atendem aos factos, mas, como neste terreno penetram inúmeros factores, todos os estudos feitos pecam por unilateralidade, sem que isso desmereça totalmente os grandes e notáveis esforços despendidos.

Este tema penetra no de finanças, e exigiria estudo especializado, que fugiria aos limites generalistas que damos a esta obra. Para finalizar, desejamos apenas dizer que todos os governos, que controlam a moeda, procuram, por todos os meios, que ela corresponda perfeitamente às necessidades da troca, evitando, dessa forma, os exageros da inflação ou da deflação, isto é, quando há presença excessiva de moeda ou falta excessiva da mesma. No primeiro caso, temos a alta de preços como decorrente da desvalorização da moeda; na segunda, temos a aparente baixa de preços,

mas redução da solvabilidade, que traz, como consequência, um mal tão grande como o primeiro ou pior.

Entretanto, pode dizer-se que o destino ou a direção tomada pela moeda através do crédito pode trazer benefícios ou malefícios. Um crédito exagerado a favor do consumidor pode levar à inflação e à alta de preços. Se o consumidor tiver mais moeda do que a produção, os preços subirão, porque a procura será maior que a oferta. Se o produtor receber, pelo crédito, mais moeda e a empregar na produção, esta aumentará em quantidade e melhorará em qualidade, retornando parte ao consumidor (salários, etc.), aumentando proporcionalmente, o consumo. Qual, então, a solução? No volume final, daremos o que impediria que essas medidas malograsssem, ponto êsse esquecido, virtualizado, mas que é decisivo para uma boa economia, que é aquela em que há equilíbrio de preços simultaneamente com a abundância.

OS SISTEMAS MONETÁRIOS

A moeda pode ser considerada como *moeda-mercadoria*, como *fiduciária* e como *escritural*.

Os sistemas de moeda metálica caracterizam-se pelo emprêgo simultâneo de diversos metais. A moeda de banco caracteriza-se, então, pela sua convertibilidade em um ao menos desses metais.

A maior parte da moeda, hoje, é feita de papel, e apenas a moeda divisionária, para trocos, é feita de metal ou de ligas metálicas, de carácter acessório.

O uso do metal como moeda vem de um longo passado. Usou-se o cobre, o chumbo, a prata, que circulavam em forma de lingotes, avaliados segundo o seu peso.

Finalmente, as moedas foram *cunhadas*, isto é, marcadas com um sinal de valor, não necessitando, naturalmente, ser mais pesadas para a sua avaliação, ou pelo menos permitindo que a sua aceitação fosse mais fácil, cumprindo, assim, sua finalidade, que é facilitar trocas.

Hoje não se usa como moeda corrente o ouro nem mesmo a prata, substituídos pelo papel moeda, que facilita mais o transporte. Desnecessário se torna dizer dos motivos da escolha dos metais como moeda, pois já o explicamos anteriormente.

SISTEMAS MONETÁRIOS

Os antigos sistemas monetários são essencialmente sistemas de moeda metálica. O Estado comprava metais, amoedava-os, e tarifava as espécies. Posteriormente, como

já vimos, admitia-se a cunhagem livre. Recebia o Estado os lingotes dos particulares e os restituía sob a forma de moeda cunhada. Devolvia-se peso por peso, cabendo ao Estado uma pequena parcela para cobrir as despezas da cunhagem, dando-lhe o *título* ou *teor* da moeda, expressa, geralmente, em milésimos, pois se toma como referência o quilograma. Assim, quando se diz ouro de 900 milésimos ou 900/1000, quer significar que em 1.000 partes da liga monetária há 900 partes de ouro.

O metal escolhido como a base de um sistema monetário se chama metal-padrão.

Onde é apenas *um* metal que serve de padrão, temos o *monometalismo*. Em regra geral é o ouro. Quando há dois metais (ouro e prata, por exemplo), temos o *bimetálismo* ou sistema de duplo padrão. O *monometalismo* temos na Inglaterra, e o *bimetálismo*, tivemos na França, na Suíça, no México, etc. Na Índia tivemos o monometalismo, mas apenas da prata.

PAPEL MOEDA

Pode-se distinguir três espécies de papel moeda:

1) *Certificados*, como os *gold and silver certificates* dos Estados Unidos. São declarações impressas em papel, que não são moeda papel, senão na forma exterior, pois representam, estritamente, o ouro ou a prata que se encontra nas barras depositadas no Tesouro. Os portadores do certificado têm a faculdade de fazer devolver contra a entrega do mesmo a quantidade de moeda nêles declarada, sabendo o portador que tem direito a ser reembolsado em seus bilhetes.

2) Bilhetes garantidos, como os bilhetes de banco e os de Estado, quando trazem uma garantia especial. No início, o bilhete de banco era apenas uma promessa de pagar e não uma moeda. Permanecia *convertível*, isto é, o portador estava autorizado a pedir o reembolso em metal nos guichês dos bancos. Dessa forma, o bilhete aproximava-se ao certificado americano.

Mas sucede que a emissão geralmente é superior ao encaixe de moeda e se todos os portadores reclamassem, simultaneamente, a conversão de seus bilhetes em espécie, não seria possível atendê-los. Há, assim, uma diferença entre a emissão e o encaixe.

Neste caso, diz-se que há bilhetes *em descoberto*.

3) Os bilhetes inconvertíveis em moeda metálica. Estes merecem a denominação de papel-moeda propriamente. É já uma forma degradada das anteriores, usada e abusada pelo Estado, que lhes dá *curso-forçado*. Dá-se o nome de *inflação* (de inflar, inchar) quando a emissão dêsse papel inconvertível está além das necessidades normais da troca (e realmente só aí).

Essa moeda inconvertível é moeda apenas dentro do território do Estado, onde tem curso forçado, sem o mesmo valor fora dêsse território, razão pela qual sofre o risco de flutuar o seu valor *sem limites* em relação às moedas estrangeiras. Na realidade, essa flutuação depende da capacidade de troca dessa moeda. Ela vale pelo qual ela pode dar em troca, quando oferecida para uma troca. Por isso, êsses regimes de papel moeda se caracterizam pela *instabilidade*.

Após a guerra de 1914-18, verificou-se que a maioria dos países não tinham reservas suficientes para garantir e estabilizar a moeda circulante. Procurou-se, então, *aberturas de crédito*, isto é, obter de outras moedas, aceitar uma *paridade* e, portanto, uma troca, a fim de garantir a moeda sem *lastra* suficiente.

Tal processo, no entanto, não pode levar à disposição de créditos ilimitados, por isso tal funcionamento supõe um equilíbrio approximativo das trocas internacionais.

* * *

O funcionamento de um sistema monetário é caracterizado, sobretudo, pelas condições nas quais se estabelecem as relações com outros sistemas monetários.

Hoje as regulações internacionais se operam, tanto quanto possível, pela compensação, graças à negociação de letras de câmbio (trocas comerciais), assegurando, assim,

a estabilidade da moeda, como procedeu a Alemanha hitlerista, mantendo o valor do marco por uma troca organizada, pelo equilíbrio cuidadoso da importação e da exportação.

Para isso alcançar, exercem os Estados modernos um grande controle nessas trocas, tendendo sempre ao maior equilíbrio ou a um saldo favorável sempre que possível.

Tais temas, porém, ultrapassam o campo propriamente da Economia Política, cabendo seu estudo às "Finanças" e à "Administração Pública", por serem matérias que dizem mais respeito ao objecto dessas disciplinas.

PREVISÕES ECONÓMICAS

A previsão econômica não é nem deve pretender ser uma profecia. Não se quer com essa afirmação negar-se qualquer valor à profecia. Mas o exame desta pertence ao âmbito filosófico, e escapa ao econômico. Conseqüentemente, não cabe discuti-la no âmbito desta ciência.

O que jamais deve esquecer o economista é que os factos e os actos econômicos se dão contemporaneamente e entrosados a factos éticos, sociológicos, psicológicos, históricos, jurídicos, técnicos dos mais variados e que toda e qualquer previsão que considere apenas o campo econômico, sem considerar o campo extra-econômico, pode estar fadada ao êrro.

Os dados econômicos considerados são o ponto de partida para que se estabeleça um diagnóstico e um prognóstico, de modo a exigir, então, a aplicação de uma decisão de política econômica que lhe corresponda. Mas, estamos apenas palmilhando o terreno econômico se procedemos assim. É mister considerar os elementos que compõem a concreção em que o mesmo se dá. Em primeiro lugar, é mister considerar a teoria econômica, segundo a qual estamos avaliando tais factos e, posteriormente, o âmbito circunstancial extra-econômico em que o mesmo se dá e se dará; ou seja, é mister, ademais, considerar as possibilidades desse âmbito, no qual se incluem os aspectos formalmente considerados segundo outras disciplinas, como a sociológica, a jurídica, a técnica, a ética, a psicológica, a caracterológica, a histórica, etc.

Deve-se, pois, buscar a coerência global da concreção, e esta deve ser visualizada dialècticamente como estática, dinâmica e cinemática.

Todos sabemos que os economistas têm sido maus profetas e se algumas vezes acertaram, o número dos acertos tem sido menor que o das frustrações.

Sem dúvida, sabem todos, que no terreno social as previsões são mais difíceis pela interpenetração de inúmeros factores imprevisíveis ou não previstos, que modificam os acontecimentos. Contudo, não é isso um obstáculo que leve os economistas ao abandono das previsões. Ao contrário, tomaram mais como um desafio e muitos e conspícuos economistas se têm dedicado ao estudo de um método de previsões capaz de dar os meios de estabelecer com determinado rigor os eventos econômicos futuros.

As previsões são divididas em previsões de *término curto*, *término médio* e de *término longo*. Embora parecesse à primeira vista o contrário, tem sido mais difícil estabelecer previsões de prazo médio ou de término médio, que as previsões de término curto e tempo longo.

A previsão a término curto é a *previsão do presente*. Embora paradoxal a expressão, ela revela uma realidade, porque o economista, constantemente, está tentando prever o presente imediato. Assim o exame dos dados estatísticos em um determinado momento, e os dados posteriores têm oferecido elementos capazes de estabelecer certas consequências, nem sempre muito rigorosas, mas que já apresentam uma promessa de futuros resultados melhores.

As estatísticas financeiras têm dado ótimos elementos para tais previsões. É verdade que o atraso na publicação das mesmas tem impedido que muitas previsões tenham sido oferecidas, nêles fundadas, mas, sem dúvida, têm permitido extraír determinadas regras provisórias, que são como hipóteses de trabalho, de modo que o financista, fundado nelas, pode, posteriormente, *experimentar* métodos de previsão. Através da história econômica, vemos fundarem-se os economistas em determinados elementos econômicos, como fontes para previsões determinadas. Assim da produção e da utilização de vagões, muitos podiam concluir sobre previsões econômicas; outros, fundaram-se no gasto de energia eléctrica. Métodos, empregando aspectos mais particulares, podem estabelecer previsões em determinados sectores.

Na verdade, a falta de um sistema estatístico perfeito tem sido a causa fundamental da deficiência das previsões

econômicas, já que o economista dispõe de dados imperfeitos e sobretudo extemporâneos demais para poder empreender o seu trabalho. Numa organização como a nossa, a previsão econômica é muito difícil, e aqui o economista tem de ser mesmo profeta, quer queira quer não.

A previsão de término médio é mais difícil, muito mais que a de término curto e a de término longo. Pelo menos é o que se tem verificado na experiência. As previsões para dentro de seis meses a um ano têm encontrado mais dificuldades que as indicadas para mais de um a dois anos.

Usa-se muito na linguagem econômica o término *barômetro*, empregado, analógicamente, aos factos econômicos. Determinados factos são considerados por muitos como barômetros, que permitem medir ou calcular os resultados próximos ou remotos. Os estudos sobre certas curvas econômicas permitem alcançar algumas previsões. Contudo, os inúmeros malogros registrados provocaram a dúvida sobre esse método.

Na verdade, a econometria, que é a parte da Economia que se dedica à medida e cálculo dos acontecimentos econômicos, ainda não ofereceu elementos suficientemente capazes de garantir o rigor das previsões, sempre sujeitas a serem admitidas com uma margem bem regular de erros prováveis.

Na verdade, neste sector, pode-se dizer que os métodos até hoje apresentados não satisfizeram, e ainda estamos num campo em que muito terão que realizar os economistas para alcançarem uma base mais segura para diagnósticos e prognósticos econômicos.

Já o mesmo não se dá no campo da História e no da Sociologia. Como a Economia se entrosa com aquelas disciplinas, somos de opinião que muito se pode conseguir a favor desta se forem considerados os dados que oferecem aquelas disciplinas, que se interessam pelo estudo de elementos que são propriamente extra-econômicos, mas exercem uma ação sobre os mesmos. Um estudo sobre tais possibilidades e até a proposta de um método dialéctico concreto, que considere todos êsses aspectos, não nos cabe fazer aqui, onde tratamos apenas da matéria econômica, mas o fazemos em nosso "Filosofia e História da Cultura", para onde remetemos o leitor.

INFLAÇÃO E DEFLAÇÃO

Afirmam alguns autores que a origem do termo *inflação* é de criação nacional. Dizem que, no Rio Grande do Sul, os tropeiros, quando iam entregar suas tropas aos compradores, aproveitavam-se da longa caminhada do gado, não lhes permitindo que satisfizesse a sede, senão quando bem próximo ao local onde seria pesado. Dêsse modo, o gado sedento, bebia em demasia e se tornava mais pesado, obtendo, dêsse modo, melhor preço. Para combater essa prática, costuma-se, no Rio Grande do Sul, deixar os animais nos potreiros por vinte e quatro horas, após a caminhada, sendo pesados depois, quando já se libertaram do peso da água, o que trouxe, como consequência, o abandono dessa prática. *Se non è vero, è bene trovatto...* E também pode servir até de orgulho, para certos nacionalistas.

Mas, seja como fôr, na Economia, entende-se por inflação o desequilíbrio havido entre a procura solvável e a oferta, manifestada por uma alta de preços, num determinado período.

Há, assim, inflações abertas ou declaradas, como as há contidas ou inibidas. Há hiperinflação, quando exagerada, e sobretudo, quando a alta dos preços antecede ao aumento do meio circulante, os meios de pagamento e compra.

Contudo, em torno desta matéria não palmilhamos terreno pacífico, pois o fluxo inflacionário apresenta modalidades que não nos mostram uma decorrência tão nítida dos chamados factores inflacionários. Alguns economistas afirmam que a constante presença do aumento dos meios de pagamento ao lado da inflação nos preços, indica que seja aquela a causa real da segunda, o que é discutível. Outros afirmam que as verdadeiras causas da inflação são realmente os *deficits* orçamentários, o aumento dos salários sem

o correspondente aumento de produção, a especulação econômica, o prefinanciamento de investimentos, etc.

Para combatê-la, aplicam-se várias providências econômicas e financeiras, que são chamadas de *deflaccionárias*, tais como o aumento da taxa de desconto, a compressão de despesas públicas, majoração das taxas de imposto, deflação do crédito, para forçar a venda dos estoques, sempre com o intuito de equilibrar a procura e a oferta. Contudo, tais práticas não têm sido também proveitosa e as experiências feitas têm demonstrado que esse não é o melhor caminho para assegurar o equilíbrio.

Se considerarmos a crise, que se estabelece entre a oferta e a procura, a inflação ou a deflação decorrem da falta de equilíbrio entre a produção e o consumo, considerando estes dois extremos segundo seus meios de acção: o primeiro, quando obstaculizado em seu desenvolvimento; e o segundo, quando possuidor de meios de compra, não encontrando, então, a suficiente quantidade de mercadorias procuradas.

Inegavelmente, há uma lei da oferta e uma lei da procura, duas leis e não uma só, porque a oferta actua segundo um invariante, e a procura segundo outro, cuja conjunção cria a invariância, que tomou o nome geral de lei da oferta e da procura.

Para haver equilíbrio entre ambos, é mister que os meios de compra sejam iguais à mercadoria ofertada. Toda e qualquer variação nesses termos gera variações inflacionárias ou deflaccionárias nos preços.

Examinemos primeiramente a *procura*, fenômeno econômico importantíssimo e comum, cuja estrutura é mais simples que a da *oferta*, que a ela está correlacionada. Note-se bem: há uma correlação maior entre a oferta à procura do que da procura à oferta. Se há tal distinção, há ainda outras, entre essas duas categorias econômicas, cujo exame muito nos auxiliarão a compreender o fenômeno — inflação-deflação —, tão importante em nossos dias, sobretudo entre nós, por preocupar de modo intenso a mente de nossos economistas.

É lugar comum na Economia que os preços dependam da oferta e da procura. Por sua vez, diz-se que os preços

sobem à proporção que há maior procura do que oferta, e descem quando a proporção se inverte. Quando há inflação, dá-se a mesma coisa e, na deflação, o contrário. Neste caso, poder-se-ia dizer que a inflação se caracteriza por um aumento da procura em relação à oferta, e a deflação por um aumento desta em relação à primeira. Portanto, poder-se-ia afirmar que o aumento de meios de pagamento em relação aos bens, considerados estáveis, é um factor inflacionário quando aumentar o grau da procura sem o concomitante aumento da oferta, e a diminuição daqueles, será deflacionária se aumentar o grau da oferta sem aumento da procura.

Assim sendo, também poder-se-ia dar, como se dá, aumento de preços pelo aumento da oferta, sem que haja inflação de numerário; e diminuição, sem que haja deflação. Para que uma teoria possa reunir numa concreção só: preços, oferta, procura, meios de pagamento, inflação e deflação, será mister mostrar primeiramente o nexo rigoroso que os liga e o grau de influência que uns exercem sobre outros.

Não é possível, porém, realizar tal cometimento sem que se proceda o exame de cada uma dessas categorias econômicas e se busquem os elementos reais que possuem e os vínculos que os ligam estreitamente aos outros.

Ora, a procura era considerada na economia política clássica, no início, como estável, mas desde logo os economistas notaram suas relações directas com a utilidade, sua dependência, o que foi feito, sobretudo, por Menger, Jevons e Walras, por volta de 1870, estabelecendo-se, assim, seu caráter funcional e, consequentemente, variável. Para a maioria dos economistas de hoje, a procura é considerada como uma função do preço. Seria longo tentar-se fazer um apanhado geral das doutrinas sobre essa matéria, que apresentam distinções várias.

Auber-Krier, em face das diversas opiniões, conclui por dar esta definição à procura: "A procura de um bem qualquer é a quantidade desse bem que pode ser escoada a cada preço possível, durante uma unidade de tempo determinada sobre um dado mercado."

São, assim, elementos da estructura da procura:

- 1) *o bem apetecido*;
- 2) sua quantidade existente (*extensidade na procura*);
- 3) sua quantidade desejada (*intensidade da procura*);
- 4) a relação da intensidade e da extensidade condicionada pelo preço;
- 5) unidade de tempo;
- 6) mercado determinado.

Num mercado determinado, numa determinada unidade de tempo, um bem apetecido em determinadas quantidades é *procurado* proporcionadamente ao preço, e à quantidade existente.

Ora, a apetência do bem é proporcionada à utilidade que o mesmo oferece ao agente que o procura. Mas, esse agente dispõe de determinados meios de pagamento que ele compara com o preço do bem; ou seja, da onerosidade que lhe custa. Ele adquirirá o bem segundo a proporção da apetência, da utilidade, do preço e da disponibilidade de pagamento. Vê-se logo que a procura encerra uma estructura própria e funciona por leis próprias, imanentes à sua natureza. Há, assim, uma *lei da procura*.

É o que passaremos a examinar.

Contudo, ainda na economia moderna, é mantida a teoria de que a procura é função do preço de um bem particular, possível ou eventual, e que, de acordo com a oferta (conjuntamente com esta), determina o preço do mercado.

Mas para o estudo da procura é mister o exame da quantidade apetecida, procurada, num determinado tempo, num dado mercado. É, portanto, desde já essencial a consideração do tempo determinado e do mercado dado, porque os preços variam no tempo.

Qual será essa unidade de tempo? É a mesma que corresponde à oferta, conjugada à procura. Mas há variações na procura, segundo a utilidade relativa, sem que haja modificações na oferta, como acontece em relação a certos bens procurados em determinada época (como casas de veraneio, refrigerantes, alguns medicamentos, etc.).

Ademais, se a disponibilidade de meios de pagamento é fundamental na procura, não é por tê-los apenas que o agente econômico realiza a operação.

Na verdade, quem procura um bem, cuja utilidade é apetecida, dá-lhe um preço virtual, e ante a oferta feita, julgará conveniente ou não adquiri-lo. Portanto, no acto da procura, sempre intervêm vários factores psicológicos e somáticos, desde o interesse, apetência, pela utilidade do bem, até o grau de intensidade dessa apetência em face das disponibilidades dos meios de pagamento, o que exige uma escolha.

Assim, num mercado determinado, numa determinada unidade de tempo, um bem apetecido, em determinadas quantidades, é *procurado* proporcionadamente ao preço, em relação à quantidade existente, aos meios de pagamento e à intensidade da apetência.

Na procura há	<i>o agente</i>
	<i>o bem apetecido</i>
	<i>decisão da vontade (através de um juízo)</i>
	<i>quantidade existente</i>
	<i>quantidade desejada</i>
	<i>unidade de tempo</i>
	<i>mercado determinado</i>
	<i>intensidade da apetência</i>
	<i>meios de pagamento</i>

A decisão se processa através do aguilhão da apetência (sua intensidade) pelos meios de pagamento em relação ao preço da oferta. Dêsse modo, pode-se tomar a procura também como *terminus a quo* (ponto de partida): o agente busca o bem apetecido;

como *via*: no mercado, num determinado tempo, apura o preço da oferta;

(ponto de chegada): realiza-se a operação pela conveniência do preço ao agente ou não se realiza a operação.

É evidente que a procura só se realiza plenamente ao atingir o ponto de chegada.

Em face desses elementos, podem os econometristas estabelecer as diversas curvas da procura e da heterogeneida-

de da intensidade da apetência, segundo a proporcionalidade dos factores que intervêm em antagonismo, assim como o interesse em face do preço da oferta. Dêsse modo, as variações da oferta poderão estimular mais a procura ou não. É compreensível que o estudo desta exige o da oferta, porque são têrmos opostos, que têm o papel principal em relação um ao outro.

Organizaram os econometristas diversas fórmulas para matematizar a procura. É verdade que não conseguem elas acompanhar com o rigor desejado o que na realidade se processa, mas já representam um esforço em dar à Economia uma precisão que será saudável. Contudo, o que impede a precisão matemática desejada, deve-se desde logo dizer é a influência do psico-somático na procura, quando nos referimos às pessoas humanas, no que se refere ao consumo pessoal. No entanto, ao tratar-se de empresas, a sua procura de bens (matérias primas, bens reproductivos, etc.) já obedece a um rigor que é passível da matematização suficiente para dar à Economia a solidez desejada.

Assim como há uma *lei da procura*, há também uma *lei da oferta*.

A oferta é muito mais complexa que a procura.

Oferecem-se bens para adquirir outros, julgados mais úteis ou para obter uma renda, ou um poder de compra.

Como não dispõe o agente, que oferece, bens ilimitados, necessita produzi-los para *ofertá-los* em troca de outros, e como tal terá que considerar custo de produção e lucro. E à proporção que se ofereça maior lucro, aumentará a oferta, como a procura tende a aumentar em relação à diminuição dos preços. Se os preços sobem, estimulam êles a oferta e esta estimula a produção.

Portanto, a oferta consiste na disposição que faz o agente económico de determinados bens, num determinado tempo, em um mercado dado, com o intuito de trocá-los por outros de que necessita, ou com o intuito de obter um lucro.

Esta é a *lei da oferta*. A procura associa-se à oferta e dessa relação surge o preço. Quem oferta determina um preço ante o mercado, ou seja oferta com o preço fundado no mercado até então, o qual era proporcionado à procura.

Isto se dá onde há mercados organizados. Em face da procura, há a avaliação correspondente do preço.

A quantidade ofertada e o seu preço corresponde ao escoamento previsto, sem o qual o preço deverá ser modificado e a produção diminuída.

A propaganda, por exemplo, é um processo da oferta para estimular a procura, a fim de fazer escoar maior soma de bens, cujo escoamento ou manterá a produção ou a estimulará ao aumento. É fácil dai concluir sobre tôdas as combinações possíveis e todos os resultados que decorrem dos graus de intensidade e da interacção dos factores da oferta e dos factores da procura, quando ambas se encontram no mercado.

É daí que decorre a *lei da oferta e da procura*, importante lei da Economia.

Devemos considerar que o têrmo *lei* na Economia, não tem o rigor que lhe dá a Filosofia, pois naquela significa apenas a fórmula geral estabelecida *a posteriori*, após as observações realizadas pelos economistas. É verdade que muitos economistas desejam dar às leis dessa disciplina a mesma força das leis da Física ou da Matemática. A escola histórica alemã investiu contra êste rigor das leis econômicas, afirmindo a sua relatividade. Todos sabemos que as leis da Física são também relativas. Tal não se dá, porém, com a Matemática, cujas leis são eternas, embora alguns julguem que as conclusões das geometrias não euclidianas neguem êste rigor. Mas isso é fruto de ignorância, porque a validéz possível das geometrias não euclidianas não implica a negação da validéz da euclidiana. Esta, quanto aos factos corpóreos tri-dimensionais, é absolutamente válida, e nem por isso nega a validéz possível da geometria não euclidiana.

A economia política tem adquirido modernamente um grau de certeza muito maior do que o verificado anteriormente, mas nem por isso as leis que os homens captam dos factos económicos têm o rigor das leis ontológicas, das leis matemáticas, e das leis lógicas. Não quer isso dizer que afirmemos um relativismo perigoso para a Economia, mas apenas que estando esta ciéncia em formação é natural que os actuais enunciados possam ser substituídos por outros

que ofereçam maior rigor sem que os anteriores sejam totalmente falsos, mas apenas parcialmente, ou melhor imprecisos.

Dêste modo, após examinarmos a *lei da oferta* e a *lei da procura*, pode-se dizer que a terceira lei, a *lei da oferta e da procura* é aquela clássicamente já enunciada, desde que se considere uma certa margem de imprevisto, que decorre dos factores psico-somáticos, que tivemos ocasião de examinar, os quais são extra-económicos sob certo aspecto, mas que actuam no agente e no facto económico.

Volvendo ao tema da inflacção, conclui-se que o aumento dos meios de pagamento, provocados por aquela, favorecem o aumento da procura e, consequentemente, o aumento de preço na oferta, pois esta reage por meio do preço às variações da procura.

No caso brasileiro, a inflacção exige que se determine os seus aspectos e figuras económicas:

Há uma inflacção de preços, consequente ao natural desenvolvimento de um país, onde *tudo falta*, que de tudo carece (meios de produção, crédito, capitais, etc.). Há carência de tudo e, consequentemente, a inflacção dos preços é uma inevitabilidade, enquanto perdurar o processo de desenvolvimento. Ora, um país com quase nove milhões de quilômetros quadrados e com uma população rarefeita, mas em impressionante crescimento, que atira no mercado, anualmente, mais de dois milhões de novos consumidores, não pode, de modo algum, deixar de sofrer as consequências de tais factos. É uma ingenuidade pretender regular a economia brasileira segundo os padrões de povos de conjunturas completamente distintas.

A lei (*logos*) da procura no Brasil, baseia-se, como em toda a parte, nos mesmos elementos que são seus factores. Contudo, oferece um grau de intensidade muito diverso de o de outros povos. Ademais, a lei da oferta também é constituída aqui dos mesmos factores que em outros países, como os da Europa, mas os factores extra-económicos, os psico-somáticos, têm aqui uma agudeza muito maior pelas facilidades que encontra na obtenção de lucros mais amplos, que não se verificam em outros países. E a que se deve tudo isso? Deve-se à pouca cultura económica do nosso

povo, a empresários em grande parte ignorantes da Economia, e cúpidos de lucros exagerados. O velho ditado de que o apetite vem ao comer é uma verdade insofismável entre nós. Os negócios próprios de países que já viveram de certo modo sob um sistema económico de base colonial, como viveu o nosso, dão ensanchas ao lucro fácil e desmesurado. Consequentemente, desperta o apetite de mais lucro. Ademais, o mecanismo dos preços, no Brasil, favorece extraordinariamente o intermediário encarecedor, que é o distribuidor da riqueza nacional.

A lei da oferta e da procura, aqui, é manejada pelas práticas dardanistas (as quais consistem em diminuir intencionalmente a oferta, ocultando estoques), criminosamente usadas por grupos que dominam os transportes e a produção agrícola, sempre endividada e dependente dos pretensos defensores da nossa produção. Dêsse modo, é fácil controlar o mercado e fazer variar o factor *quantidade de bens* na oferta, obrigando a um sempre crescente aumento dos preços.

Um aspecto de que jamais deveriam esquecer os nossos economistas é o da nossa fundamental ligação à economia portuguesa. Portugal foi o país clássico da inflacção endémica, e esse país registou uma continuidade regular no aumento sempre crescente dos preços. Ora, nossa economia fundou-se na esquemática da economia portuguesa. Sabemos que, há oitocentos anos, Portugal embrenhou-se no caminho da inflacção, e jamais saiu dêle, senão sob a acção de Salazar, que, neste ponto, é dever reconhecer, realizou um verdadeiro *milagre*. Portugal foi durante o domínio dos reis conquistadores um país totalitário, em que o comércio exterior era dominado pela casa Real. Esta se interessava, sobretudo, por soldados, marinheiros, grandes conquistas e bens vindos de outros países colonizados. Era tal a preocupação pelas especiarias, que Portugal importava até galinhas, alimentos comuns, porque não lhe interessava propriamente a produção, mas sim os *meios de pagamento*, pois, com êstes, podia obter tudo o que quisesse. Dêsse modo, Portugal, extraindo riquezas das colônias, enriqueceu os outros povos ao adquirir os bens mais elementares que poderia produzir em sua própria terra. Enriqueceu outros países, enquanto corria os riscos da conquista e da obtenção de especiarias, e das riquezas em ouro, prata e pe-

dras preciosas, que os outros povos canalizavam para seu território em troca de alimentos, e objectos de luxo. Que conceito do custo poderia ter um povo cuja riqueza era produto da aventura?

Por outro lado, o rei de Portugal solucionava suas necessidades financeiras pelos processos mais inflacionários que se conhecem: curso forçado de uma moeda constantemente desvalorizada, pagando preços que pedissem para a aquisição do que necessitava, pois pagava com bens obtidos pelos navegadores e capitães, etc. A economia portuguesa só poderia ser o que foi e, consequentemente, a nossa teria de sofrer dos mesmos esquemas que a outra construiu e transmitiu ao nosso povo.

A inflação brasileira não tem apenas como causa as emissões fiduciárias do nosso governo para cobrir seus déficits sempre constantes.

Por outro lado, nossa balança de pagamentos não é favorável sempre, e, quando o é, nunca alcança os níveis desejados, capazes de cobrirem déficits e impedir a desvalorização constante da nossa moeda. Ademais, a nossa imaturidade econômica impede que a inflação não seja galopante, pois há aqui não só uma inflação de moeda, mas também uma inflação de preços, e os factores que actuam nesta não se reduzem apenas às emissões, nem aos aumentos de salário.

A acção inflacionária decorre dos seguintes factores, cada qual influindo em graus vários:

- 1) deficit orçamentário;
- 2) balança comercial pouco favorável;
- 3) corrupção administrativa generalizada com o agravamento da impunidade;
- 4) funcionalismo superior às necessidades do governo, em que são melhor pagos os que menos produzem;
- 5) exército superior às possibilidades financeiras do país;
- 6) espírito burocrático emperrador, obstaculizador e desanimador;

7) mentalidade agrária num país que se industrializa. (Note-se, como exemplo, o excesso de feriados, que tanto prejudicam a produção. Num país agrário, os feriados não têm poder encarecedor, porque o que não se faz hoje pode fazer-se amanhã, a colheita não iniciada hoje, pode ser realizada amanhã. Mas o que, na indústria, não se fêz hoje, não se recupera mais. Se partimos para a industrialização, não podemos permanecer com esquemática agrária).

8) Penetração do espírito burocrático nas grandes empresas, em que a administração torna-se cada vez mais cara.

9) Falso sentido da organização. (A organização é a disposição dos meios mais hábeis para atingir fins com o mínimo esforço. Aqui se confunde organização com complexidade administrativa, à semelhança da realizada pelo governo).

10) O culto universal à "caixinha", à "graxa", aos "presentinhos", seguida dos processos corruptivos para obter vantagens extra-legais.

11) Obstaculização dos negócios. (Talvez com exemplos se explique melhor: aquél que tem de fazer uma coisa hoje deixa-a para amanhã, encarece indirectamente e auxilia o processo inflacionário. Aquél que se demora na realização de uma providência, encarece-a; aquél que marca um encontro e não comparece, prejudica outros, e encarece; aquél que obstaculiza alguma coisa por razões de menor importância, encarece; o banco, que cria embargos a um negócio, sem razões plausíveis, encarece; o que não paga sua conta no vencimento e o faz dias depois, encarece; o que atrasa a resposta de uma carta comercial, encarece, etc., etc... Poder-se-iam citar inúmeros exemplos, mas cremos que estes são suficientes para fazer ver a cada um quanto contribui ele para inflacionar. Que cada um faça seu exame de consciência).

12) Diminuição na productividade, em consequência da acção demagógica, realizada por pretensos amigos dos trabalhadores, que incutem neste o descaso pela acção produtiva e, deste modo, encarecem a produção, tornando assim mais aflita a situação do trabalhador, pois é inevitável o aumento dos preços e, consequentemente, a solicitação rei-

teirada de aumento de salário. Por outro lado, a ignorância do nosso trabalhador sobre os assuntos econômicos, leva-o a uma série de práticas contrárias aos seus próprios interesses. Quando ele gasta mais para produzir uma coisa, esquece que irá adquiri-la por preço mais alto, não a que produz, mas outra que outro trabalhador produziu, e que procedeu do mesmo modo que ele.

13) A prática do dardanismo, que é endêmica no país. Impede-se, por todos os meios, que escoe para o mercado uma soma muito elevada de utilidades, o que provocaria a baixa nos preços. Para garantir os proveitos actuais sabota-se a produção, deixam-se apodrecer quantidades imensas de cereais, realiza-se uma acção, que leve ao desânimo os productores agrícolas. Esta obedece a vários processos: a) preço baixo pela produção agrícola; b) a parte do leão é dada aos intermediários; c) falta de assistência, de crédito ao productor agrícola (as carteiras agrícolas funcionam quase exclusivamente para dar créditos que não serão aplicados propriamente na agricultura, mas servem para coonestar inúmeras negociatas); d) é mister favorecer o êxodo do campo para manter o mercado de trabalho estável nos centros industriais. (Aqui se verificam as práticas mais hediondas e nunca suficientemente denunciadas).

14) Influência da esquemática *colonialista passiva*, que leva a julgar o valor de uma coisa pelo seu preço (Quanto mais caro, mais vale). Nossa gente compra preço! O novo-rico, o que é inevitável nos países em formação, compra preço. Vale para ele o que custa mais caro. O preço elevado dá valor à mercadoria, e permite dar-lhe um motivo de "prestígio social".

15) As obras sumptuárias. Herdamos dos antigos portuguêses o gôsto pela exterioridade. É a exibição da sala de visitas régia, com o resto miserável. É o reinol, que vestia veludo (em pleno verão, com todo o calor), mas que tinha roupa íntima remendada. Na linhagem popular o refrão verdadeiro: *comer feijão e arrotar carne de porco*. Nossos políticos são por vocação verdadeiros "manéis fogueteiros".

16) Os gastos de magnificência exterior. Somos capazes de gastar o que não podemos, apenas para dar a impressão de magnificência que não possuímos, que é também de origem colonialista.

Ao fazermos alguma coisa, procuramos o *gigantesco* (forma já viciosa do quantitativismo, que já é viciosa: é víncio de vício). Se fazemos uma exposição industrial, queremos que seja a *maior do mundo*, senão em qualidade pelo menos em quantidade, senão em quantidade, pelo menos em área, que ocupe a maior área do mundo, como a Exposição do Ibirapuera, em que eram preciso pernas de atleta para percorrer os pavilhões colocados a grande distância uns dos outros, a fim de ser ocupada a *maior área do mundo*, para "orgulho nacional". Constituiu-se uma capital em menor tempo que em qualquer outro país. Não importa que seja uma cidade monstruosa, a questão é que seja imensa em área. É a magnificência de reis que exibem mantos de pedras preciosas, mas tomam banho duas vezes por ano. É mister um parêntese: desculpe o leitor o intempestivo dos nossos têrmos, mas há certas coisas tão ridículas que não merecem expressões eufémicas.

17) A Economia é apenas ensinada para os que desejam especializar-se na matéria. O resto da população continua ignorante do que consiste ela. É também uma razão, um motivo, mas que denuncia outra. Há interesse em manter a ignorância do povo neste sector, pois, do contrário, como se poderia fazer o que se faz?

18) A propaganda da corrupção. Os heróis nacionais são: o *amigo da onça*, desprezível manifestação de humorismo barato, mas que serve para corromper; *Zé Carioca*, uma expressão ofensiva ao carioca de brio; o *moleque*, o *malandro*, cuja esquemática é aceita gostosamente até nas altas rodas, onde se imita a sua gíria, seus modos; o elogio cultural da favela, embora se deplore o seu aspecto econômico; a divinização dos "malandros encasacados", dos políticos manhosos, do *golpe*, sonho de tantas mentes juvenis; do mentiroso, do homem do campo vencido pela desgraça, o caipira, o jagunço, o marginal. Como nunca fomos candidatos a cargos públicos nem nunca o seremos, não estamos forçados a incensar as multidões, nem a elogiar desmedidamente todo mundo (1).

(1) Somos obrigados a cair numa linguagem de polêmica, porque é tão ignominioso ao que assistimos que, só para profligar tais erros, somos obrigados a usar expressões cáusticas.

19) A descrença nas nossas verdadeiras possibilidades e a desvalorização do que fazemos ou podemos fazer. De vez em quando há um desmentido à descrença geral; superamos outros povos em diversas modalidades do esporte, na arquitetura, em certos pontos da técnica, etc. Como é isso possível? Mas se dá. E por que não poderia dar-se em outros sectores? Será que tais factos não são suficientes para gerar a dúvida sobre a nossa incapacidade? Não é a valorização do que é apenas europeu uma manifestação colonialista?

20) A ascensão dos mediocres aos postos de mando. Há uma selecção pelo pior. Quando surge alguém que poderia realizar alguma coisa em nosso benefício, todos acorrem para destruí-lo. Nega-se o valor de quem tem, para afirmar o de quem não tem. Como impedir os desmandos, se quem manda não sabe mandar nem tem competência para tal?

21) Precipitação nas medidas financeiras. O que se fêz com bom êxito num país desenvolvido, pode ser aplicado com êxito bom entre nós? Talvez sim, talvez não. Basta o êxito verificado para convencer que, também aqui será exitoso. E o malôgro inevitável sobrevém. Imitamos práticas e não aprendemos a lição que a nossa prática nos dá. Procura-se aplicar uma medida financeira ou econômica, considerando-se apenas o aspecto financeiro e econômico, sem considerar o que é *extra-scientiam*. As previsões são desmentidas. Volta-se atrás, copiam-se novas medidas, aplicam-se outras já experimentadas em outros países. Os malogros somam-se aos malogros. E ninguém pode entender por que tal se dá. O estarrecimento é geral. De vez em quando ao se aplicar uma "medida errada" em relação ao que já se fêz em outros povos mais desenvolvidos, acerta-se inesperadamente. A confusão cresce. E cada vez os que pensavam que sabiam mais, começam a ter a pálida dúvida que sabem menos.

22) O desejo do enriquecimento rápido leva à prática de negócios absurdos, ao desejo de lucros imensos, o que é próprio do período paleotécnico que ainda domina a nossa economia.

23) A pouca agudeza da vida, pois neste país é possível viver-se com muito pouco, não estimula as forças

productivas da população. A propaganda da preguiça é maior que qualquer outra propaganda constructiva. Valoriza-se o "sombra e água fresca", erguem-se ditirambo à rême, ao decúbito dorsal, ao *dolce far niente*. Uma música sem inspiração, de letras dissolventes, é propagada como o supra-sumo da criação nacional. O samba, a mais dissolvente das músicas, verdadeira excrescência, documento de incapacidade criadora, é exaltado, em detrimento da música verdadeiramente folclórica, legítima e constructiva. A arte da favela é o supra-sumo da criação estética popular, alimentada por uma propaganda que seria ridícula se fosse ingênua, mas que leva atrás de si uma inteligência malévolas, o que a torna ignominiosa.

24) A herança da esquemática do escravagismo. O trabalho escravo era odioso e é. Daí a odiar-se o trabalho como uma queda, como uma precipitação ao inferior, foi um passo. O carácter de desagradabilidade que se empresta ao trabalho é próprio dos países que passaram pelo escravagismo. Os povos que viveram livres dêsse sistema odioso encontram "prazer no trabalho", e podem falar da "alegria de trabalhar", o que nos soa, geralmente, como estranho e impossível.

24) Outro factor de inflacção é o custo elevado da moeda, os altos juros que são pagos e a dificuldade em obtê-la;

25) A má organização dos transportes, seu alto custo, a má organização das companhias estatais, com fretes elevados e toda a soma de obstáculos que oferece.

Vemos assim quantos factores extra-económicos, como jurídicos (leis precipitadas e mal adequadas), éticos (corruptibilidade fácil), sociológicos (primarismo de certos estamentos sociais), pedagógicos (ignorância das leis económicas), técnicos (incipiência de métodos), políticos (incompetência geral dos administradores), históricos (esquemáticas incorporadas de outros povos e dos que fundamentaram a população maior do país), em suma, factores das mais várias origens, que actuam quase livremente, sem encontrar óbices ao seu desenfreio.

Alegam alguns economistas que o aumento da produção não pode resolver a inflacção. Naturalmente é mister

saber qual inflacção, não tomada em sua generalidade, mas em sua especificidade.

Se a inflacção num determinado país é agravada sobre-tudo pelas exageradas emissões do Estado, para cobertura de déficits orçamentários, realmente não há produção capaz de resolvê-los. Mas se tais emissões são relativamente pequenas e aplicadas em obras reproductivas, ou se se dão num nível que não ultrapasse em muito o de aumento da produção, este poderá dinâmicamente compensar a inflacção, e evitar a alta exagerada dos preços, com todo o seu cortejo de perturbações económicas e sociais.

Se, no Brasil, nossa produção apresenta apenas um índice de aumento de 2 a 3%, que é inegavelmente baixo, e o Estado prossegue com déficits orçamentários cada vez maiores, não há solução nenhuma para os efeitos catastróficos da inflacção, que alcançará as mesmas consequências que teve nos países que não puderam contê-la, chegando aos seu últimos limites.

A preocupação maior não é a de considerar apenas o aumento da produção, pois se nossa população aumenta de 2½% a 3% por ano, um aumento nesse nível é irrisório, pois a população aumenta nessa base. É mister ainda que se dê o aumento de productividade, que é intensista; ou seja, que o índice de custo do producto se reduza cada vez mais.

Sem tais providências paralelas à diminuição do deficit orçamentário, sem lançamento do recurso do aumento de impostos, é impossível evitar os resultados pavorosos que terá a nossa inflacção.

São em suma tais os factores, que no Brasil actuam para realizar a inflacção dos preços. Não basta que procuremos soluções financeiras, se não procuramos outras soluções, como: mudança da nossa esquemática em face da productividade; b) aumento desta pelo financiamento racional à indústria de toda espécie; c) educação económica, através da mobilização de todos os meios de propaganda em vista de organizar uma nova esquemática que nos incorpore, de vez, na sociedade industrial na qual penetraremos.

Contudo, no referente à inflacção, motivada pelas emissões e pela desvalorização da moeda, trataremos no tópico

correspondente à moeda. Desde já queremos salientar que não nos dedicamos neste trabalho sóbre a inflacção e a deflação, e nos outros, apenas ao âmbito da Economia e das Finanças, pois consideramos que tais problemas não podem ser resolvidos apenas seguindo-se a linha especialista, mas sim a generalista, que a concepção concreta nos pode oferecer, porque tal problema não é apenas económico, mas invade o sector de matérias extra-económicas (éticos, sociológicos, psicológicos, etc.), que por sua vez actuam para agravá-lo.

É o que já demonstramos, e ainda o faremos com maior cópia de argumentos.

A MOEDA E A ACTUALIDADE BRASILEIRA

Relembrando o que escrevemos sobre a moeda, desejamos agora frisar outros aspectos que não foram examinados naquele artigo, e que nos dizem respeito mais directamente.

Realmente, há, neste sector, uma grande divergência de opiniões e as teorias têm sido as mais antagônicas, a ponto de qualquer economista que queira tomar uma posição e defender uma tese encontrar a seu favor conspícuos autores, de cujas obras poderá extrair os elementos argumentativos que desejar para a defesa da sua posição. Então, se quiser ter o apoio de *autoridades* as terá na quantidade desejada, porque, neste ponto, a Economia como as Finanças estão povoadas das teses mais desencontradas, defendidas por homens de renome e de prestígio na matéria.

Vamos alinhar as diversas maneiras que se têm proposto para considerar o que é moeda, que compendiamos dos diversos tratados que tivemos oportunidade de compulsar.

Assim a moeda é:

- 1) riqueza;
- 2) um producto;
- 3) um direito que confere um poder de compra;
- 4) um intermediário de trocas (Aristóteles, Say);
- 5) um facilitador de trocas;
- 6) um símbolo (proteico);
- 7) um instrumento de actividade econômica;
- 8) intermediário de trocas ou apenas intermediário de avaliações (Colon, Gonard);
- 9) instrumento de liquidação de dívidas recíprocas (Cas sel);

- 10) meio de arbitragem entre os preços das mercadorias, tomadas duas a duas (Walras);
- 11) um crédito garantido sobre o "estoque" de metal precioso, que serve de cobertura à emissão dos bilhetes de banco;
- 12) um instrumento de consumo e não de poupança;
- 13) um instrumento apenas de poupança;
- 14) reservatório de valor (Rist);
- 15) soma do poder de aquisição;
- 16) crédito sobre a produção;
- 17) direito abstracto de comprar;
- 18) unidade de conta;
- 19) instrumento de transporte de reservas;
- 20) medida comum de valores e dos serviços (Trudrys, Perreaux);
- 21) instrumento de pagamento (Stigl, Permotte);
- 22) dinheiro (É mister distinguir *moeda* e *dinheiro*. A moeda, como numerário, é representativa do *dinheiro*. Este tem um valor estável, e aquela não. É verdade que são poucos os economistas que fazem distinção entre moeda e dinheiro, e estes mesmos fazem-na apenas relativamente. Gostaríamos de mostrar aqui as diferenças mais profundas que há entre ambas, mas já estaríamos no terreno propriamente das Finanças e não no da Economia. Contudo, oportunamente, as distinções que se tornarem necessárias, teremos ocasião de chamar a atenção para elas);
- 23) um instrumento de troca (Guignabaudet, Nogaro, Nogelle);
- 24) um instrumento de troca e de crédito;
- 25) mercadoria (Marx, Withers);
- 26) meio de compor a troca (Honnbertel);
- 27) mercadoria-standard (Chappey);
- 28) poder de compra (Pose);
- 29) valor abstracto (Triers);
- 30) matéria, além de medida e poder de compra (Rivain);
- 31) convenção;

- 32) valor constituído, ou seja: síntese do valor de uso e do valor de troca (Proudhon);
- 33) expressão do trabalho;
- 34) capital;
- 35) instrumento de conta;
- 36) direito (Gaël Fain, Lansburg);
- 37) representante do valor;
- 38) sinal de valor;
- 39) fração da renda global de um país determinado, efectivamente consumida durante a unidade de tempo (Mattrien).
- 40) um instrumento de circulação (Cauwès);
- 41) o instrumento marcado pelo poder soberano (Jeoves);
- 42) apenas um crédito (Baudin, Aftalion);
- 43) valor juridicamente instituído (Knapp).

Poderíamos ainda alinhar outras, mas, propriamente, já estão contidas nesses enunciados. Algumas parecem iguais, mas apresentam, contudo, certas nímias distinções que não deixam, contudo, de carecer de importância. Até agora foram estas as conceituações que nos foi possível coligir da matéria, mas estamos certos de que deve haver ainda muitas outras, que não nos ocorrem ou que nos passaram despercebidas, como ainda outras que desconhecemos.

Vê desde logo o leitor que não é possível discutir Economia, fundando-nos em *autoridades*. Assim como na Filosofia a única autoridade é a demonstração e a demonstração rigorosa, também deveríamos exigir o mesmo para a Economia. É verdade que há os literatos do filosofismo, que fazem filosofia, expressando as suas vivências pessoais, e não saem do campo do assertórico. E alguns até se projectaram como grandes filósofos e fizeram e fazem escola. O não se ter compreendido que em Filosofia a única autoridade é a demonstração rigorosa, como o é também na Matemática e na Lógica, e que na Ciência experimental é a experiência, segundo regras e provisões rigorosas, é causa de tanto trabalho filosofista, de tanta literatice famosa, de tanta confusão. É natural que, para conhecer isso tudo, nem uma vida, nem um milhão de vidas é bastante para tal. Mas, para saber-se demonstrar uma a uma as teses

fundamentais da Filosofia, uma vida é mais que suficiente. Quando os pitagóricos, indevidamente apontados como cultores da autoridade, diziam *autos ephas*, (ele mesmo falou), que se traduziu pelo *Magister dixit* latino, e pelo o *mestre disse*, no vernáculo, não se referiam à pessoa de Pitágoras. O mestre é a verdade, é a demonstração. Assim como nós dizíamos ao demonstrar um teorema de geometria Q. E. D., *quod est demonstrandum*, o que cabia demonstrar, como fecho da demonstração, os pitagóricos diziam *autos ephas*, o mestre disse, o mestre-verdade, a demonstração falou verdade; ou seja, é ela a autora da demonstração, pois a demonstração é criada pela verdade. Era essa a autoridade e não um homem, mesmo que esse homem fosse Pitágoras, o menos conhecido dos filósofos, o mais falsificado, o mais incompreendido, mas o que realmente iniciou a Filosofia e não o filosofismo, e o que presidiu com seu espírito tôdas as grandes criações filosóficas posteriores, mesmo a daqueles que julgavam não segui-lo. Estes apenas faziam uma caricatura das suas idéias, e defendiam outras que nada mais eram que as verdadeiras idéias do mestre de Samos. É o que demonstramos em nosso "Pitágoras e o Tema do Número".

Vamos, primeiramente, ver o que a moeda não é, para depois vermos o que ela poderia ser, e, finalmente, se possível, o que ela realmente é.

Como nesta obra desejamos apenas trazer as contribuições mais importantes da Economia para o estudo dos temas sociais, não nos será possível realizar a crítica dialéctica que desejaríamos fazer em torno dos temas principais desta matéria senão na medida e na exigência da matéria em exame. Talvez um dia se tivermos força para tanto, e tempo suficiente, tentaremos realizar esse trabalho tão necessário, que consistirá em tratar a Economia pelo método dialéctico concreto. Será então uma Filosofia Concreta da Economia, seria tratar esta *a modo philosophico*, não porém ao modo do *filosofismo*, mas ao modo da filosofia positiva, da filosofia concreta, aquela que demonstra o que afirma e não apenas se funda em asserções. Contudo, isso não impede que, por ora, possamos fazer alguma coisa, dentro da orientação desta obra e nos limites de nossas forças.

Mathieu: "Até para os que estão animados da mais irredutível hostilidade em relação à dedução e à especulação puras, é difícil negar que apenas a observação não pode conduzir ao menor resultado prático se ela não é precedida de uma certa *intuição*, e se não é ela acompanhada, ao menos vagamente, de uma idéia preconcebida: a *hipótese*."

Examinando-se as concepções da moeda, pode-se desde logo verificar que a tôdas cabe alguma positividade, porque realmente a moeda, de certo modo, é tudo quanto nas diversas concepções foi definida. Contudo, o que não ressalta com a mesma evidência é a afirmação pura e simples de ser apenas o que afirmam, ao negarem o que outros propõem. Há, assim, verdade no que afirmam, e falsidade no que negam.

De início, sem dúvida, a moeda foi uma mercadoria, contudo não é apenas uma mercadoria, já que esta, de qualquer modo que seja, poderia ser tomada como moeda, pois podemos considerar o valor de tôdas as coisas econômicas segundo uma determinada, por exemplo, dizer *quanto* é em trigo um sapato, um chapéu, um terno de roupa, etc. Enquanto mercadoria, a moeda é riqueza, um producto, um intermediário de compras, um intermediário de trocas, um direito sem dúvida, um instrumento de actividade econômica, um facilitador de trocas e de operações econômicas dessa espécie, um crédito, um instrumento de consumo e também de poupança, um reservatório de valor, uma soma de poder acquisitivo, um crédito sobre o que possa produzir, um direito de comprar, uma unidade de compra, um instrumento de transportes, de reservas, uma medida de valôres e de serviços, uma unidade de conta, um instrumento de pagamento, um poder de compra, expressão do trabalho, capital, um instrumento de circulação, etc. A moeda é tudo isso. Mas, quando se procura saber o que uma coisa é não se indica, quando a estudamos filosóficamente, apenas as suas funções, a utilização que pode ter, o papel que pode desempenhar, o significado que tem, mas, sim, o que é, o que é em sua essência. Ora, tudo quanto é accidental numa coisa é proporcionado à sua essência. Neste caso, a essência da moeda tem de estar em proporção com tudo quanto ela pode representar, pode actualizar, pode ser, pode significar. Precisamente, na caracterização nítida da sua essência, é que os economistas encontraram a maior dificuldade, pois é aí que as divergências surgem, é aí que os cami-

nhos divergem e se entrecruzam, é onde as controvérsias brotam e as dificuldades aumentam a ponto de situar a Economia numa situação, como aquela de que falava Montesquieu: não é que os economistas sejam pequenos, é que a sua ciência é demasiadamente grande para ser alcançada por eles.

Inúmeras têm sido as obras que se escreveram sobre a moeda, e não haveria tempo a ninguém que quisesse acompanhá-las, nem memória possível para reter tantas idéias e opiniões. Só nos resta procurar outros caminhos e êsses são os que nos oferece a *filosofia concreta*. É mister dispor o tema da moeda seguindo as providências dialécticas daquela filosofia, porque se não fôr ela capaz de nos dar um sentido claro do que realmente ela é, teremos de esperar que outros mais poderosos o façam, já que até aqui nada se conseguiu trazer que pudesse ser julgado como definitivo.

Em primeiro lugar, é mister que se compreenda que podemos entender a economia em sua actividade sem a moeda. Há povos que tiveram e têm organização da vida económica sem usá-la, nem conhecê-la. Dêsse modo, não é imprescindível para que haja uma vida económica que a moeda exista. A sua ausência não ausenta a possibilidade da actividade económica. Portanto, a produção e o consumo, como extremos da vida económica, não a implicam necessariamente.

Se não é algo essencial à Economia é, portanto, acidental, algo que acontece àquela. Se pensarmos em sua gênese, notamos que nasceu ela com uma finalidade; ou melhor, impõe-se ao homem como um meio de facilitar a própria actividade económica, primeiramente facilitando as trocas fundamentais entre o productor e o consumidor e, a seguir, representando uma poupança, tanto de um como de outro, servindo, depois, de crédito, tanto para um como para outro e, finalmente, recebendo um valor constituído, com uma chancela jurídica de seu valor. Quando mercadoria, valia ela o que era em sua ensidade económica; como papel moeda, o valor que ela significava.

Como mercadoria, valia o que valia, com as alterações de valor da própria matéria económica que era. Dêsse modo, a moeda, como mercadoria, com valor intrínseco, era, *materialmente*, o que sua matéria económica era e valia,

e, *formalmente*, era um instrumento económico, que significava em sua unidade a unidade de valor económico de qualquer operação em sua especificidade.

Ora, sabemos que a moeda cunhada tinha um valor permanente no início, o valor da matéria que possuía, ou seja relativamente à permanência de valor desta. Mas os governos, que sempre têm grandes dificuldades monetárias, dispõem menos de moeda do que gastam, usaram o recurso, a princípio bem desonesto, de mudar o título da moeda, ou seja de diminuir a matéria valiosa, por meio de combinações ou por diminuição da mesma, embora mantendo o mesmo valor que expressava, segundo o nome que possuía. Vê-se que era distinguível um *valor real* e um *valor nominal*. O *valor real* é o que a moeda cunhada tem segundo a matéria que possui, e *nominal*, o valor do nome que recebe. Assim, se a moeda é escudo, e é de ouro, o valor real do escudo é o valor do ouro em sua proporção com outro metal, ou seja, o seu *título*, e o *nominal* é o valor do estudo tomado como significado económico. Ora, como o valor nominal não mais corresponde ao anterior valor real, mas ao actual, êsse escudo se desvaloriza. Conseqüentemente, a moeda valoriza ou se desvaloriza consoante o grau de significabilidade que tem ela em relação ao valor real. Esta é uma verdade simples, mas segura, e que teria de perdurar, naturalmente, na consciência dos economistas, como perdurou, e como tal é insofismável.

Mas, então, por que há tanta celeuma em torno da moeda em nossos dias?

Pela simples razão de que a moeda hoje usada não é mais, ou apenas não é, a moeda de valor intrínseco, mas a moeda de valor extrínseco, o papel-moeda. Esta aponta a um valor e seu valor é valor de significabilidade, e não propriamente a matéria que a compõe. Não vale por esta, mas pelo valor que ela indica. Ora, se o valor que ela indica permanece o mesmo e o papel-moeda também permanece na mesma quantidade, ela vale o que ela vale. Mas acontece que o Estado, com as suas proverbiais dificuldades financeiras, necessita pagar o que gasta e o que deve e tem de fazê-lo por meio de papel-moeda e como o seu débito é escriturado em unidades dêsse papel-moeda, a solução mais simples é *emitir* mais papel-moeda e assim *pagar* o débito que tem. Essa emissão, sendo um aumento de papel-moeda,

redunda numa diminuição da significabilidade real do mesmo, embora sua significabilidade nominal permaneça a mesma. Diz-se, então, que a moeda se desvalorizou. Vimos o modo de desvalorizar-se a moeda cunhada e, agora, o modo de desvalorizar-se a moeda-papel.

A proporção é, portanto, simplíssima:

aumento de papel-moeda sem aumento do significado real: desvalorização da moeda;

aumento do papel-moeda com proporcionado aumento do significado real: paridade da moeda;

permanência da quantidade de papel-moeda, com aumento do significado real: valorização da moeda;

aumento do papel-moeda, com aumento maior do significado real: valorização proporcional da moeda.

Vê-se, portanto, que falta descobrir qual o significado real da moeda ou seja: *que valor o papel-moeda significa*.

Colocado o problema assim já não consideramos mais; ou melhor, deixamos para trás, todos os aspectos acidentais da moeda, para nos preocuparmos agora pelo que é da sua essência.

Sendo o papel-moeda um significante de valor econômico, vejamos o que se exige de essencial para um significante. O termo genérico que se dá é *sinal*. Mas os sinais podem ser arbitrários ou naturais, ou seja: os primeiros são aquêles que significam *convencionalmente*, os segundos são aquêles que têm uma *analogia* com o significado, como o demonstramos em nosso "Tratado de Simbólica, e são os *símbolos*". Há muitos filósofos que confundem símbolos com sinais. Realmente, o símbolo é genericamente um sinal, mas especificamente se caracteriza pela analogia que tem por participação com o significado. Essa participação, como vimos naquela obra, é formal ou pode ser real. No caso da moeda-mercadoria esta tem um valor econômico em si mesma, e a sua participação com a economia seria real. Teria um valor análogo a qualquer outro valor econômico em si mesma, e a sua participação com a economia seria real.

Teria um valor análogo a qualquer outro valor econômico. Quando se trata do papel-moeda, temos de distinguir o *convertível* e o *não-convertível*. O convertível tem uma analogia com o valor econômico, porque significa uma matéria de valor econômico e o não convertível tem um valor não real, mas abstracto, como o diriam alguns economistas, e nós diríamos então um valor de significação quanto a um significado de valor econômico. Enquanto se trata da moeda convertível, as dificuldades não são tão grandes, mas quando se trata de moeda não-convertível é mister precisar qual o valor econômico ao qual ela se refere ao significá-lo. Como não é um valor determinado especificamente, pois não significa café, cacau, algodão, trigo especificamente, significa genericamente tudo isso, segundo a sua unidade de valor, podemos traçar o seguinte esquema:

a) a moeda papel convertível significa, segundo sua unidade, o valor econômico, tomado também unitariamente, da *matéria* que significa:

b) a moeda-papel inconvertível significa o valor unitário tomado abstractamente do valor econômico.

Neste último caso, a moeda-papel inconvertível vale o que elle vale. Assim o cruzeiro só vale o que o cruzeiro significa em valor econômico tomado abstractamente.

E qual é esse valor econômico, então? Como não é uma moeda lastreada por um determinado bem econômico de valor, como era o ouro, ou a prata, como vimos ao examinar os sistemas metalistas, só pode significar o que o país produz econômicamente. O valor do cruzeiro, portanto, é proporcionado à produção, o que pode produzir ou o que com elle se pode comprar.

Neste caso, quem lastreia o cruzeiro é a produção nacional. E como essa produção se destina ao mercado interno e ao mercado externo, seu valor é dado pelo valor do que produz, segundo o mercado interno e o externo.

Não é de admirar, portanto, que exerçam ação valrativa ou desvalorativa no cruzeiro as variações que sucedem no mercado interno como no externo.

Ora, o que se dá com o cruzeiro dá-se com qualquer outra moeda da mesma espécie, ou seja moeda-papel não con-

vertível. Que vale o dólar? O que com o dólar se produz em relação ao mercado ao qual se destina a produção. Se com dólar se pode adquirir tudo, vale tudo, na sua proporção; se com cruzeiros só se pode adquirir pouco, na sua proporção, vale êsse pouco.

Tome-se por exemplo o valor do cruzeiro numa determinada época; ou seja, considere-se o cruzeiro em circulação e se compare com a produção nacional.

Nesse caso, a produção se é X e os cruzeiros em circulação são 1.000, o valor do cruzeiro seria $X/1.000$. Toma-se aqui uma unidade determinada de tempo e a produção considerada nesse lapso de tempo, digamos um ano.

Se no ano seguinte, emitiram-se mais cruzeiros e a produção permaneceu a mesma, o cruzeiro se desvaloriza, pois teríamos, no caso de 2.000, $X/2.000$, e a desvalorização seria de 50%; ou seja, o cruzeiro, como meio de compra, comprará apenas a metade, porque os preços subiriam na proporção da desvalorização. Longe de nós querermos aqui, com tais exemplos, dar a entender que consideramos a Economia capaz de ser matematizada de modo tão rigoroso. Queremos apenas indicar uma proporcionalidade, salvante as diferenças, que se observam nos factos sociais, que não permitem a matematização, que é aplicável aos factos físicos. Nestes, ainda, essa matematização não tem também uma precisão absoluta.

O que dissemos aqui com tanta simplicidade é, contudo, a verdade económica e financeira, e tanto o é que tôdas as tentativas de valorizações artificiais, ou por meio de artifícios jurídicos ou por providências despóticas do poder estatal, não conseguiram modificar êsse panorama.

Note-se que nem com o brutal e omnímodo poder soviético, conseguiu o governo russo impor um valor artificial ao rublo. Com todo o aparelhamento policial, com campos de concentração, pelotões de fusilamento, não pôde impedir a desvalorização do rublo e o mercado negro. E não pôde, porque a Economia pode ser entravada, obstaculizada, prejudicada pela Política, mas os valores económicos criam-se economicamente e não por providências meramente políticas.

Volvendo ao tema da moeda inconvertível, verifica-se que o valor dela é proporcionado ao montante do valor da actividade económica. Precisemos, porém, o que desejamos dizer. É comum falar-se na *renda nacional*, considerando-se incluso nesse conceito tudo quanto é produzido num país, num determinado período de tempo. À primeira vista, o conceito é claro. Mas desde o momento que se procura precisá-lo, transparecem-se grandes dificuldades, e neste sector há tremendas controvérsias entre os economistas, bem como reconhecem a grande dificuldade em determinar estatisticamente essa renda nacional, global, que inclui tôda a actividade económica de um país.

Sem dúvida é assim. Mas é mister reconhecer que devemos entender como actividade económica tudo quanto se refere à produção de bens e de serviços e o consumo correspondente. Nesse caso, verificar-se-ia que a significabilidade da moeda inconvertível é bifronte, pois tanto aponta à produção como ao consumo. Assim, o cruzeiro vale o que com um cruzeiro se pode produzir e o que com um cruzeiro se pode consumir e com o que com um cruzeiro se pode prestar em serviços.

É desde logo patente que a precisão nítida, matemática, precisa do seu valor, torna-se praticamente impossível, ante a variância imensa dos factos económicos e a heterogeneidade das operações e da accidentalidade correspondente às mesmas.

E as razões são várias, e entre elas podemos salientar as seguintes: se a emissão da moeda inconvertível destina-se directamente ao consumidor, êste poderá poupar-a e poderá empregá-la para adquirir bens de que necessita. Neste caso, a procura aumenta na proporção dessa destinação. Conseqüentemente, os preços são estimulados a subir. (Note-se que falamos em estímulo, porque, como salientamos ao estudar o mecanismo dos preços, o factor psico-somático e outros factores com raízes psicológicas actuam no aproveitamento do interesse do comprador e a visão de lucros maiores leva ao aumento dos preços, já que êstes não sobem apenas pelo mecanismo entre oferta e procura, como demonstramos ao tratar de tais temas). Essa moeda das mãos dos intermediários tende a dirigir-se para o productor e estimula, por sua vez, a produção, enquanto os preços permanecem na posição que alcançaram. Aumentando-se a oferta, dá-se

o inverso, não numa proporção rigorosa, mas relativamente à capacidade de compra do consumidor, tendendo os preços a descerem. Dentro desses fluxos e refluxos, actua a economia chamada liberal, dizem todos economistas. Mas, se se observarem os factos, tal não se dá sempre nem precisamente assim, porque há muitos recursos que procuram burlar a lei da oferta e da procura, que, como toda lei económica, não tem a rigidez mecânica e matemática em sentido quantitativo que os economistas costumam emprestar-lhe. Ademais, o Estado pretende também intervir na modificação dessa lei, como a história de nossos tempos está cheia de exemplos, tabelando preços (sempre inutilmente), vendendo productos a preços baixos (solução que é apenas provisória e não soluciona nada), oferecendo subsídios, primas, etc., que também não solucionam, porque são retirados de disponibilidades que faltarão em outro lado e que, de qualquer forma, são pagos indirectamente pelo povo.

Ao examinarmos a inflacção e a deflacção, mostramos que a solução deflaccionária também não soluciona. Ao contrário, cria problemas maiores, porque precipita a insuficiência de meios de pagamento em relação aos bens económicos oferecidos, resultando daí uma perturbação no equilíbrio entre a producção e o consumo. Há economistas que aconselham a retração de crédito. Para êsses senhores, a reducção radical do crédito levaria a muitos industriais e comerciantes a liquidar seus estoques, forçados a obterem numerário suficiente para atender seus compromissos, o que os levaria a baixar os preços, e o consumidor levaria então uma vantagem. Mas tal medida revela desde logo que belo espírito de economistas há em tais senhores. Se o produtor é obrigado a vender sua mercadoria com lucro mínimo, ou nenhum, ou até com prejuízo, não é só ele que perde. Ou será que tais senhores ainda não compreenderam que há uma solidariedade na Economia que não permite separar-se real-realmente um aspecto da vida económica de outra? Se tal acontece, desde logo há um "resfriamento" no ímpeto productivo. Crescem as perspectivas de riscos e os capitais tornam-se mais dificilmente mobilizáveis para a producção. Por outro lado, há o "mirramento" de certas actividades económicas, e ademais o lucro não deve ser jamais compreendido como a perda de um lado a favor do outro. O não se ter tido uma noção clara do que é realmente, e do que deve ser o lucro, levou a tanta confusão na

Economia e nas idéias sociais que mais de uma centena de milhões de homens já perderam a vida devido a idéias tão estúpidas, que levaram a chacinas das mais cruéis que registra a História. É o que mostraremos no futuro em outras obras nossas.

Também há economistas que aconselham ao consumidor diminuir o consumo para forçar a baixa de preços. Mas tais soluções não são económicas, são políticas. E não se deve confundir Economia com Política. Podem elas trazer resultados provisórios, não, porém, definitivos. Se o consumidor consome menos, priva-se de valóres de que necessita, os estoques se abarrotam, os pedidos dos productores cresce, a producção diminui, o desemprego aumenta, e termina o consumidor por não dispor de meios de pagamento nem para comprar o que já lhe custa menos. Essa solução gera outro ciclo vicioso com suas consequências críticas, perigosíssimas, além de criar clima para agitações sociais e para estimular ainda mais a demagogia, cujos cultores espreitam em todas as esquinas qualquer pretexto para logo entrarem em cena como salvadores da situação.

No entanto, a estimulação da producção é mais benéfica, porque ela fará aumentar a oferta, ao mesmo tempo que aumentará os meios de pagamento dos consumidores, e trará, como consequência, a reducção de preços, a valorização da moeda, se não houver emissões, ou mesmo quando as haja, sejam apenas destinadas a aumentar a producção e a tudo quanto actua em consonância com esta, como transportes, aumento de energia elétrica, construcção de silos, entrepostos, higiene, etc. O financiamento correcto da producção é um financiamento indireto do consumo, e só há equilíbrio económico onde há equilíbrio entre producção e consumo.

Naturalmente, para que os preços não baixem de modo a prejudicar a producção, como poderia acontecer num excessivo financiamento da mesma, deverá este ser dosado nas proporções requeridas, ou, então, num desejo amplo de desenvolvimento do país, deverá ser acompanhado de um imediato financiamento do consumo, como se pode realizar através do sistema de crediário, do financiamento das empresas crediaristas, e também pela realização de obras (não sumptuosas) por parte do Estado, que se destinem a melhorar

as condições da produção. Dêsse modo essas emissões não seriam inflacionárias, porque estariam perfeitamente compensadas pelo aumento da produção e das condições que lhe são necessárias.

Além disso, e aqui está o mais importante, é mister cuidar da productividade, do índice de intensidade da produção. Esta deve ser uma das maiores preocupações dos organismos interessados na mesma. E quais são êsses organismos? O Estado com seus políticos e seus burocratas? Não; mas, sim, as chamadas classes productoras. Estas é que devem cooperar para a solução dêste problema de magna importância. Sem o aumento de productividade, a produção, por si só, não realizará o equilíbrio desejado. Um aumento de produção sem aumento de productividade implicaria um aumento de mão de obra, consequentemente alta desorientada de salários, e consequente aumento do custo de produção, e todo o plano cairia em frangalhos.

Poderíamos ainda construir muitos outros comentários, fundados no que acabamos de expor, mas nada mais faríamos que deduzir o que já está contido em nossas exposições, e seria até desmerecer a capacidade crítica e a de investigação do próprio leitor.

Resta-nos, assim, volver ao tema, mas atingindo outros aspectos: a moeda é, pois, o significante do valor económico proporcionado ao montante global da actividade económica de um país num determinado período de tempo.

Não dissemos tudo. Um povo, que tem uma moeda, pode tê-la convertível ou não. Pode ainda gozar de créditos maiores ou menores ou não. Pode dispor de reservas de valor económico ou não. Neste caso, sua moeda dependerá ainda das reservas de valor que possua, e incluiríamos nesse conceito o crédito que dispõe. Então daríamos êste enunciado final: *a moeda é o significante do valor económico, proporcionado ao montante global da actividade económica de um país num determinado período de tempo e às reservas de valores económicos que o mesmo possua.*

Esses valores económicos, que constituem sua reserva, dependerão de factores não só económicos, mas também políticos, históricos, sociológicos, éticos, etc., porque a sua mobilização dependerá de tais factores, que poderão favorecer ou obstaculizar a sua actualização.

Não encerramos ainda o exame da matéria, e convém nos demoremos em outros aspectos que são importantíssimos.

* * *

Há um facto importante na valorização ou desvalorização da moeda: o *salário*.

Há *salários solváveis* e *salários insolváveis*. São solváveis aquêles que são pagos para a produção de bens de certo modo reproductivos, e insolváveis os que se referem aos que não o são. Não é fácil estabelecer o grau de productividade. O que se paga ao soldado é um salário insolável, pois o exército é um consumidor quase puro e realiza pequena produção. O salário, que se paga a um vendedor de seguros de vida, é insolável, como o é o que se paga ao funcionário público não reproductivo.

Contudo, o salário de um vendedor, de um praticista, é de certo modo insolável mas também não o é de outro, porque ele presta serviços ao consumidor e ao productor, aproximando-os e estimulando as relações económicas, e favorecendo o estímulo à produção e ao consumo.

O volume dos salários insolváveis e a sua percentagem sobre a produção é um dos factores mais terríveis de encarecimento dos preços e de desvalorização da moeda. Foi do que tratamos ao estudar a inflacção e a deflacção, pois êstes temas podem ser estudados separadamente da moeda, mas devem ser concretizados com êste, se desejarmos ter uma visão mais nítida da realidade económica. Ali apontamos, no caso brasileiro, alguns factores maiores e menores, que actuam para agravar o processo inflacionário, e que são inflacionários aqui e em qualquer outro país do mundo onde se dêem.

Ao examinarmos, há pouco, a moeda inconvertível, poderia parecer à primeira vista, como aliás parece para muitos economistas e financistas, que só a moeda convertível oferece a garantia desejada, o equilíbrio que se pretende para a vida económica de um país. Ora, o Estado está sempre faminto de numerário, e desejará obtê-lo à custa de empréstimos, e quando não os consegue por êste meio, procurará a emissão, mesmo que essa seja controlada por um instituto independente, porque há sempre o recurso do Estado

decretar a inconvertibilidade, ou pelo menos a suspensão da convertibilidade dos bilhetes, como o faz constantemente, quando se encontra em tais apuros. Sem dúvida, recorrer à inflação é sempre prejudicial. Mas o Estado recorre à inflação para aumentar os meios de pagamento. É realmente um mal, mas mal maior é haver carência de meios de pagamento em relação aos bens econômicos ofertados, o que decorre do desequilíbrio entre a produção e o consumo. Na verdade, a inflação não é o melhor remédio, mas é o que surge logo aos olhos do governante inexperto. É fácil considerá-lo um mal, pois sem dúvida é. Mas basta acaso apenas condená-lo? Não é mister encontrar outro recurso que faça frente à dificuldade? Qualquer economista pode dizer que a inflação é um erro. Mas quem não sabe disso? O que se quer é o remédio que cure. E qual é o que o nosso economista oferece? O maior problema de toda organização econômica é a falta de correspondência entre o crescimento do volume dos meios de pagamentos e o crescimento do volume dos bens econômicos disponíveis. O verdadeiro problema a resolver é o desequilíbrio observado, e não a preocupação de maior ou menor emissão de moeda. O que é mister é que os meios de pagamento possam absorver todos os bens econômicos disponíveis, e que haja bens econômicos proporcionais, do contrário a crise é maior e mais perigosa.

Os que mais atacam a inflação são freqüentemente aquêles que oferecem soluções muito piores. Se a inflação é um mal, o remédio que propõem mata mais depressa. É dever do economista estudar os meios de evitar a inflação, e consequentemente seus males, mas o dever maior é procurar o melhor remédio. Não basta apenas querer evitar a inflação, que não nasce por geração espontânea, mas por imposições de desequilíbrio econômico. O que é mister é descobrir o remédio para tais desequilíbrios.

Não se trata de banir para sempre a inflação, mas sim de impedir o desequilíbrio entre os meios de pagamento e a produção. Enquanto o remédio real, específico, não for achado, o resto é literatura, é promoção de teorias e argumentação sofismática, quando não se propõe, como muitos fazem, a morte do doente para acabar desde logo com a moléstia.

Muitos economistas julgam que a única solução é a baixa dos preços, que seria obtida pela ação combinada do Estado e das organizações privadas, ou, para alguns liberalistas, deixar que as coisas sigam o seu caminho (*laissez faire, laissez passer*), de modo que a crise se resolva por si mesma pela baixa dos preços e pelo desaparecimento das empresas menos aparelhadas para resistir à concorrência. Mas essa solução é brutal, e traz prejuízos vários que precisamos saber se são ou não evitáveis. Se são, por que iremos preferir uma solução dessa espécie? Não haverá outros métodos capazes de alcançar os mesmos resultados, sem necessidade de tantas consequências desastrosas? Mas procuraram essa solução? Não julgaram que a única era a que propunham? Ou então o recurso da inflação, que por sua vez também deixa um caminho semeado de injustiças e prejuízos? Não revela tudo isso que ainda estamos numa fase empirista da Economia Política?

Quando funcionava o sistema do padrão-ouro, o estoque monetário real sofria um aumento relativamente pequeno de ano para ano. Mas, ao mesmo tempo, o estoque das mercadorias disponíveis crescia numa proporção muito maior, devido ao progresso técnico. Estava-se, então, no caso em que o volume de moeda crescia menos que o volume da produção. Os meios de pagamento não eram então suficientes para dar vasão à produção, e as crises provenientes dos estoques abarrotados eram inevitáveis, pois os produtores não conseguiam colocar tudo quanto produziam. Processavam-se, então, as crises cíclicas da produção. Disso não se precipitavam devidamente os economistas, e as crises se sucediam de tal modo que já se estabelecia serem elas inerentes ao regime capitalista, como o proclamavam os socialistas, como Marx, e muitos capitalistas. Há uma literatura imensa em torno do assunto e tudo decorria de não verem os economistas a realidade do que se dava. E por quê? Por que jamais esclareceram devidamente os termos econômicos, e quando os termos não são claros, não são claras as idéias que tais termos desejam referir-se. É o que temos mostrado e ainda mostraremos.

Não se tinha uma teoria lúcida, clara, precisa das crises e, consequentemente, também não se tinha possibilidade de alcançar meios técnicos capazes de resolver tais crises. E o que se fazia? As práticas mais rudimentares e primárias

foram usadas: emissão de moeda além do lastro, da cobertura, o que foi feito já abusivamente, a organização de um crédito sobre os estoques abarrotados, ao qual faltava a realidade e a base verdadeira. Dêsse modo, é verdade, aumentaram-se os meios de pagamento, mas esse aumento foi feito de modo abusivo e prejudicial, e deslocou-se a crise de um lado para outro, continuando a permanecer a mesma que surge do desequilíbrio entre os meios de pagamento e a produção.

Os remédios não curavam, mas apenas retardavam os instantes catastróficos, e a crise irrompia, posteriormente, mais intensa ainda.

E qual a solução? Encontraram-na os economistas? A resposta é uma só: não. O remédio não foi encontrado. Então sobreleva-se a dúvida: não será essa crise inerente ao regime de produção e de distribuição em que vivemos? Ou então resta a outra pergunta: poderão os economistas encontrar um remédio realmente eficaz? Se podem, por que demoram tanto em encontrá-lo?

Pois bem, em face de tais acontecimentos, a teoria dos que julgam que o padrão ouro resolveria as crises esquecem-se que o padrão ouro não as evitou, e foram elas que fizeram abandoná-lo de vez. Há não poucos decénios atrás, era verdadeiro tabu o padrão ouro. Nem de leve suspeitavam muitos que pudesse ser ele pôsto à margem. Se à moeda súbitamente se lhe tirasse o lastro, a cobertura que a garantia, passaria a ser um mero papel pintado, sem valor algum. Contudo, os factos negaram as previsões. Moeda papel sem cobertura continuou valendo, embora menos é verdade, mas continuou valendo. E por quê? Porque com elas pagavam-se dívidas e impostos e porque pagavam-se dívidas e impostos foram aceitas como meios de pagamento para os produtores e salariados.

Afirmamos que se o padrão ouro oferece algumas vantagens, oferece inúmeras desvantagens, e não resolve por sua vez o problema.

Desaparecida a cobertura metálica, como vimos, não desaparece o valor da moeda. Por outro lado, não são suficientemente convincentes as razões que apresentam os defensores do padrão-ouro, ademais dos factos demonstrarem que

se podem regular as transações sem tal espécie de moeda, quer internamente, quer externamente. Ainda mais: não impede a emissão abusiva, não evita a inflação.

Não podemos nos excluir de duas realidades:

A Produção que gera a Oferta.

O Consumo, que gera a Procura.

Ante as grandes dificuldades que oferece a vida econômica, não é de admirar-se que se pergunte por que meio se poderá regularizá-la. Qual o organismo que poderá realizar essa função? Na verdade, não há tal organismo, porque o Estado não é capaz de fazê-lo. Ao contrário, perturba ainda mais e agrava muito mais os problemas que surgem.

Há economistas que acreditam que basta apenas o aumento da produção para que logo surjam, como por milagre, os meios de pagamento, como Lansburgh.

É verdade que o aumento de produção cria aumento de salários e outras rendas, mas por si só não tem sido capaz de realizar esse desejo. E por quê? Porque nem tudo são rosas. As injustiças sociais continuam, o enriquecimento exacerbado de uns se realiza em detrimento de outros; ademais a produção é irregular, muitas empresas perecem, há desemprego, perturbações políticas não cessam e, sobretudo, ninguém está satisfeito, há uma ânsia universal de mais, agudizam-se os desesperos. Em suma, uma série de factores extra-econômicos actuam na Economia. A crise, que se instala no mundo inteiro, tem raízes que vão além do campo da Economia, porque não é só de Economia que vive o homem.

Mas qual é o valor da moeda? O valor subjectivo? Não. O que pode interessar à Economia é o valor objectivo, o valor de compra, de aquisição. E esse valor é dado pela renda, como vimos, e não pela moeda em circulação, que é apenas o numerário e que não se deveria confundir com aquela.

Afirma-se que a alta dos preços é uma decorrência do aumento das emissões, da circulação monetária. No entanto, nem sempre se verifica isso, mas o contrário, o aumento dos preços antecede as emissões, como se viu na França em

1919 e 1920, e também naquele país de 1926 a 1929: um aumento na circulação sem a correspondente alta dos preços. Dando-se a alta dos preços, é natural que as despesas do Estado aumentem e, consequentemente, o deficit orçamentário, o qual, não tendo cobertura por meio de empréstimos ou por aumento de arrecadação, é coberto por meio de emissões. No período de 1936 a 1937, houve outra alta de preços na França, tendo havido apenas dois anos depois um aumento na emissão. Alguns economistas concluem que o aumento dos preços é que provoca o aumento das emissões, e não o contrário. Outros exemplos semelhantes a estes verificaram-se na Inglaterra, onde de 1919 a 1920 os preços elevaram-se a 44%, enquanto a circulação teve um acréscimo de apenas 9%. O mesmo se deu na Suécia, na Noruega e na Itália. Na Alemanha, nesse mesmo período, houve uma alta de 111% nos preços com um acréscimo apenas de 18% na circulação. Depois de 1920, observou-se uma baixa considerável dos preços sem qualquer redução correspondente da circulação.

Na Alemanha de 1920 a 1921, os preços baixaram de 23%, enquanto a circulação aumentou de 38%. No período negro de 921 a 23, na Alemanha, os preços subiram 430 vezes mais, enquanto a circulação aumentou apenas 44 vezes.

Monsieur Pleven, no discurso que fêz na Assembléia francesa em março de 1945, disse estas palavras: "Uma política financeira eficaz deve interessar-se menos pelo sintoma, que é a circulação monetária, do que pela causa profunda, que é a separação entre as rendas monetárias e a produção. Na verdade seria mais fácil fazer uma operação de aritmética elementar, aplicar a idéia simplicíssima de que a deflação é de algum modo o contrário da inflação, e que depois de haver emitido tanta moeda, bastaria retirá-la da circulação para retornar-se à situação anterior... em toda parte onde se intentou utilizar a deflação como meio directo de provocar uma baixa dos preços, sem se agir de antemão sobre o equilíbrio fundamental do orçamento e da economia, em toda parte e sempre, a tentativa malogrou."

Alguns economistas anotam que realmente se observa que em certos países, e em certas circunstâncias, a emissão de papel moeda produz uma alta de preço, mas assinalam que esta alta se deve a causas estranhas à injecção, na cir-

culação, de um numerário superabundante. Por si só o numerário não aumenta os preços. O que aumenta é a desproporcionalidade da renda em relação à produção.

Se observamos o caso brasileiro, notar-se-á que há um aumento da casa de 3% ao ano na população, e que a produtividade deveria ter um aumento muito superior a esse índice para que a renda nacional se mantivesse estável. Mas os aumentos que se verificam são nas *cifras*, e não realmente na productividade. A inflação realizada pelo Estado nada mais é do que um empréstimo indirecto e violento, porque é unilateral, não sendo consultada a sua vítima, o povo, e ainda emite moeda falsa por boa. A distinção, que se deve fazer entre o numerário e a renda, está em que o numerário poderá ser suficiente para todas as transações na quantidade que forem, mas a renda pode ser insuficiente para absorver toda a produção disponível.

Também pode acontecer que os meios de pagamento (a renda global) seja suficiente para absorver a produção, como se dá nos Estados Unidos, mas isso é evitado. Por essa razão, há ali tantas promoções de venda, tanta propaganda para forçar o consumo. E por que se impede? E por que meio se impede? Impede-se por meio da preocupação constante do problema internacional, porque, do contrário, a população americana, se não tivesse que pagar tantos esforços de auxílio à defesa nacional (onde se dá um consumo puro, sem reproductividade), bem como auxílios aos diversos países mais necessitados, a procura nos Estados cresceria de tal modo que os preços fatalmente subiriam e com elas as reivindicações salariais, o desequilíbrio maior do orçamento, a necessidade de inflação e toda a série de desequilíbrios sociais e políticos que tudo isso acarreta. A guerra-fria, de certo modo, mantém mais equilibrada a Economia americana, embora pareça que não.

Não há uma equivalência entre os meios de pagamento e a produção, embora muitos economistas pensem o contrário. E tal se dá porque há a poupança e nem todos compram tudo quanto podem comprar, nem pagam tudo quanto devem.

Em face das inúmeras teorias sobre a moeda, depois de se haver pôsto de lado aquelas concepções que apenas se fundavam nos aspectos accidentais e não captavam as suas

verdadeiras propriedades, que são as fundadas na sua essência; depois de se considerar tudo quanto se disse e se escreveu sobre o assunto, o que se pode concluir é que a verdadeira garantia de uma moeda é constituída pela massa de bens econômicos disponíveis que, por meio dela, se podem adquirir. Referimo-nos à *moeda* e não ao *numerário*. Quanto a este seu valor é proporcionado à moeda (ou melhor dinheiro), que elle representa.

Se as emissões de papel moeda tendem a financiar o consumo é mister financiar a produção para evitar que os preços subam.

Quanto ao aumento dos preços, é mister não esquecer que estes surgem apenas das emissões, pois sem elas podem eles subir, como elas podem ser a consequência da alta dos preços. Há muitos factores que provocam a alta dos preços, como já estudamos, e muitos podem ser desviados.

Se a inflacção é um mal, a deflacção é um mal ainda maior. O que jamais se deve fazer é privar a nação de meios de pagamento, sem os quais não é possível nenhuma economia mais ou menos estável.

Pensar-se que se é capaz de construir neste lanço da história do homem uma economia totalmente estável, é uma ingenuidade. As crises são inerentes ao homem e consequentemente à economia do homem. O que se pode fazer é atenuar seus males, suas consequências perniciosas, e isso não é apenas conseguido através de medidas estatais, mas com o apoio de todos num grande acto de cooperação.

Contudo, se o que se tem chamado socialismo não tem sido também capaz de resolver as crises econômicas, há um regime que pode conseguir aminorá-las: é o cooperacional.

Mas sobre isso falaremos em outra oportunidade, e não agora.

* * *

Um dos preconceitos mais comuns de nossa época, que só tem servido para prejuízo do homem, é julgar que devemos de uma vez para todas desterrar de nossos olhos os *ideais*. Mas tudo surge de não se ter claramente ante a

mente o que significa *ideal*. Ideal é a perfeição não realizada fácticamente, e que nunca o será por nenhum ser finito, contingente, limitado. Assim, a *sabedoria ideal* é a sabedoria perfeita, o saber sem deficiências de mínima espécie, o saber imediato, capaz de penetrar o último mistério de tôdas as coisas. Esse saber é para nós um *ideal*. Jamais o homem o alcançará na sua plenitude, mas dêle pode aproximar-se a pouco e pouco, através do seu esforço constante e da sua constante devotação ao trabalho intelectual. Também é assim a *saúde ideal*, a *vida ideal* e tôdas perfeições que somos capazes de captar. O que é capaz de ser alcançado realmente por nós, por nossos meios, por nossas próprias deficiências não é o ideal, mas apenas uma aproximação dêle, um estado que dêle participa.

Realmente, toda ciência tem um ideal, e a Economia tem um: a sociedade econômicamente perfeita. Mas, essa sociedade jamais existirá. Já se foi a época das utopias renascentistas e das quimeras socialistas. Estamos agora na era da realidade social. O progresso humano pode seguir subindo mais degraus, mas jamais alcançará a meta final dessa escada que escala a infinitude.

E que poderá levar o homem a essa *revolução permanente*, essa revolução que não violenta os degraus, porque os degraus se vingam, propiciando as quedas espetaculares, essa revolução que se processa aos poucos, com passos de pomba, avançando hoje aqui, amanhã ali, sem os saltos acrobáticos que geram retornos inesperados, essa genuína *revolução permanente* é aquela que o ideal alimenta, inspira e guia.

Tudo isso nos vem à mente em face de financistas e economistas, que julgam a Economia capaz de encontrar a fórmula mágica que resolverá por fim o problema da moeda, e que fará o equilíbrio perfeito entre os meios de pagamento e a produção. Tal é um *ideal*, mas fácticamente jamais será alcançado, embora possa o homem aproximar-se dêsse equilíbrio perfeito. Para tal é mister que saiba él realizar esse equilíbrio, que exige um organismo capaz de realizá-lo, que só pode ser constituído pelos interessados num grande organismo social, e jamais o Estado, que é o menos competente para tais coisas, embora seja todo-poderoso.

Jamais se encontrará a forma perfeita, porque ante o dinamismo e o cinematismo da vida social e econômica, e a

quase impossibilidade de manter estatísticas perfeitas, o equilíbrio estável, estático, é impossível, e só um equilíbrio dinâmico é possível.

Nenhuma ciência afirma que é possível alcançar o tipo ideal em plena facticidade. A Medicina sabe que é impossível a saúde absoluta; sabe a Psicologia que são impossíveis os tipos psicológicos perfeitos; sabe a História que jamais desvendará a verdade dos factos. Só economistas e financistas crêem em fórmulas mágicas, só êles *sabem* como farão a plenitude humana, e o malôgro acompanha quase sempre seus actos, suas experiências, suas realizações.

O problema da moeda tem a sua fórmula dinâmica de equilíbrio, sem magia, e que consiste apenas no que pode realizar entre os meios de pagamento e a produção. É esse equilíbrio será dinâmico e nunca estático. Também é outra ilusão julgar que poderemos alcançar uma sociedade humana sem crises. Já demonstramos em "Filosofia da Crise" que aquela é inherente ao ser humano, que é um ser de crise, e que dela jamais se separará. Nunca chegaremos a essa sociedade ideal. Ela apenas nos está a exigir a aproximação constante. É uma promessa que ultrapassa as nossas fôrças, mas suficientemente forte para desafiar o nosso brio.

Este livro foi composto e impresso para
a Livraria e Editôra LOGOS Ltda., na
Gráfica e Editôra MINOX Ltda., à rua
Mazzini, n.º 167, em fevereiro de 1962
São Paulo